

VII SCIENCULT

Simpósio Científico-Cultural

22 a 25 de setembro de 2010

UEMS
Paranaíba/MS

*Educação, Tecnologia e
Desenvolvimento Sustentável*



CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS)

REITOR

Gilberto José de Arruda

VICE-REITOR

Adilson Crepaldi

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Sandro Márcio Lima

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Márcia Regina Martins Alvarenga

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Sidnei Eduardo Lima Júnior

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Beatriz dos Santos Landa

DIAGRAMAÇÃO

Susy dos Santos Pereira

Júnior Tomaz de Souza

Simpósio Científico-Cultural (7. : 2010, Paranaíba, MS)

Cadernos de programação e resumos/ VII Simpósio Científico-Cultural; organização de Cláudia Karina Ladeia Batista e Doracina Aparecida Castro Araujo. - Paranaíba, MS: UEMS, 2010.

113 p

Anual

Tema: “Educação, tecnologia e desenvolvimento sustentável”

1. Simpósio - Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Cadernos. I. Batista, Cláudia Karina Ladeia. II. Araujo, Doracina Aparecida Castro. III. Título.

CDD - 370

Bibliotecária: Susy dos Santos Pereira – CRB1°1783

APRESENTAÇÃO

O Simpósio Científico-Cultural (SCIENCULT) é um evento que agrega conferências, simpósios, apresentação de trabalhos (comunicações e pôsteres) e apresentações culturais. É realizado anualmente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, desde 2004, com o objetivo de promover a integração de pesquisadores participantes de grupos de pesquisas ou pesquisadores diletantes em torno de estudos pertinentes a todas as áreas do conhecimento, e configura-se como espaço de discussão e de circulação de idéias bem como de trabalhos que fundamentam pesquisas nessas áreas.

Atualmente, o SCIENCULT é organizado pelos pesquisadores dos Cursos de Ciências Sociais, Direito, Pedagogia e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Direitos Humanos. A definição pela Coordenação do Evento ocorre em reunião com a participação dos conselheiros do Conselho Comunitário Consultivo da Unidade Universitária de Paranaíba, num pequeno lapso de tempo após o término do Evento, momento em que os interessados em coordenar o Evento expõem suas motivações para fazê-lo, tendo seus nomes aprovados por tal Conselho. O tema para cada evento é decidido pela comunidade interna da Unidade Universitária de Paranaíba e o Evento conta com o apoio da Comunidade Acadêmica, com a Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UEMS, com órgãos de fomento, com as instituições de ensino superior parceiras e com o comércio local.

Em 2004, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) instalou-se o I SCIENCULT com o tema Formação Cidadã: desafio para a sociedade contemporânea, por iniciativa da UEMS, que deu origem a organização dos demais.

É possível afirmar que o SCIENCULT figura entre os eventos científicos e culturais mais destacados da região, classificado como Qualis B5 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2008. Acumulou, nessa trajetória, uma produção de conhecimento, em circulação com ampla divulgação.

A finalidade do SCIENCULT é divulgar o conhecimento sistematizado historicamente sobre temáticas relevantes de todas as áreas do conhecimento. Envolve a dimensão da pesquisa e das práticas que incluem as temáticas específicas de sua identidade. Intenciona ser sempre um local de socialização do conhecimento, proposição de novas investigações e de troca de saberes e perspectivas.

O SCIENCULT apresenta como característica singular a alternância de seus temas anualmente, favorecendo a ampliação da participação de pesquisadores e de pessoas interessadas em socializar seus estudos.

Educação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável.

O VII SCIENCULT congregará, no período de 22 a 25 de setembro de 2010, com o tema Educação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, em Paranaíba/MS, 13 Grupos de Trabalhos (GTs) em mais uma demonstração da inserção da UEMS na comunidade científica local, regional e nacional. As pesquisas, os trabalhos de extensão e os projetos de ensino, em uma perspectiva indissociável, serão divulgados e debatidos em palestras, simpósios, apresentações de trabalhos e pôsteres, em todas as áreas do conhecimento. Nesses momentos e espaços, serão celebrados e discutidos a Educação, a Tecnologia e o Desenvolvimento Sustentável, cujos parâmetros podem ser apreendidos no conjunto da produção científica das diferentes áreas do conhecimento, e, cada vez mais, afirmados e defendidos nas manifestações sociais, culturais e acadêmicas dos grupos que se interessam pela temática.

No VII SCIENCULT, esperamos manter um clima de harmonia e ampliação de conhecimentos no meio acadêmico. Será um momento ímpar de se debater problemas inerentes à temática do evento, com importantes contribuições dos conhecimentos produzidos pelos pesquisadores presentes, pelos grupos de pesquisa, pelas linhas de pesquisas e pelos estudos e discussões nos cursos de graduação e pós-graduação espalhados por todo o país, numa demonstração de comprometimento dos docentes e discentes com a causa educacional deste País.

Comissão Organizadora e Científica.

GRUPOS DE TRABALHO

GT 01. Práticas pedagógicas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental

Coordenação: Prof^ª. Me. Leni Aparecida Souto Miziara (UEMS) e Prof. Me. Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (UFMS)

GT 02. Ciências Jurídicas

Coordenação: Profa. Me. Gláucia Aparecida Faria Lamblém (UEMS) e Prof^ª. Esp. Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

GT 03. Direitos Humanos

Coordenação: Prof. Me. Alessandro Martins Prado (UEMS) e Prof. Washington César Shoiti Nozu (UEMS/FIPAR)

GT 04. Direitos Sociais e Cidadania

Coordenação: Prof. Me. Isael José Santana (UEMS)

GT 05. Diversidade e Inclusão Social

Coordenação: Profa. Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS) e Prof^ª. Me. Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

GT 06. Formação de Professores

Coordenação: Prof. Dr. Elson Luiz de Araujo (UEMS) e Prof^ª. Dr^ª. Silvia Regina Vieira da Silva (UNESP)

GT 07. Língua e Linguagem

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª. Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

GT 08. Meio Ambiente e Educação

Coordenação: Prof. Me. Gabriel Luis Bonora Ferreira Vidrih (UEMS) e Prof. Me. Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

GT 09. Política e Sociedade

Coordenação: Prof^ª. Me. Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS) e Prof^ª. Me. Sidinea Faria Gonçalves da Silva (UEMS)

GT 10. Tecnologia e Educação

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª. Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS)

GT 11. História e Ciências Sociais: diálogos e interpretações

Coordenação: Prof. Me. Carlos Eduardo França e Prof. Me. Jacques Elias de Carvalho

GT 12. Educação Matemática

Coordenador: Prof. Me. Marcos Lübeck (UNIOESTE) e Prof. Me. Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

GT 13. Psicologia, Singularidades e Políticas Públicas

Coordenação: Profa Dra Eliana da Mota Bordin de Sales (UFMS) e Profa. Me. Renata Bellenzani (UFMS)

COORDENAÇÃO E COMISSÕES

Coordenação Geral:

Profª Me. Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

Profª Drª Doracina Aparecida Castro Araujo (UEMS)

Comissão Científica:

Prof. Me. Alessandro Martins Prado (UEMS)

Profª Me. Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

Profª Drª Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Prof. Dr. Elson Luiz Araujo (UEMS)

Prof. Me. Gabriel Luis Bonora Ferreira Vidrih (UEMS)

Prof. Me. Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

Prof. Me. Isael José Santana (UEMS)

Profª Drª Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS)

Prof Drª Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

Profª Drª Sílvia Regina Vieira da Silva (UNESP)

Prof. Me. Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

Prof. Me. Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (UFMS)

Comissão Organizadora:

Prof. Esp. Aires David de Lima (UEMS)

Prof. Me. Alessandro Martins Prado (UEMS)

Prof. Me. Djalma Querino de Carvalho (UEMS)

Profª Esp. Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

Prof. Dr. Elson Luiz Araujo (UEMS)

Profª Esp. Giseli Marques Bianchini (UEMS)

Profª Me. Gláucia Aparecida da Silva Faria Lamblém (UEMS)

Profª Esp. Lisandra Moreira Martins (UEMS)

Profª Esp. Maria Raquel da Cruz Duran (UEMS)

Profª Me. Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

Profª Drª Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

Prof. Washington César Shoiti Nozu (UEMS/FiPAR)

Colaboração Administrativa:

Júnior Tomaz de Souza (UEMS)

Rosimar Pires Alves (UEMS)

Susy dos Santos Pereira (UEMS)

Secretaria Geral

Esp. Marlúcia Francisca de Oliveira (UEMS)

Drª Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

APOIOS INSTITUCIONAIS/PATROCINADORES



SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO GERAL	22
SIMPÓSIOS	24
RESUMOS	32

COMUNICAÇÕES

GT 01: 24/09/2010 – 13 às 16h – Sala 01

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: É POSSÍVEL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	32
Alaide Pereira Japecanga Aredes (UEMS/UNESP/Marília)	
CONTOS DE FADAS E O SÉCULO XXI: UMA CULTURA QUE NUNCA MORRE, MAS SEMPRE SE RENOVA	32
Aline Jacob Trivellato (G-UFMS)	
Diego Silva Maia (G-UEMS)	
Paulo César Ribeiro Martins (UEMS, FIPAR)	
ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: O PAPEL SOCIAL DO PEDAGOGO	33
Edicesar Lopes Oliveira (G-UEMS)	
Vanessa Cristina Rodrigues Borges (G-UEMS)	
Leni Aparecida Souto Miziara (UEMS)	
PSICOMOTRICIDADE: DO SURGIMENTO À CONTEMPORANEIDADE	33
Ionice Aparecida Leal Ribeiro (G-UEMS)	
Paulo César Ribeiro Martins (UEMS/FIPAR)	
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NAS FASES EVOLUTIVAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	34
Izamara Ferreira Neves (G-UEMS)	
Paulo César Ribeiro Martins (UEMS/FIPAR)	
AS CONCEPÇÕES DOS ALUNOS SOBRE O CONCEITO DE FRAÇÃO	34
Leni Aparecida Souto Miziara (UEMS)	
O REPASSE DO SABER: A IMPORTÂNCIA DA APROXIMAÇÃO DO PROFESSOR E DO BIBLIOTECÁRIO	34
Rosimar Pires Alves (UEMS)	
Susy dos Santos Pereira (UEMS)	
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO FRENTE À MULTICULTURALIDADE REINANTE NA REGIÃO FRONTEIRA SOB UM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	35
Roseli Aurea Soares Sanches (FAP/ Faculdades Magsul)	
Andréa Natália da Silva (UEMS/ Faculdades Magsul)	

GT 02: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 01

FACULDADES DE DIREITO COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA	36
Aires David de Lima (UEMS)	
PROJETO “HUMANISMO E A FORMAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL DO DIREITO”	36

Amanda Cristina Zanluchi (G-UEMS)
Aires David de Lima (UEMS)

APLICAÇÃO DA JUSTIÇA COMUTATIVA ÀS RELAÇÕES DE EMPREGO 36

Amanda Silva Martins (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

ASPECTOS GERAIS SOBRE A DESAPOSENTAÇÃO 37

Fernanda Peres Soratto (UEMS)

GT 02: 25/09/2010 – 13 às 17h – Sala 01

RESPONSABILIDADE SOCIAL 38

Flávio Ferreira Teodósio (G-UEMS/FIPAR)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS/FIPAR)

O PODER DA MÍDIA NO DIREITO PROCESSUAL PENAL: UMA ANÁLISE DO CASO NARDONI 38

Jeferson Gregório de Oliveira (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

PRÊAMBULO COMO METODO DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 39

João Vítor Freitas Chaves (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

SUSTENTABILIDADE NO SETOR SUCROALCOOLEIRO: REAPROVEITAMENTO DOS SUBPRODUTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR 39

Liliane Aparecida dos Santos Martins (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

LINGUAGEM JURÍDICA, UMA OPOSIÇÃO A DEMOCRACIA 39

Rômulo Carvalho de Queiroz (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

GT 03: 23/09/2010 – 13 às 16h - Sala 02

DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: PARADOXO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA A MELHORIA DA CONDIÇÃO SOCIAL 42

Angélica Leonel Socorro de Queiroz Mariano (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

TRABALHO ESCRAVO: UMA AFRONTA ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS EM PLENO NO SÉCULO XXI 42

Bianca Guineli Lhety (G-UEMS)
Wesley Jorge da Silva (G-UEMS)
Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 43

Bruna Alves de Souza Lima (G-UEMS)
Rogério Nogueira Guimarães (UEMS)

POLÍTICA CRIMINAL, “TOLERÂNCIA ZERO” E DIREITOS HUMANOS NO ESTADO SOCIAL/PENAL 49

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

O DIREITO À DIGNIDADE DA CRIANÇA FRENTE À REALIDADE DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR 45
Giseli Marques Bianchini (UEMS/PG-UNITOLEDO)
Rogério Nogueira Guimarães (UEMS/PG-UNITOLEDO)

A REVISÃO DA LEI DE ANISTIA PELA ADPF Nº 153: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGITIMADOR DA VIOLÊNCIA ESTATAL INSTITUCIONALIZADA 46
Bruno Augusto Pasian Catolino (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

DOG MÁTICAS A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS 46
Pollyana Souza Rocha (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL 47
Tânia Cristina de Freitas Marques (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

GT 03: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 03

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA: BREVES DISCUSSÕES FACE AOS DIREITOS HUMANOS 41
Adriana Aparecida Scarpari (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR/UEMS)

ANOTAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS 47
João Victor Fávaro Turina (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS/FIPAR)

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DIREITO INQUESTIONÁVEL 44
Lucas Silva Fernandes da Silveira (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR/UEMS)

INCLUSÃO ESCOLAR E DIREITOS HUMANOS: IGUALDADE NA DIFERENÇA E DIFERENÇA NA IGUALDADE 49
Paula Lemos de Paula (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR/UEMS)

LIBERDADE RELIGIOSA E RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS: CONQUISTAS DA FÉ PROTESTANTE EM PERIGO 50
Pedro Gabriel Castro Torres (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS/FIPAR)

LIBERDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS: NOTAS PARA REFLEXÃO 51
Rafaela Andrade Bacurau (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

“VIDAS SEM VALOR”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DA ALEMANHA NAZISTA DESTINADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 51
Rômulo Fernando Cândido Machado (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

GT 03: 24/09/2010 – 13 às 16h – Sala 02

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA ESCRAVAGISTA: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS 42

Ana Flávia Malheiros (G-FIPAR)
Tássia Flávia Ariane de Oliveira (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

O DEVER DO ESTADO BRASILEIRO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A SAÚDE 43
Claudivino Candido da Silva (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

A PRÁTICA DO RACISMO COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O INTUITO DO LEGISLADOR CONSTITUINTE 44
Cledione Jacinto de Freitas (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS E O DIREITO À VIDA 44
Delaine Oliveira Souto Prates (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

A BUSCA DA EFICÁCIA NA INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: DIREITOS HUMANOS UM DESAFIO NA CONTEMPORANEIDADE 45
Fabiana Maria de Araujo (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

GT 03: 25/09/2010 – 13 às 17h – Sala 02

QUESTIONAMENTOS SOBRE A CIDADANIA DO POLICIAL MILITAR 40
Adão Bittencourt Maidana (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

PÓS-POSITIVISMO JURÍDICO E O FALACIOSO ARGUMENTO DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES: O PODER JUDICIÁRIO IMPLEMENTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESGATE AOS DIREITOS HUMANOS 41
Alessandro Martins Prado (UEMS)

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES: MÁCULA NA DIGNIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 48
Jônatas Morais Rodrigues (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

CÉLULAS-TRONCO 48
Juliane Quintela Simei (PG-UEMS)
Alessandro Prado Martins (UEMS)

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEU RECONHECIMENTO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 52
Sandra Mara Modolo (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CONTEXTO DO PROCESSO CIVIL: GARANTIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO 52
Sílvia Leiko Nomizo (UEMS)
Lisandra Moreira Martins (UEMS)

O DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS 52
Adejunió Genuino (PG-UEMS)

Alessandro Martins Prado (UEMS)

GT 04: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 04

A TRANSGRESSÃO DO PRINCÍPIO DA INTRASCENDÊNCIA DA PENA: APONTAMENTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES DE APENADOS EM REGIME DE RECLUSÃO 53

Ana Carolina Medeiros Costa Paula (G-UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO PARA AS COTAS 54

Dabel Cristina Maria Salviano (PG-UEMS/UCDB/FUNDECT)

Antônio Jaco Brand (PG-UCDB)

BEM JURÍDICO E OFENSIVIDADE EM DIREITO PENAL 54

Diogo Evangelista Barbosa (G-UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

O PODER JUDICIÁRIO ATUANDO NA ANÔMALA CONDIÇÃO DE LEGISLADOR POSITIVO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 55

Elaine Cristina Rocha de Oliveira (G-UEMS)

Nelson Reis Oberlander Junior (UEMS)

O COMÉRCIO VIRTUAL E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR SOB A ÉGIDE DA LEI 8.078 DE 1990 55

Ithalareyla Thaysi Freitas Bortolotti (G-UEMS)

Rodrigo Cogo (UEMS)

GT 04: 25/09/2010 – 13 às 17h – Sala 03

O ANTAGONISMO ENTRE A PENA DE PRISÃO E A FINALIDADE DE (RE)SOCIALIZAÇÃO: BREVES NOTAS 56

Marianny Alves (G-UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

CONDUTA DESPORTIVA CRIMINOSA: O EXERCÍCIO REGULAR E SUA DESCONSIDERAÇÃO 56

Roberto Carlos Alves de Oliveira Júnior (G-UEMS)

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA COM ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS: DO PAPEL PARA O EXERCÍCIO 57

Ronier Martins Ferreira (G-FIPAR)

Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR/UEMS)

A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE 57

Sheiza Camargo Rotondo (PG-UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

DIREITOS HUMANOS/DIREITO PENAL: “WOODSTOCK” OU “CAÇA AS BRUXAS”? APORTES INICIAIS SOBRE A TUTELA PENAL 57

Thiago André Silva Gonçalves (PG-UEMS)

Mário Lucio Garcez Calil (UEMS)

GT 05: 24/09/2010 – 13 às 16h – Sala 03

A DIFERENÇA EM UM AMBIENTE INCAPACITANTE: REAÇÕES FRENTE À DEFICIÊNCIA 59
Elenilda Barbosa Furine

A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO TEÓRICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL 60
Hanna Caroline Neyris Corrêa da Costa (PG-UEMS)
Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

CULTURA DO FRACASSO ESCOLAR: O QUE A ESCOLA TEM A DIZER? 61
Janaína Aparecida da Silva (G-UEMS)
Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

ASTRONOMIA EM UMA ABORDAGEM MULTISSENSORIAL 61
Josiane Alexandrino dos Santos (G-UNESP/CNPQ)
Eder Pires de Camargo (UNESP)
Diego da Silva Ferreira (UNESP)

ECOS DA EXCLUSÃO: A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS 62
Lúcia Regina de Araújo da Silva (G-UEMS)
Washington Cesar Shōiti Nozu (UEMS/FIPAR)

AS DIFERENÇAS ENTRE OS SIGNIFICADOS DOS TERMOS SEXO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL 62
Milene Ferreira Bezerra (G-UEMS)
Paulo César Ribeiro Martins (UEMS/FIPAR)

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DO INDIVÍDUO, SEGUNDO A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL 64
Priscila do Nascimento Costa (G-UEMS)
Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

GT 05: 25/09/2010 – 13 às 17h – Sala 04

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO? 58
Bruno Vigil Pereira (G-PIBIC/UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL: AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES 58
Cathiley Nair Miranda Santana (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU CEGUEIRA 59
Edinéia da Silva Freitas (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM CEGUEIRA NO ENSINO SUPERIOR 60
Elisângela Aparecida de Freitas (PG-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

O JOGO COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 63
Pâmela Joane de Freitas Neves (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

SALA DE RECURSO: ESPAÇO ADICIONAL PARA TRABALHAR HABILIDADES ESPECÍFICAS 63
Patrícia Vilela dos Santos Faria (PG-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

INCLUSÃO SOCIAL: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES 64
Raquel Marques Ribeiro dos Santos (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

GT 06: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 05

O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA UEMS: CAMINHOS DA INICIAÇÃO À PESQUISA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIDADE DE PARANAÍBA 65
Catia Seifert (PG-UEMS)
Elson Luiz de Araujo (UEMS)

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: BREVES REFLEXÕES ACERCA DE SUA LEGITIMIDADE E DE SUA FACETA DEMOCRÁTICA 65
Emiliana Cristina Rodrigues Nunes

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RELAÇÃO ÀS CIÊNCIAS NATURAIS NO ENSINO SUPERIOR 66
Ione Vieira dos Santos (FIPAR)

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS ABORDAGENS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM 66
Janete Alves da Silva (PG-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE CULTURA E CURRÍCULO: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS 67
Lucinéia Silva de Freitas (UNOPAR)

O PODER E A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO 67
Nathália Sayuri Yamada (PG-UEMS)
Elson Luiz de Araujo (UEMS)

GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA(1993-2009) 68
Odair França de Carvalho (PG-UFU)
Rones Aureliano de Sousa (PG-UFU)
Graça Aparecida Cicillini (UFU)

GT 07: 24/09/2010 – 13 às 16h – Sala 04

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DE ENSINO DO PORTUGUÊS 68
Adriano Mendes dos Santos (PG-FIC-FAVA/UAA/Assunción PY)

ASPECTOS DA LINGUAGEM ESCRITA DE DETENTOS DO ESTABELECIMENTO PENAL DE PARANAÍBA 69
Alessandra Dias Carvalho (FIPAR)

O DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA E O PODER DISCIPLINAR 70
Cristiane Pereira de Moraes e Sousa (UEMS)

AS CONTRIBUIÇÕES DE RUTH ROCHA PARA A LEITURA E A LITERATURA INFANTIL 71
Dayane Aparecida Ferreira da Silva (G-UEMS)
Tiago da Silva Fernandes (G-UEMS)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS)

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA COESÃO TEXTUAL 71

Dayane Rodrigues da Silva Soukeff (G-FIPAR)

Adriano Mendes (FIPAR)

A IMAGEM DO IDOSO NO DISCURSO PUBLICITARIO 74

Tamires Xavier Batista (G-UEMS/PIBIC)

Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

FÁBULAS E AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS NA EDUCAÇÃO DA FRONTEIRA BR/PY 74

Andréa Natália da Silva (UEMS/Faculdades Magsul)

David Victor Emmanuel Tauro (UFMS)

GT 07: 25/09/2010 – 13 às 17h – Sala 05

CECÍLIA MEIRELES E LITERATURA INFANTIL: UM ESTUDO DE TEXTOS DO LIVRO POESIAS OU ISTO OU AQUILO & INÉDITOS 69

Andréia Lemos de Oliveira (PG-UEMS)

Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

LEI SECA: DIFERENTES OLHARES 70

Carina Maciel de Oliveira Silva (PG-UFMS)

Marlon Leal Rodrigues (UEMS)

A LINGUAGEM NA ONTOGÊNESE HUMANA: DO BALBUCIO ÀS FORMAS SUPERIORES DE CONDUTA 71

Giovani Ferreira Bezerra (G-UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

POETIZANDO MINHA VIDA 72

Irany Nunes de Queiroz

Laurenice de Fátima Coutinho de Carvalho

A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL DO IDOSO 72

Pablo Tiago Silva (G-UEMS)

Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

O CASAMENTO DE CONVENIÊNCIA NA OBRA CONTOS FLUMINENSES, DE MACHADO DE ASSIS 73

Patrícia Rodrigues da Silva (G-FIPAR)

Luiz Miguel Martins Garcia (FIPAR)

A FILA ANDA: PRESSA OU DESCOMPROMISSO? 73

Rose Mary Ferreira Carvalho Leonel (FIPAR)

Rúbia Aparecida Rodrigues Leal (FIPAR)

GT 08: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 06

ANTROPOCENTRISMO E ECOCENTRISMO: A PROTEÇÃO AMBIENTAL EM FOCO E O FOCO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL 76

Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

LEI 12.305 DE 2010 E SUA APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA-MS 76

Douglas Rodrigo Machado (G-UFMS)

Marcos dos Santos Barbosa (G-UFMS/UEMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)
Marina Cardoso de Oliveira (UFMS)

CONSUMO CONSCIENTE – A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS) 78

Lúcio Pércio Mariano da Silva (PG-UNOESTE)
Marco Antonio Costa da Silva (UFMS)
Simone Suemi Iseri (UFMS)

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS – ESTUDO DE CASO DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA 79

Rita de Cássia Salviana Pereira Minari (FIRB)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS/CPAR)
Marco Antonio Costa da Silva (UFMS/CPAR)
Telma Romilda Duarte Vaz (UFMS/CPAR)

DISCUSSÃO PRELIMINAR SOBRE COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA SKINNERIANA 80

Weslem Martins Santos (G-UFMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

GT 08: 24/09/2010 – 13 às 17h – Sala 05

UMA DISCUSSÃO SOBRE CONSUMO CONSCIENTE À LUZ DA TEORIA 75

Beatriz da Silva Porto (G-UFMS/UEMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

PARTICIPAÇÃO INFANTIL PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS PARA UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM 75

Cíntia Tamiko Nomizo (G-UFMS)
Geraldino Carneiro de Araujo (UFMS)

PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO FRENTE AO DIREITO AMBIENTAL 77

Isabella Haydeé Belloni (G-UEMS)
Rafael Castro Torres (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

PROPOSIÇÃO DE AÇÕES EM PARANAÍBA-MS SEGUNDO AS DIRETRIZES DO PRÊMIO MUNICÍPIO VERDE AZUL 77

Isadora de Souza Lopes (G-UFMS)
Janecléia da Silva Hipólito (G-UFMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

QUALIDADE DE VIDA DOS COOPERADOS: UM ESTUDO NA COOREPA – COOPERATIVA RECICLA PARANAÍBA 78

Márcia Conceição Tomaz (G-UFMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)
Marina Cardoso de Oliveira (UFMS)

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A VISÃO DE ALUNOS E PROFESSORES 79

Monique da Silva Cardoso (G-UEMS/UFMS)

Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

GT 09: 24/09/2010 – 13 às 16h – Sala 06

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO -
CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO 80**

Antonio Carlos Sardinha (PG-UNESP/FAPESP)

Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)

**FRAUDE ACADÊMICA À LUZ DA LEI DOS DIREITOS AUTORAIS (LEI Nº 9.610/98): REFLEXÕES E
DEMONSTRAÇÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL 81**

Júnior Tomaz de Souza (G-UEMS)

Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS 81

Leandra Salustiana da Silva Oliveira (PG-UEMS)

Alessandro Martins Prado (UEMS)

AS SOCIEDADES EMPRESARIAIS: BREVES EXPLANAÇÕES 82

Luisa Comar Riva (G-UEMS)

Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

O CHEQUE ELETRÔNICO E SUAS IMPLICAÇÕES: PERSISTE A NATUREZA DE TÍTULO DE CRÉDITO? 82

Marcela Lopes Silveira Pena (G-UEMS)

Murillo Evangelista Paiva (G-UEMS)

Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA NA CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA 83

Vitor Luiz Manfrin (G-UEMS)

Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

GT 11: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 07

ENSINO DEMOCRÁTICO 83

Gislane Pedroso Borges

EDUCAÇÃO NO REGIME MILITAR 84

Luana Catrine Alves da Silva (G-UEMS)

Rodrigo Bianchini Cracco (UEMS)

DITADURA MILITAR: BREVE COMENTÁRIO SOBRE A DITADURA E SEUS REFLEXOS POSTERIORES 84

Rafael Silva Rossi (G-UEMS)

Jacques Elias de Carvalho (UEMS)

OS ESTRUTURALISMOS DE FERNAND BRAUDEL E CLAUDE LÉVI-STRAUSS 85

Rodrigo Bianchini Cracco (UEMS)

**PRIVACIDADE E SIGILO COMO DIMENSÕES DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO EM DST/AIDS:
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA 85**

Rúbia de Fátima Mendes (G-UFMS)

Renata Bellenzani (UFMS/NEPAIDS)

GT 12: 23/09/2010 – 13 às 16h – Sala 08

CRISE E ENCANTAMENTO DA EDUCAÇÃO: EM BUSCA DA LIGAÇÃO DOS SABERES 86
Adauto Nunes da Cunha (PG-UNESP/Rio Claro)

SOBRE AS POTENCIALIDADES DE ATITUDES NA PRÁTICA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA 86
Anderson Afonso da Silva (PG-UNESP/Rio Claro)
Heloisa da Silva (PGEM/UNESP/Rio Claro)

A DIDÁTICA MULTISSENSORIAL DAS CIÊNCIAS COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE FÍSICA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 87
Diego da Silva Ferreira (CETEA)
Eder Pires de Camargo (UNESP)
Josiane Alexandrino dos Santos (G-UNESP)

INCLUSÃO SOCIAL E A PRÁTICA DOCENTE 88
Grazielle Martins de Jesus (UFMS)

NARRATIVAS DA PRÁTICA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS COM RELAÇÃO AO ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA 90
Washington Campos Marques (PG-UNESP/Rio Claro)
Heloisa da Silva (PGEM/UNESP/Rio Claro)

GT 12: 24/09/2010 – 13 às 16h – Sala 07

O ENSINO DE FRAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UM EXERCÍCIO DE EPIFANIA PARA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA 87
Douglas Gonçalves da Silva (UFMS)

MODELAGEM MATEMÁTICA NO PROJETO FAZER-COMPREENDER: UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA 88
Edilson Guedes da Silva (G-UFMS)
Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

A MATEMÁTICA USADA NA CONSTRUÇÃO DE UM CURRAL 89
Ronilce Maira Garcia Lopes (G-UFMS)
Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

O PIBID – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – NA FORMAÇÃO CONTINUADA 89
Vinícius Sanches Tizzo (G-UFMS)
Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

PÔSTERES

A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS 91
Fabio Barbosa (G-UEMS)
Fernanda Yukie da Silva Fugii (G-UEMS)
Katuscia Parreira Ribeiro (G-UEMS)
Leticia Aparecida de Freitas de Oliveira (G-UEMS)
Carlos Augusto de Oliveira Cruz (UEMS)

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO DE PROPRIEDADE E SEUS LIMITES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	91
José Guilherme da Silva Filho (G-UEMS)	
Rosa Mirian Barbosa de Moraes Valentim (G-UEMS)	
Ruíter Augusto da Silva (G-UEMS)	
Vinícius Alves (G-UEMS)	
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - UMA VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE ITURAMA	92
Fabiana Maria de Araujo (PG-UEMS)	
Pollyana Souza Rocha (PG-UEMS)	
Tânia Cristina de Freitas Marques (PG-UEMS)	
Alessandro Martins Prado (UEMS)	
A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E A INSTITUIÇÃO DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD)	92
Maria Rosa Ferreira (G-UEMS)	
Patrícia Rosa Venâncio (G-UEMS)	
Rudygere Paulo Prado Machado (G-UEMS)	
Estefânia Naiara da Silva Lino (UEMS)	
RELATOS DE PROFESSORES DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR	93
Alessandra Christian Pereira de Souza (G-UEMS)	
Caroline da Silva Dourados (G-UEMS)	
Maria Aparecida Rodrigues (G-UEMS)	
Ronilda Macedo de Carvalho (G-UEMS)	
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)	
INCLUSÃO ESCOLAR E INDISCIPLINA: UMA ASSOCIAÇÃO JUSTA?	94
Aline Ramos de Freitas (G-UEMS)	
José Uisley Araujo (G-UEMS)	
Rita de Cássia Souza (G-UEMS)	
Simone Aparecida Alves (G-UEMS)	
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)	
O MONITOR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: REFLETINDO SOBRE SUA PRÁTICA EM PARANAÍBA-MS	94
Ana Cláudia de Souza (G-UEMS)	
Giovani Ferreira Bezerra (G-UEMS)	
Milene Ferreira Bezerra (G-UEMS)	
Priscila Nascimento Costa (G-UEMS)	
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)	
A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS	95
Ana Lúcia Aparecida da Silva (G-UEMS)	
Catiuce Alves Ferreira Moraes (G-UEMS)	
Eliane Maria Silva (G-UEMS)	
Emília Caroline Costa Evangelista (G-UEMS)	
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)	
O LÚDICO ENQUANTO ELEMENTO BALISADOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	95

Ana Paula Rodrigues Pereira (G-UEMS)
Andressa Aparecida de Fátima Vivian Camargo (G-UEMS)
Maria Tereza Rocha Maia (G-UEMS)
Taiane Danila da Silva Lino (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

ANÁLISE DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS 96

Ândrea Luiza Bernardes Dornelas Rodrigues Garcia (G-UEMS)
Dayane Aparecida Ferreira da Silva (G-UEMS)
Gisele Rocha da Silva (G-UEMS)
Sivaldo Cardoso dos Santos (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES 96

Andréia Aparecida Simões Menezes (G-UEMS)
Isabel Cristina de Mendonça (G-UEMS)
Lúcia Regina de Araújo da Silva (G-UEMS)
Maria Jacira da Costa (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O INTERESSE CAPITALISTA POR DETRÁS DA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE RELATOS DE PROFESSORES 97

Anny Kelly da Silva (G-UFMS)
Diego Silva Maia (G-UEMS)
Silmaia Queiroz Silva (G-UEMS)
Tatiane de Castro Alves (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O ENSINO DE LIBRAS NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM SURDEZ 97

Bianca Coutinho de Carvalho (G-UEMS)
Divino Machado do Nascimento (G-UEMS)
Luana Alves de Lima (G-UEMS)
Vanessa Miranda de Almeida (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

RELATOS DE RESULTADOS PARCIAIS DE PESQUISAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 98

Bruno Vigil Pereira (G-PIBIC/UEMS)
Danilo Fernando Silva (G-PIBIC/UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 98

Camila Augusta Queiroz da Silva Pereira (G-UEMS)
Danila Souza Rodrigues (G-UEMS)
Raniele Soares Almeida (G-UEMS)
Silvana Aparecida Tosque de Oliveira (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

CEGOS E TECNOLOGIA: UMA POSSÍVEL EMANCIPAÇÃO 99

Camila Garcia Silva (G-UEMS)
Lara Moniele Rodrigues dos Santos (G-UEMS)
Maria Francisca da Silva Ribeiro (G-UEMS)

Sueli Pereira Chagas (G-UEMS)	
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)	
FRACASSO ESCOLAR: UM DESAFIO PARA A ESCOLA INCLUSIVA	100
Cássia Maria Aparecida Tiago (G-UEMS)	
Flávia Gonçalves Nascimento (G-UEMS)	
Jaqueline Severina de Queiroz (G-UEMS)	
Monise Ferreira dos Santos (G-UEMS)	
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)	
ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ESPAÇOS EDUCACIONAIS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO	100
Cathiley Nair Miranda Santana (G-UEMS)	
Maria Aparecida de Paula Franco (G-UEMS)	
Patrícia Aparecida de Souza (G-UEMS)	
Valdelice Maria Mendonça da Silva (G-UEMS)	
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)	
ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS: BREVES NOTAS PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	101
Cleuza Eurides Ricardo (G-UEMS)	
Flaviana dos Santos (G-UEMS)	
Genáina Pereira Martins (G-UEMS)	
Maurício da Silva Santos (G-UEMS)	
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)	
PREVINIR PARA A VIDA	101
Cristiane Aparecida Leal Buso Machado (G-UFMS)	
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini (UFMS)	
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR	102
Daniela Machado da Silva (G-UEMS)	
Raquel Marques Ribeiro dos Santos (G-UEMS)	
Vera Lúcia Xavier de Lima Queiroz (G-UEMS)	
Welcidaime Aparecida Alves dos Santos (G-UEMS)	
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)	
A INCLUSÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DAS SALAS COMUNS	102
Daniele Pereira Garcia Arid (G-UEMS)	
Janaína Aparecida da Silva (G-UEMS)	
Valdecleia Moreira Mazini (G-UEMS)	
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)	
A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS	103
Deusângela Adelaide de Souza (G-UEMS)	
Luciene Antonia de Souza (G-UEMS)	
Monique Aparecida da Silva Lopes (G-UEMS)	
Vanessa Cristiane Pascoaloto (G-UEMS)	
Washington César Shoiti Nozu (UEMS)	
A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SURDEZ NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS	103

Divino Lopes da Silva (G-UEMS)
Sandra Luzia Martins (G-UEMS)
Silvana Elizabeth Martins (G-UEMS)
Tiago da Silva Fernandes (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAÍBA/MS 104

Edicesar Lopes Oliveira (G-UEMS)
Luana Catrine Alves da Silva (G-UEMS)
Regina Aparecida Rangel Ferreira (G-UEMS)
Vanessa Cristina Rodrigues Borges (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MUNICIPAL MAJOR FRANCISCO FAUSTINO DIAS DE PARANAÍBA/MS 105

Edinéia da Silva Freitas (G-UEMS)
Josiane Martins de Almeida Silva (G-UEMS)
Marley Márcia Machado (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS 105

Eliana Aparecida Silvestre (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

MATERIAL DIDÁTICO PARA TRABALHAR COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 106

Eliane da Silva Sousa Barbosa (G-UEMS)
Paula Carina Pedro Novaes (G-UEMS)
Sidineia Valentin Soares (G-UEMS)
Sídnei Ricards Machado (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

O FILME COMO APOIO PEDAGÓGICO PARA REFLEXÃO SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 106

Elizabeth Núria de Souza Barbosa (G-UEMS)
Joana Maria Oliveira (G-UEMS)
Maria Rita de Oliveira (G-UEMS)
Regina Dorcelina Pedroso (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

ACESSIBILIDADE AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARANAÍBA/MS 107

Gláucia da Silva Claro (G-UEMS)
Izamara Ferreira Neves (G-UEMS)
Maria Aparecida Silva Oliveira Macedo (G-UEMS)
Neuzira Aparecida Ferreira da Silva Couto (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

UM ESTUDO DE LEVANTAMENTO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARANAÍBA/MS 107

Ionice Aparecida Leal Ribeiro (G-UFMS)
Josania Silva de Oliveira (G-UEMS)
Karina de Oliveira Cunha Silva (G-UEMS)

Lidiane Gonçalves de Paula (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

A INSERÇÃO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO CIDADÃ 108

Ariane Voltan de Paula (G-UEMS)
Elson Luiz de Araujo (UEMS)

UMA ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VERDADE EM FACE DO MÉTODO RETÓRICO 108

Aparecido Alves Niedo (G-UEMS)
Marcelo de Andrade (G-UEMS)
Osmar Batista de Sena (G-UEMS)
Ueliton José Borges de Freitas (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

PROJETO DE EXTENSÃO: “ENCONTRO DE GERAÇÕES: VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO ESTREITANDO LAÇOS COM A MELHOR IDADE” 109

João Victor Fávoro Turina (G-UEMS)
Juliano Gil Alves Pereira (UEMS)

FAÇA PARTE: DEFENSORES DO MEIO AMBIENTE, DEFENSORES DA VIDA! 109

Amanda Cristina Zanluchi (G-UMES)
Camila de Oliveira Belloni (G-UEMS)
Isabella Haydeé Belloni (G-PIBEX/UEMS)
Stefania Barbai Araujo (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

COTAS RACIAIS: INSTRUMENTO DE (IN)JUSTIÇA? 110

Giseli Marques Bianchini (UEMS)

ACADÊMICOS EM AÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO NA UEMS DE PARANAIBA 111

João Fernando Floriano Gonçalves Pinheiro (G-UEMS)
Rafael Castro Torres (G-PIBEX/UEMS)
Roberto Carlos Alves de Oliveira Junior (G-UEMS)
Rômulo Carvalho de Queiroz (G-UEMS)
Juliano Gil Alves Pereira (UEMS)

PROUNI E O SUCATEAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA DO ENSINO PÚBLICO 111

Pedro Gabriel Castro Torres (G-UEMS)
Júnior Tomaz de Souza (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

@.COM: A MELHOR IDADE CONECTADA AO MUNDO DIGITAL, ROMPENDO AS BARREIRAS TECNOLÓGICAS 112

Ana Paula Souza Caetano (G-UEMS)
Ana Paula Cruvinel Ruela Pereira Garcia (G-UEMS)
Paula Ortega Queiroz (G-UEMS)
Kasla Garcia Gomes Tiago de Souza (UEMS)

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS 112

Fernando Rodrigues de Souza (G-UEMS)

Géssica Rodrigues de Queiroz (G-UEMS)
Nilza Aparecida Ferreira (G-UEMS)
Valter Kleber de Souza (G-UEMS)
Carlos Augusto Oliveira Diniz (UEMS)

A HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NA PERSPECTIVA DE UMA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

..... 113
Karen de Souza Alves (G-UFMS)
Rúbia de Fátima Mendes (G-UFMS)
Renata Bellenzani (UFMS)

PROGRAMAÇÃO GERAL

22/09/2010

16h30 às 20h

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro
- Credenciamento, Cerimônia de Abertura e Apresentação Cultural

20h

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro
Palestra: "Educação, desenvolvimento sustentável e tecnologia: pressupostos histórico-ontológicos"
Prof. Dr. Silvio Ancisar Sanchez Gamboa (UNICAMP)

23/09/2010

7h30 às 12h

Local: UEMS
Simpósios

13h às 16h

Local: UEMS
Comunicações por grupos de trabalho

16h às 18h

Local: UEMS

Lançamento de livros

- **A Etnomatemática no contexto do Ensino Inclusivo**

Thiago Donda Rodrigues

- **Concepções e Trajetórias sobre Pesquisas em Educação**

Doracina Aparecida de Castro Araujo e Elson Luiz de Araujo (Orgs.)

- **Constituição e Direitos Humanos:** 20 anos da Constituição Federal e 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Alessandro Martins Prado, Mário Lúcio Garcez Calil e Rafael Sérgio Lima de Oliveira (Orgs.)

- **Educação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável**

Cláudia Karina Ladeia Batista e Doracina Aparecida de Castro Araujo (Orgs.)

- **Pesquisa em Educação:** interfaces de saberes

Doracina Aparecida de Castro Araujo e Estela Natalina Mantovani Bertolotti (Orgs.)

- **Educação Etnomatemática:** Concepções e Trajetórias

Marcos Lubeck

19h às 19h30

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro
Apresentação Cultural

19h30 às 21h

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro

Palestra: "A educação na cibercultura: novos parâmetros e novas estratégias"

Profª. Drª. Maria Conceição Alves de Lima (UEMS)

21h às 22h30

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro

Palestra: "A formação de professores diante dos desafios da Educação On-line"

Profª. Drª. Renata Portela Rinaldi (UNOESTE)

24/09/2010

7h30 às 12h

Local: UEMS

Simpósios

13h às 16h

Local: UEMS

Comunicações por grupos de trabalho

16h às 18h Local: UEMS

Sessão de Cinema

19h às 21h30

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro

Palestra: "Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro"

Prof^ª. Dr^ª. Norma Sueli Padilha (UFMS/UNIVEM)

21h30

Local: Salão Social da Loja Maçônica Recanto Hospitaleiro

Lançamento de Livro

Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro – Norma Sueli Padilha

25/09/2010

7h30 às 11h30

Local: UEMS

Apresentação de Pôsteres

13h às 17h

Local: UEMS

Comunicações por grupos de trabalho



Simpósios

EDUCAÇÃO

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DE CONSTITUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

Profa. Esp. Andréia Lemos de Oliveira (UEMS/Paranaíba)
Profa. Esp. Elaine Aparecida Rodrigues da Silva (Ed. Básica/Paranaíba)
Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS/Paranaíba)

No Brasil, o processo de constituição da literatura infantil como fenômeno literário/social/cultural (MORTATTI, 2008) tem sua gênese no final do século XIX, dando início aos impasses que caracterizam o gênero até os dias atuais, quais sejam: sua origem marcadamente didática; a condição de menoridade de seu destinatário previsto, a criança; e, a condição do livro, seu suporte, como mercadoria. No Simpósio temos como objetivo tecer considerações históricas e teóricas sobre esse processo de constituição, no que diz respeito a esses impasses, de modo a fomentar um debate sobre esse gênero tão importante para a formação de leitores.

Palavras-chave: História. Literatura Infantil. Mercado editorial.

TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL, POLÍTICA EDUCACIONAL E PARADIGMA DE SUPORTES: DIÁLOGO COM EDUCADORES

Profa. Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS/Paranaíba)
Profa. Me. Maria Silvia Rosa Santana (UEMS/Paranaíba)
Prof. Esp. Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS/Paranaíba)

A proposta da sessão de simpósio é dialogar com os educadores sobre a teoria histórico-cultural, as políticas educacionais para pessoas com deficiência e a inclusão escolar, com o fito de refletir sobre essas temáticas no processo ensino/aprendizagem. Com essa reflexão, pretendemos proporcionar aos docentes e a pessoas interessadas em educação três temas que se complementam, a saber: a concepção histórico-cultural sobre o desenvolvimento humano a partir das possibilidades educacionais; compreensão sobre política educacional e concepção sobre o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino regular. Dessa forma, a sessão de simpósio se propõe a contribuir com as discussões que circundam os meios educacionais, além de ter a pretensão de incentivar os educadores a construir sua práxis educacional a partir de uma concepção científica do processo ensino/aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Teoria Histórico-Cultural. Política educacional.

HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof. Me. Carlos Eduardo França (UEMS/Paranaíba)
Prof. Me. Jacques Elias de Carvalho (UEMS/Paranaíba)

A sessão de simpósio proposta visa aproximar duas áreas afins na discussão, História e Ciências Sociais. Inicialmente será apresentada a primeira área, Ciências Sociais e a nova história política com novos olhares no estudo do Estado e das classes sociais. Em um segundo momento serão mantidos diálogos e questionamentos historiográficos na contemporaneidade inerentes a História Cultural, que afirma que nos últimos anos, os estudos culturais tornaram-se um campo de reflexão muito instigante e



complexo. Novas fontes, diversidade de abordagens, problemáticas comuns, ampliação dos conceitos fizeram da cultura um lugar de destaque para o entendimento das transformações ao longo dos processos históricos. Claro que em cada país ou região, o afloramento da cultura no centro dos debates intelectuais trilhou caminhos diversos, em etapas diferenciadas e de acordo com condições históricas específicas. Assim, na sessão pretendemos contribuir para o debate acerca do conceito de cultura como ponto de interseção do social, ou melhor, o campo cultural como um lugar específico da reflexão do trabalho historiográfico, assim, ressaltar a historicidade das obras artísticas, interpretando-as como produtoras e produtos de múltiplas interpretações e ressignificações sociais.

Palavras-chave: Ciências Sociais. História. Classes sociais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE: DESAFIOS DA ESCOLA PARA TODOS

Prof. Me. Jehu Vieira Serrado Júnior (AEMS/Três Lagoas)
Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias (UFMS/Três Lagoas)
Profa. Me. Raquel Elizabeth Saes Quiles (UFMS/Três Lagoas)

Na sessão de simpósio serão apresentadas reflexões oriundas das discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Diversidade, Educação e Inclusão – GEPEDI. O objetivo é discutir alguns apontamentos sobre o papel dos professores no que tange à inclusão escolar e sua relação com a diversidade enfatizando as relações étnicorraciais e as necessidades educacionais especiais. Buscamos ainda apresentar um dos trabalhos desenvolvidos pelo GEPEDI a partir das ações do Projeto de Extensão “Educação Inclusiva e diversidade: desafios da escola para todos”, no campus de Três Lagoas/MS, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. Dividiremos a apresentação da sessão em três momentos distintos, mas que estão intrinsecamente ligados. No primeiro apresentaremos as questões voltadas à formação de professores e o seu papel diante da inclusão escolar. No segundo abordaremos as especificidades relacionadas à raça e necessidades educacionais especiais e no terceiro descreveremos a experiência de extensão em andamento.

Palavras-chave: Diversidade. Projeto de extensão. Educação inclusiva.

MEDIR E PESAR NUM CONTEXTO DISTINTO – UMA EXPLICITAÇÃO ETNOMATEMÁTICA

Prof. Me. Marcos Lübeck (UNIOESTE)
Prof. Me. Thiago Donda Rodrigues (UFMS/Paranaíba)

Não raras vezes no nosso cotidiano, em atividades de rotina ou mesmo em ações peculiares que eventualmente executamos, nos deparamos com situações em que usamos alguns dos nossos sentidos para perpetrar avaliações, comparações e medições. Uma prática muito comum é fazermos uso do que popularmente chamamos de “olhômetro”. Notadamente esta capacidade pouco é desenvolvida em ambientes escolares ou em disciplinas como Matemática, pois é uma aptidão e não permite uma generalização. Apesar de nos parecer burlesco esse termo sempre que o ouvimos, não deixamos de saber o que este verbete quer significar, ou seja, conhecemos a sua acepção, de que o olho, ou melhor, a visão, é usada como um instrumento de medição e de avaliação que indiretamente dá um valor a um objeto avaliado. Assim, analisaremos aqui dois relatos que mostram que medir e pesar em contextos singulares são bem mais que palpites, mas são construções bem elaboradas, com explicação e argumentação rigorosas, e que são explicitadas pela Etnomatemática. Particularmente, estas descrições dizem respeito ao modo como é encabada a enxada - o modo como é colocado o cabo neste instrumento de trabalho - e como é feita a estimativa de peso do gado bovino, ambas as situações encontradas em muitos lugares do Mato Grosso do Sul, mas não exclusivamente.

Palavras-chave: Etnomatemática. Medir. Pesar.



A MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS: PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Profa. Dra. Sílvia Regina Vieira da Silva (UNESP/Ilha Solteira)
Prof. Dr. Paulo Isamo Hiratsuka (UNESP/Ilha Solteira)

A necessidade de mudar o paradigma da formação continuada foi uma das motivações de Lamonato (2009), que investigou os conhecimentos revelados por professoras da Educação Infantil durante um curso de formação continuada no qual os professores foram sujeitos de seus próprios conhecimentos: envolveram-se em atividades com conteúdos geométricos, refletiram sobre sua prática e desenvolveram atividades com os seus alunos. A autora aponta mudanças positivas seja por parte dos professores envolvidos, seja por parte dos alunos de tais professores. Aqui descreveremos dois projetos de pesquisa (um encerrado e outro em andamento), relacionados à Geometria nas séries iniciais, nos quais os professores envolvidos (rede básica de ensino público) tiveram (ou estão tendo) participação ativa e os conceitos geométricos foram (ou estão sendo) apresentados de forma diferenciada.

Palavras-chave: Matemática. Formação de professores. Geometria.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POR MEIO DE PROJETOS DIDÁTICOS: INFERÊNCIAS POSSÍVEIS

Prof. Me. Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (UFMS/Três Lagoas)
Prof. Me. Odair França de Carvalho (Bolsista/UFU)

A intenção da sessão é a de refletir sobre a Pedagogia de Projetos como possibilidade metodológica junto ao que estamos denominando como educação da infância (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), a partir da concepção dialética (SAVIANI, 1984, 1991) na busca e proposição de princípios gerais de organização para a prática docente. Em um primeiro momento, buscamos resgatar as concepções pedagógicas, elencando as suas possíveis ocorrências no *lócus* da atividade docente: a sala de aula; em seguida passamos a refletir sobre a viabilidade de uma metodologia de ensino por projetos didáticos, tendo como referência os postulados da didática fundamental ancorados na produção brasileira sobre a concepção pedagógica dialética. Devemos ressaltar que nossa intenção não é enunciar um "método de projetos", mas sim refletir sobre a intervenção didática na educação da infância por meio de projetos didáticos. Para que a prática pedagógica na educação da infância possa ser exitosa, precisamos transformar a escola em um local com maior diversidade metodológica, com o fim de dar conta da multiplicidade de situações que nascem no cerne do processo de ensino aprendizagem e uma dessas possibilidades seria a adoção dos projetos didáticos. Nesse aspecto, entendermos as concepções pedagógicas nos traz elementos importantes para compreendermos a prática docente e os elementos que a compõem.

Palavras-chave: Pedagogia de projetos. Educação Infantil. Ensino Fundamental.

DIREITO

A BANALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: O DANO MORAL

Profa. Me. Ana Maria Ortega Alonso (FAMA/Iturama, FIPAR/Paranaíba)
Prof. Me. Alessandro Martins Prado (UEMS/Paranaíba)



O ser humano projeta sobre si o olhar que o grupo lhe recomenda, com claras variações que sua individualidade determina e, com isto atribui a si e aos outros qualidades, constrói sua dignidade humana. É certo que o *status* constitucional conferido ao princípio da dignidade humana, é fruto de uma constituição garantista e passo importante de tão elevada conquista. Não raro temos visto e ouvido muito a respeito deste princípio. Tal tema tem sido focado nos diversos meios de comunicação e, também tem sido matéria de debates nos bancos universitários e nos artigos especializados. O que ocorre, são também as recentes e equivocadas aplicações relacionadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, que tem culminado numa verdadeira distorção sobre a real função do mesmo e colaborado para que, em seu nome, esteja sendo solidificada uma indústria do dano moral. Distorções deste tipo desvalorizam conquistas históricas como esta, ou seja, a elevação do princípio da dignidade da pessoa humana a fundamento da República Federativa do Brasil, retirando-lhe sua verdadeira força.

Palavras-chave: Dano Moral. Dignidade humana. Princípio.

EFETIVANDO OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO POR MEIO DO NEOPROCESSUALISMO

Profa. Me. Ana Maria Ortega Alonso (FAMA/Iturama, FIPAR/Paranaíba)
Prof. Me. Alessandro Martins Prado (UEMS/Paranaíba)

Um dos maiores problemas do Poder Judiciário brasileiro é a sua falta de efetividade. Essa falta de efetividade desemboca em problemas das mais diversas ordens, tais como, problemas culturais, sociais, econômicos, financeiros, sensação de impunidade e até mesmo a nítida percepção de um Poder Judiciário totalmente impotente e ineficiente, incapaz de fazer cumprir suas próprias decisões. Essa sensação e até mesmo nítida percepção de impotência e ineficiência do poder judiciário por sua vez possui uma face muito mais perversa ao se revelar quase que totalmente incapaz de apresentar soluções, principalmente no âmbito da efetivação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, notadamente direitos expressos em cláusulas pétreas de nossa Carta Magna, tais como o direito à dignidade, à saúde, à vida, o direito de resposta proporcional ao agravo, além do direito a danos morais e materiais, independentemente ainda da apuração na esfera criminal, dentre tantos outros direitos previstos no artigo 5º de nossa Constituição Federal de 1988. Desta forma, o objeto desta sessão será demonstrar a necessária aceitação por todos os operadores do direito das evoluções provocadas pelo movimento intitulado neoconstitucionalismo e principalmente pelo neoprocessoalimento advindo dos desdobramentos provocados por aquele movimento.

Palavras-chave: Neoconstitucionalismo. Neoprocessoalimento. Cidadão.

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS: EM BUSCA DE UMA TUTELA DOS INTERESSES DE MASSA

Profa. Me. Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS/Paranaíba)
Profa. Esp. Giseli Marques Bianchini (UEMS/Paranaíba)

A passagem do Estado liberal ao social democrático apresentado por Norberto Bobbio (2000) e Paulo Bonavides (2003) causou profundas modificações no direito. A concepção privatista dos direitos próprios da burguesia capitalista do século XVIII cedeu espaço paulatinamente à busca pela justiça social. A concepção do direito processual, elaborada para a defesa de interesses predominantemente privados, já não atendia a contento as necessidades de um novo direito surgindo com viés coletivo e publicista. A Revolução Francesa foi também responsável pelos direitos de fraternidade, segundo os quais os seres humanos se encontram ligados por interesses e direitos tidos por fundamentais, exigíveis do Estado e oponíveis a este. A busca pela chamada justiça social passa a exigir do Poder Judiciário soluções cada vez mais voltadas para os interesses sociais e coletivos. A constatação dessa nova forma de "pensar" o processo faz surgir uma teoria então inovadora, que



considera o processo como mecanismo posto a serviço da jurisdição e não como um fim em si mesmo.

Palavras-chave: Direitos coletivos. Tutela. Massa.

DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA: DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E PROCEDIMENTO ADEQUADO

Profa. Me. Gláucia Aparecida da Silva Faria Lamblém (UEMS/Paranaíba)
Profa. Me. Raquel de Freitas Manna (UEMS/Paranaíba)

Poucos temas têm despertado tanta atenção dos especialistas como a efetividade do processo ou da prestação jurisdicional. O direito fundamental à prestação jurisdicional efetiva significa a concretização dos direitos materiais irrealizados de forma espontânea por meio do processo suficientemente dotado de mecanismos aptos a produzir resultado útil, num período razoável de tempo. É cediço que o exercício da função jurisdicional do Estado, pelo Poder Judiciário, tem como premissa constitucional uma prestação efetiva e célere e para tanto, deve-se utilizar de procedimentos adequados de forma a realizar o direito material, operando os efeitos que lhe são próprios. A Constituição Federal trata do direito de ação sob diversos ângulos relacionados ao direito fundamental à tutela jurisdicional, e embora se reconheça a importância de cada uma das facetas inerentes ao direito de ação, não se olvida que a matéria é extensa, eis que se trata de tema extremamente fecundo. Por esta razão, impõe a delimitação dos aspectos a serem tratados neste breve ensaio. Pretende-se discorrer acerca da natureza do direito à tutela jurisdicional efetiva, bem como sobre os dois pilares do indigitado direito: a duração razoável do processo e do procedimento adequado.

Palavras-chave: Constituição Federal. Direito fundamental. Tutela Jurisdicional.

O MICROSSISTEMA PROCESSUAL COLETIVO E O PAPEL DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Profa. Me. Gláucia Aparecida da Silva Faria Lamblém (UEMS/Paranaíba)
Profa. Me. Raquel de Freitas Manna (UEMS/Paranaíba)

A evolução social, as transformações tecnológicas, as descobertas científicas e o fenômeno da globalização, assim como, o atual cenário de mudanças legislativas, políticas e sociais, são fatores que têm levado ao surgimento de uma nova categoria de direitos, com pilares na valorização do ser humano como protagonista efetivo das relações sociais, gerando uma clara humanização das relações jurídicas, em especial as patrimoniais. Diante disso, surgiu dentro do Estado a preocupação em garantir às pessoas a fruição efetiva e real dos bens, principalmente daqueles que são considerados vitais dentro de uma organização social que se preocupa em ser mais justa. Repita-se aqui que os conflitos de natureza coletiva sempre existiram, todavia, seu tratamento material e processual coletivo é que guarda origem e evolução recente. Assim, os direitos fundamentais dos indivíduos não mais se resumem a direitos de defesa contra a interferência estatal na esfera jurídica particular. A sessão tem por escopo, tratar ainda que de forma abreviada do microsistema processual coletivo e, mais especificamente do CDC como importante instrumento de realização de um direito fundamental de proteção não somente do consumidor, mas também de todos os titulares de direitos coletivos.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Microsistema. Direitos coletivos.

NORMA PENAL E (IN)SUSTENTABILIDADE SOCIAL: PENA DE QUEM?



Prof. Me. Isael José Santana (UEMS/Paranaíba)
Profa. Esp. Lisandra Moreira Martins (UEMS/Paranaíba)
Prof. Me. Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS/Paranaíba)

A coerção por meio da aplicação da pena existe desde os primórdios da civilização. Discorrer sobre a evolução da pena e a formas de aplicação que vão desde a vingança privada até as teorias modernas seria permanecer no lugar comum. Basta notar-se que, para tantos, os “manuais” trazem a evolução histórica da pena e suas funções. O que nos move no presente trabalho é outra ótica. Considerando que, em que pese as divergências, a pena tem função de buscar um equilíbrio social e dar sustentação às relações pessoais. Assim, não se pode prescindir de sanção no rompimento do “contrato social”. Neste sentido Rousseau, afirma que a igualdade é natural e a desigualdade é produzida nas relações humanas. A pena clássica é a perda da liberdade, sendo esta suprimida pela razão que é ação lógica e desprovida de qualquer sentimento ou sentimentalismo. É ação estatal fundada nos fatos e, para quem possa apressadamente acreditar que defendemos um dogmatismo legal, a análise dos fatos não é a mera aplicação da lei frente ao positivismo extremo; pelo contrario, é a análise do estado social, ou não seria justiça, mas mera legalidade.

Palavras-chave: Norma penal. Estado Social. Tutela penal.

TECNOLOGIA

AS INFORMÁTICAS NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UM HISTÓRICO A PARTIR DE 1977

Prof. Dr. Adriano Rodrigues Ruiz (UNOESTE/Presidente Prudente)
Prof. Esp. Jaqueline de Souza José (FJB/José Bonifácio)
Profa. Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS/Paranaíba)

A sessão do simpósio fará um recorte da história da informática na educação paulista, a partir do ano de 1977, com a implantação do programa “Escola de cara nova na era da informática” e a criação dos Núcleos Regionais de tecnologia Educacional (NRTE) e da Gerência de informática Pedagógica (GIP) vinculada à Diretoria Técnica da Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE) – SP. A escolha pelo recorte deu-se pelo fato de outros autores já terem discutido o tema, como é o caso de Valente (1999), Bettega (2000) e Martins (2006). O recorte abrange um período em que a ênfase marcante foi na inserção do computador na cultura pedagógica, foi um momento em que os chamados softwares educativos surgiram como potencialmente importantes para inovações educacionais. Com um determinado sentido de avaliação do caminho percorrido, a pergunta que ganha significado diz respeito ao possível legado gerado com o empenho de disseminação dos recursos computacionais na educação formal.

Palavras-chave: Informática. Educação paulista. Cultura pedagógica.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO HUMANA

Prof. Dr. Cláudio Roberto Brocanelli (UNOESTE/Presidente Prudente)
Profa. Dra. Raquel Rosan Christino Gitahy (UEMS/Paranaíba, UNOESTE/Presidente Prudente)
Profa. Dra. Renata Portela Rinaldi (UNOESTE/Presidente Prudente, UFSCar/São Carlos)

Vivemos em um mundo cada vez mais dinâmico que tem provocado efeitos visíveis na escola tendo em vista a sua função de educar, pois uma das características da sociedade em que vivemos está



relacionada ao conhecimento, que pode ser considerado um dos principais valores de seus cidadãos. Somos hoje convidados, ou forçados, a pensar processos educativos que ultrapassem as instituições de ensino mais tradicionais, ou em propostas que apresentem como possibilidade a criação de novos ambientes de aprendizagem, em que a relação presencial professor/aluno seja transcendida, principalmente pela crescente interação proporcionada pela telemática e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Contudo, o destaque que é preciso oferecer em toda essa discussão é a dignidade do homem acima da máquina, de modo que esta não se sobreponha às atitudes e ética humanas. Diante do exposto, ainda que de forma breve, considerando o espaço do qual dispomos na sessão de simpósio, é certamente impossível aprofundar o debate sobre essa questão; por isso faremos uma apresentação de alguns aspectos que perpassam o processo de incorporação das TIC na educação e, por conseguinte, nos processos de formação humana.

Palavras-chave: Tecnologias. Informação. Comunicação. Formação humana.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

O ESTADO E O DEVER DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – UMA ANÁLISE DA VERTENTE PROTECIONISTA ESTATAL POR MEIO DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL EFICAZ

Profa. Me. Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS/Paranaíba)
Profa. Me. Sidinéa Faria Gonçalves da Silva (UEMS/Paranaíba)

Não obstante tenha o Brasil notável legislação na área ambiental, a implementação de tais leis encontra percalços capazes de tornar inócua a atuação do judiciário. Não raramente a comunicação tardia da ocorrência do ilícito, a morosidade no trâmite das ações e a não aplicação de tutela inibitória quando o caso requer, acaba por fazer regra a aplicação do mero ressarcimento pecuniário. Tal tutela, embora ainda mantenha seu aspecto pedagógico, resta ineficaz ao fim a que se destina: coibir a degradação ambiental. A efetividade da tutela jurisdicional ambiental guarda em si um aspecto de suma importância, porém nem sempre observado: a necessidade de se prevenir o ilícito, evitando por consequência o eventual dano ambiental dele decorrente. Isto porque o bem da vida a ser tutelado não goza de caráter patrimonial, de modo que a tutela ressarcitória por meio de indenização pecuniária não se mostra eficaz. Muitos dos “novos direitos” não se coadunam com a simples tutela de reparação do dano, mormente porque, alguns deles, entre os quais o direito ao meio ambiente equilibrado, não possuem caráter patrimonial ou econômico. Requerem uma visão mais utilitária do processo, não como um fim em si mesmo, mas como mecanismo de operacionalização das disposições constitucionais de proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: Meio ambiente. Legislação. Estado.

EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

Eng. Florestal Cláudio Augusto Bonora Vidrih Ferreira (UNESP/Botucatu)
Prof. Me. Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira (UEMS/Paranaíba)
Profa. Me. Natália Bonora Vidrih Ferreira (UNESP/Bauru)

Os rumos do modelo de desenvolvimento econômico, de base industrialista, adotado pela sociedade ao longo dos anos trouxeram como resultados, enormes desequilíbrios aos ecossistemas do planeta, aumentando, a cada dia, o nível de degradação da qualidade do meio ambiente. Percebendo os equívocos de sua evolução, a humanidade vai, aos poucos, reconhecendo a necessidade de reorientar suas ações visando uma convivência harmoniosa com o seu entorno. Este processo de conscientização atinge, inevitavelmente, o plano das políticas públicas, fazendo com que o Estado se utilize de mecanismos que possam influenciar o processo de mudança do comportamento humano



em relação ao meio ambiente. Neste trabalho procura-se apresentar o processo de evolução seguido pelas políticas públicas ambientais desenvolvidas no Brasil identificando os aspectos que caracterizam cada um de seus períodos de modo a possibilitar a compreensão de seu amadurecimento e a identificação de suas tendências e aprimoramento.

Palavras-chave: Política ambiental. Brasil. Políticas públicas.

AValiação DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS

Prof. Me. Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS/Paranaíba)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Miranda Mendonça (USP/Ribeirão Preto)

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani (UFMS/Campo Grande)

O ciclo produtivo da sociedade capitalista extrai do meio ambiente os insumos necessários para a produção de alimentos e bens de consumo, entretanto, tal processo retorna resíduos e poluentes, acarretando poluição e esgotamento dos recursos naturais. Outra preocupação é que há uma camada da população que sofre com pobreza, fome e exclusão social. A finitude dos recursos naturais e os impactos negativos dos resíduos das fábricas resultaram em um processo de desenvolvimento econômico sem preocupação com a natureza e com a qualidade de vida. O desenvolvimento sustentável parece ser uma obrigação do governo, no entanto, os recursos destinados a tal promoção são limitados. O setor privado assume um papel relevante neste âmbito, sem a participação dos recursos privados, passa a não existir o uso sustentável da biodiversidade, e não haverá mais biodiversidade para abastecer o processo produtivo. Diante deste panorama as empresas passam a reestruturar sua produção. Emerge a sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios que promove inclusão social, reduz e/ou otimiza o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira da empresa.

Palavras-chave: Projetos socioambientais. Recursos naturais. Avaliação.



Comunicações

GT 01

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: É POSSÍVEL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Alaíde Pereira Japecanga Aredes (UEMS/UNESP/Marília)

No Brasil são vários os estudos que tratam da questão da democracia na escola. Tais estudos deixam esperanças de que é possível a democracia na escola, que basta esforço, muita luta e principalmente desejo s por uma escola pautada nos princípios da democracia. Todavia, o que se nota, de maneira geral, é que essas pesquisas, muitas vezes, metodologicamente inquestionáveis enfrentam uma triste realidade, isto é, a democracia está longe da escola, e embora seja até proclamada na Constituição Federal de 1988 e na LDB 9.394/96, há dificuldades por parte dos profissionais da Educação em praticá-la. O objetivo desta pesquisa é apontar que nas escolas brasileiras não há gestão pautada nos princípios da democracia, em virtude de vários fatores, mas um deles é o fato de ser esta uma discussão muito polêmica e delicada. Em relação a metodologia esta se centra nas pesquisas realizadas dentro e fora do país. Pretende-se fazer visitas à Escola da Ponte, localizada no subúrbio de Porto, em Portugal, por ser uma das instituições que parece ter como referência pressupostos democráticos. Há algumas experiências semelhantes no Brasil, localizadas no Rio Grande do Norte e em São Paulo. Os resultados são incipientes, pois a pesquisa não foi encerrada.

Palavras-chave: Democracia. Gestão democrática. Escola pública.

CONTOS DE FADAS E O SÉCULO XXI: UMA CULTURA QUE NUNCA MORRE, MAS SEMPRE SE RENOVA

Aline Jacob Trivellato (G - UFMS)

Diego Silva Maia (G - UEMS)

Paulo César Ribeiro Martins (UEMS, FIPAR)

Há séculos os contos de fadas estão inseridos na cultura de diversos povos, atravessando gerações. Desde a cultura oral, passando à cultura escrita e contemporaneamente, na forma de animação, os contos de fadas se renovam de acordo com a necessidade e época a qual estão inseridos. O objetivo deste trabalho é analisar a evolução ocorrida ao longo do processo de transmissão dos contos de fadas e a importância dessa renovação, para sua propagação, visto que, ao mudar a dinâmica da sociedade e a carência da mesma, torna-se necessário também a transformação dos contos de fadas para se adaptar a nova realidade. Esse tema torna-se importante a partir do momento em que existe a percepção da importância da transmissão dos contos de fadas para o imaginário infantil, no intuito de elaborar situações inconscientes que, muitas vezes, causam angústia e conflito. Para a viabilização de tais pretensões usou-se o método dedutivo e como procedimento a pesquisa bibliográfico. Concluiu-se que a imortalidade de alguns contos de fadas, por gerar



significado para os indivíduos passam por uma cadeia evolutiva no intuito de atender as necessidades do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Contos de Fadas. Educação. Pedagogia. Psicanálise.

ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: O PAPEL SOCIAL DO PEDAGOGO

Edicesar Lopes Oliveira (G-UEMS)

Vanessa Cristina Rodrigues Borges (G-UEMS)

Leni Aparecida Souto Miziara (UEMS)

Esta pesquisa, em andamento, tem por objetivo analisar a importância do Projeto de Extensão “Carretel da Alegria: prazer e aprendizado” para a formação dos graduandos em Pedagogia. Tal projeto é desenvolvido por meio de uma parceria entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Paranaíba e a Pastoral da Criança desde 2006. A princípio buscamos subsídios nos fundamentos da Pedagogia Social a fim de entender por que ela é um componente importante para formação política e social do ser humano. Ainda como embasamentos teóricos estão sendo consultados Libâneo, (2005), Pinto (2006), Garrido (2006) dentre outros. Para levantamento dos dados serão entrevistados cinco graduandos. Os resultados iniciais apontam que o CARRETEL DE ALEGRIA é um projeto importante para os graduandos de Pedagogia, uma vez que possibilita aos acadêmicos ter contato direto com os problemas sociais. Contudo, não se trata apenas de sensibilizá-los ou aproximá-los das comunidades menos favorecidas, mas de propiciar atividades que lhes darão uma base para a futura prática docente, a qual requer constantemente a busca de instrumentos metodológicos de forma construtiva, para que eles possam ser de fato, sujeitos de transformação social.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação não-formal. Pastoral da criança.

PSICOMOTRICIDADE: DO SURGIMENTO À CONTEMPORANEIDADE

Ionice Aparecida Leal Ribeiro (G-UEMS)

Paulo César Ribeiro Martins (UEMS/FIPAR)

O objetivo deste artigo é fazer um levantamento histórico da Psicomotricidade, desde seu surgimento até a contemporaneidade, destacando também seus campos de atuações. O termo Psicomotricidade tem como eixo referencial o corpo. Sua história está ligada aos ciclos filosóficos, etno-antropológicos e psicofisiológicos. Portanto, a origem da Psicomotricidade remonta à Antiguidade e confunde-se com a História da Educação Física. No Brasil, a Psicomotricidade sofreu profunda influência da clássica escola francesa de Psiquiatria Infantil, de Psicologia e de Pedagogia. Dupré, Charcot, Zazzo, Ajuriaguerra, Subiran, Walon legaram ao mundo os primeiros estudos sobre Psicomotricidade. Simonne Romain é a introdutora, no Brasil, da Psicomotricidade. Os campos de atuação da psicomotricidade abrange a educação, reeducação e terapia psicomotora. Utilizou-se o método dedutivo, por meio de revisão bibliográfica. Concluiu-se que, o percurso histórico da Psicomotricidade pode ser visto por dois ângulos: de um lado, no ângulo da historicidade do termo Psicomotricidade e, de outro ângulo, pelo aspecto de historicidade profissional da mesma.

Palavras-chave: Corpo. Psicomotricidade. Educação.



A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NAS FASES EVOLUTIVAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Izamara Ferreira Neves (G-UEMS)
Paulo César Ribeiro Martins (UEMS/FIPAR)

O objetivo deste trabalho é estudar a importância das atividades lúdicas ao longo das fases evolutivas do desenvolvimento infantil, dando uma atenção especial ao período em que a criança começa a frequentar as séries iniciais. A relevância deste estudo consiste na importância em conscientizar muitos educadores, sobretudo das séries iniciais, sobre os reais benefícios que o lúdico oferece à criança no que diz respeito ao desenvolvimento saudável da mesma. Utilizou-se como método de abordagem o dedutivo que busca transformar enunciados complexos em particulares. O procedimento foi realizado por meio de revisão de literatura. Conclui-se que o brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança, pois é através das atividades lúdicas que a criança vai apreendendo a se relacionar com o mundo externo. O que ocorre através da imitação de condutas dos adultos, as quais realizam com seus brinquedos e com outras crianças. Principalmente nas séries iniciais através da dedicação dos professores, na medida em que proporcionam recursos apropriados para cada criança.

Palavras-chave: Criança. Brincar. Desenvolvimento infantil. Pedagogia. Séries iniciais.

AS CONCEPÇÕES DOS ALUNOS SOBRE O CONCEITO DE FRAÇÃO

Leni Aparecida Souto Miziara (UEMS)

A unidade entre teoria e prática constitui um desafio aos professores, sobretudo, no que se tange ao processo ensino-aprendizagem do número racional. Ele é um dos conteúdos relevantes nas atividades cotidianas, pois está presente em escalas, porcentagens e probabilidades, etc. Normalmente, os professores utilizam as situações de parte-todo como o principal contexto para o ensino de fração. Tendo em vista estas questões, este artigo relata o resultado de uma investigação que teve como objetivo diagnosticar a concepção dos alunos acerca dos conceitos de frações e, se estas concepções variam conforme os níveis escolares. Como fundamentação utilizou-se a teoria dos Campos Conceituais estabelecidas por Vergnaud. Para coleta de dados foram aplicadas avaliações clínicas em 10 alunos, sendo cinco de cada turma do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual no município de Paranaíba. Os dados analisados revelaram que o significado parte-todo é o mais trabalhado na escola, no qual os alunos apresentaram melhores desempenhos. Requer, portanto da Coordenação Pedagógica orientar os professores para que estes passem a dar ao aluno oportunidades diferenciadas dos distintos significados fracionários em situações-problema, evitando a memorização e definições de regras sem compreensão.

Palavras-chave: Conceito. Fração. Ensino-Aprendizagem. Formação de Professores.

O REPASSE DO SABER: A IMPORTÂNCIA DA APROXIMAÇÃO DO PROFESSOR E DO BIBLIOTECÁRIO



Rosimar Pires Alves (UEMS)
Susy dos Santos Pereira (UEMS)

A biblioteca escolar deve ser um recurso pedagógico para o educador, um lugar atuante de aprendizagem, onde não só os alunos, mas também os educadores, e os demais usuários poderão desenvolver o deleite pela leitura. Para atender a esses objetivos, ela deveria contar não só com um bom espaço como também com estrutura adequada e profissionais qualificados para a demanda, pois de nada adianta ter uma biblioteca se não há nela propagadores da sua “Boa Notícia”. Daí a necessidade de se ter um bibliotecário e atendentes competentes para dinamizar o trabalho da biblioteca escolar e, sobretudo, prestar um serviço de orientação ao estímulo da leitura que permitirá aos usuários acesso a outros conhecimentos, com intuito de comparar, e produzir um novo caminho, ampliando a sua visão de mundo, contribuindo assim, com a sua formação humanística. As políticas de incentivo à leitura têm crescido nos últimos anos, mediante parcerias e ações que tem contribuído de modo eficaz para a promoção da leitura, todavia a inexistência de profissionais qualificados nas bibliotecas impede que muitas oportunidades sejam criadas, sobretudo no espaço escolar, onde deveria atuar um profissional bibliotecário para que ao lado do professor pudessem assumir juntos a responsabilidade de suscitar o prazer pela leitura.

Palavras-chave: Bibliotecário. Professor. Co-educadores. Biblioteca escolar. Estímulo da leitura.

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO FRENTE À MULTICULTURALIDADE REINANTE NA REGIÃO FRONTEIRA SOB UM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Roseli Aurea Soares Sanches (FAP/ Faculdades Magsul)
Andréa Natália da Silva (UEMS/ Faculdades Magsul)

Este texto descreve como ocorre a formação inicial do pedagogo frente à multiculturalidade reinante na região fronteira sob uma perspectiva interdisciplinar. Enfatiza a pesquisa como formação interdisciplinar. Mas mostra um “*magma de significações imaginárias*” que aflora o social-histórico da história da educação da região. Sete acadêmicas em 2008 realizaram suas buscas sobre a história educacional utilizando se da metodologia da pesquisa como iniciação científica possibilitaram recuperar a memória de ontem, presentificando as mudanças de hoje. A metodologia utilizada na pesquisa bibliográfica, de campo de caráter qualitativo teve como amostra 20 pessoas entre 30 a 80 anos, responderam através da memória oral questões abertas sobre educação fronteiriça. Com o objetivo de recuperar por meio das pesquisas na linha interdisciplinar a formação pretende ser multicultural mostrando a educação de ontem para que comparando ao hoje se anteveja as mudanças futuras; A pesquisa permitiu um olhar especial a cada acadêmica sobre a educação na região frente multiculturalidade utilizando a perspectiva interdisciplinar na sua formação na Faculdades Magsul, no curso de licenciatura em pedagogia.

Palavras-chave: Formação professor. Multiculturalidade. Fronteira.



GT 02

FACULDADES DE DIREITO COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA

Aires David de Lima (UEMS)

O presente artigo se propõe a demonstrar a importância que as faculdades de direito vem tomando através de seus Núcleos de Prática e Assistência Jurídica ou Escritórios Modelo na prestação de assistência jurídica aos necessitados. É patente o fato de que a obrigatoriedade dos cursos de direito contar com a prática jurídica tem o condão de não apenas proporcionar ao acadêmico, futuro profissional do direito, situações que irá enfrentar quando formando, mas também proporciona à população carente um importante instrumento de acesso à justiça, bem como orientação sobre questões práticas. Trata-se de um instrumento seguro e barato, uma vez que os acadêmicos do último ano do curso de direito prestam esse serviço, e de alta confiabilidade, pois tudo é orientado pelo professor responsável. A metodologia será bibliográfica tendo como resultado demonstrar como as faculdades de direito está a exercer um importante papel social, além de formar profissionais mais bem preparados.

Palavras-chave: Faculdades de Direito. Núcleo de Prática Jurídica. Acesso à justiça.

PROJETO “HUMANISMO E A FORMAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL DO DIREITO”

Amanda Cristina Zanluchi (G-UEMS)
Aires David de Lima (UEMS)

O projeto “Humanismo e a formação do futuro profissional do Direito” é um projeto de extensão envolvendo palestras de Direito, orientações quanto a dicas de estudo, aplicações de provas simuladas, com o intuito de aproximar acadêmicos e egressos do exame da OAB, dando àqueles não apenas noções básicas sobre o referido exame, como também incentivo para investidura na advocacia e condições de avaliarem o conhecimento adquirido durante a graduação. Os objetivos do projeto é dar condições de preparação para que o bacharel de Direito possa realizar o exame da OAB, dando-lhe noções das fases pelas quais se verá obrigado a passar para que consiga ser reconhecido e exerça a advocacia. O projeto está sendo trabalhado por meio de encontros, palestras com a colaboração de professores, e com a realização de simulados. O projeto ainda encontra-se em andamento, em vista das avaliações já realizadas, pode-se inferir que, o projeto vem servindo como um apoio para os acadêmicos, nos estudos e na preparação para o Exame da OAB (Ordens dos Advogados do Brasil).

Palavras-chave: Simulação. Aplicação. Exame da OAB. Integração. Formação.

APLICAÇÃO DA JUSTIÇA COMUTATIVA ÀS RELAÇÕES DE EMPREGO

Amanda Silva Martins (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)



O presente trabalho objetiva demonstrar se, realmente, o princípio da justiça comutativa esta sendo aplicado às relações de emprego e, a partir dessa observação demonstrar que, por vezes, as relações de emprego não condizem com tal princípio. Para isto tem como base os conceitos de justiça por Kelsen, Reale e Montoro. Os resultados da proposta aqui desenvolvida serão comparados para que se possa identificar os motivos pelos quais o princípio da justiça contratual nem sempre é alcançado. Para tanto será usada a pesquisa bibliográfica. Ainda serão abordados assuntos como a participação da mulher no mercado de trabalho e a organização científica do trabalho. Tal análise é de grande relevância, uma vez que identificará os problemas mais enfrentados pelo trabalhador proporcionando a possibilidade de buscar soluções práticas para tais conflitos, tais como o stress gerado por rotinas muito exigentes ou as cobranças excessivas no trabalho.

Palavras-chave: Justiça. Trabalho. Sociedade.

A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS

Fabio Barbosa (G-UEMS)
Fernanda Yukie (G-UEMS)
Carlos Augusto Diniz de Oliveira (UEMS)

Com a promulgação do Novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10/01/2002, as relações contratuais passaram a se realizar através de um novo conceito, ressaltando princípios como o da boa-fé, equidade e função social dos negócios jurídicos, sendo o art. 421 expresso da seguinte forma: "Art. 421. "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato". O compromisso expresso no art. 421, do Código Civil, com a função social, importa no reconhecimento de que o contrato não pode mais ser considerado como direito absoluto, devendo estar ligado ao instituto jurídico da igualdade. Nesse sentido, o presente trabalho tem por intuito levantar discussões acerca da função social dos contratos, evidenciando o uso cada vez mais acentuado na nossa sociedade. Para tanto, o estudo será pautado em pesquisa bibliográfica, permeada por análise de legislações pertinentes. Por mais, resta salientar que trata-se de uma pesquisa em estado inicial, portanto, sem resultados finais.

Palavras-chave: Função Social. Restrições. Princípios.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A DESAPOSENTAÇÃO

Fernanda Peres Soratto (UEMS)

O presente Artigo busca demonstrar alguns aspectos gerais sobre a Desaposentação, que é tema ainda pouco estudado dentro do Direito Previdenciário, mas, que muito se tem falado nos últimos tempos, uma vez que constitui na possibilidade do segurado renunciar a uma aposentadoria já conquistada, aproveitando o tempo de contribuição para adquirir um benefício mais vantajoso, no Regime Geral da Previdência Social ou em outro regime existente. A ausência de sua previsão em nossa legislação vem gerando inúmeras discussões no âmbito jurídico, principalmente no que tange a sua viabilidade. Outros aspectos importantes a serem também considerados sobre o tema, diz respeito a contagem



recíproca, bem como à compensação entre regimes, quando estes forem diversos, além da necessidade ou não de ressarcimento dos valores recebidos em favor da aposentadoria renunciada. Destacando-se ainda algumas decisões judiciais sobre o assunto, o que consolida o reconhecimento da Desaposentação por nossos órgãos judiciais e a indigência de sua regulamentação por nossa legislação.

Palavras-chave: Aposentadoria. Possibilidade. Renúncia. Contribuição. Desaposentação.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Flávio Ferreira Teodósio (G-UEMS-FIPAR)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS-FIPAR)

Este trabalho visa explanar idéias sobre a relevância da responsabilidade social das empresas no mundo atual, identificando alguns pontos que devem ser modificados para criar uma sociedade harmoniosa, justa, honesta. Ética e cultura estão diretamente ligadas ao conceito de responsabilidade social, atualmente as empresas necessitam estar atentas não somente ao seu lado econômico, mas também as suas responsabilidades éticas, morais e sociais, para que possam obter um sucesso maior. É dever do Estado garantir a cada cidadão uma vida digna, no entanto é dever de todos contribuir para que isso aconteça, pois não é de interesse somente de uma parte mais sim de ambas. A responsabilidade social esta diretamente envolvida com as empresas que buscam ajudar a sociedade para que se torne mais justa e correta, incluindo a preocupação com meio ambiente. As organizações necessitam oferecer aos seus clientes muito mais do que excelentes produtos e serviços devendo sempre estar de acordo com o interesse da sociedade que demonstra uma maior preocupação com meio ambiente, por esse motivo as empresas estão focalizando na produção sem degradação e poluição. Para tanto, o estudo será pautado em pesquisa bibliográfica, permeada por análise de legislações pertinentes.

Palavras-chave: Responsabilidade social das empresas. Sociedade harmoniosa. Vida digna.

O PODER DA MÍDIA NO DIREITO PROCESSUAL PENAL: UMA ANÁLISE DO CASO NARDONI

Jeferson Gregório de Oliveira (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

Os meios de comunicação em massa são as grandes armas dos detentores do poder. Tal poder acaba influenciando alguns procedimentos em nosso ordenamento jurídico, e por conta disso, o Tribunal do Júri vem sendo prejudicado nessa questão, pois a mídia faz com que a opinião pública seja alterada por conta de suas reportagens. O objetivo deste artigo é demonstrar como a mídia influencia a sociedade através dos meios de comunicação (jornais, revistas, internet, rádios e outros meios de informações existentes na sociedade). A partir dessa premissa o Tribunal do Júri acaba sendo influenciado pelas reportagens veiculadas. No caso da menina Isabela Nardoni, filha de Alexandre Nardoni e de sua companheira Ana Carolina Jatobá, ocorrido na cidade de São Paulo, teve repercussão nacional pelo fato de o pai da menor ter sido acusado pela morte de sua própria filha. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica pelo método dedutivo. A partir desta, nota-se que a mídia



faz a função de quarto poder, pois ela acaba envolvendo a todos, assim como os jurados que são bombardeados com informações subjetivas, estes do Tribunal do Júri.

Palavras-chave: Poder. Mídia. Tribunal do Júri.

PREÂMBULO COMO METODO DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

João Vítor Freitas Chaves (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

A Constituição positivada, de acordo com a "pirâmide" de Kelsen, é verticalmente norma de validade de todo o sistema. No Brasil, está em vigência a Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988 e, de acordo com os ditames do princípio da supremacia da Constituição, a interpretação da Magna Carta é fundamental para todo o ordenamento jurídico. Neste compasso é que se insere este trabalho. Pois, primeiramente, cumpriu-se a tarefa de conceituar um dos meios de interpretação da norma constitucional, a saber: o preâmbulo constitucional. Guardando a essência da vontade do poder Constituinte originário, o preâmbulo não é considerado norma – regra do ordenamento em questão, mas sim método de interpretação constitucional. Logo, em seguida, são apresentados julgados que fizeram uso do preâmbulo como meio de interpretação, objetivando a materialização deste ensinamento. Para tanto, A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, com as informações sendo organizadas de acordo com o método dedutivo.

Palavras-chave: Estado. Constituição Federal. Preâmbulo Constitucional. Interpretação.

SUSTENTABILIDADE NO SETOR SUCROALCOOLEIRO: REAPROVEITAMENTO DOS SUBPRODUTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR

Liliane Aparecida dos Santos Martins (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

O artigo discorre sobre o reaproveitamento dos subprodutos predominantes da cana-de-açúcar pelo setor sucroalcooleiro para um desenvolvimento econômico mais sustentável. O objetivo é analisar os processos industriais necessários para que a vinhaça, a torta de filtro e o bagaço sejam reutilizados pelas usinas sucroalcooleiras, sustentavelmente. A relevância da pesquisa influi na realidade atual das usinas cujo mercado é altamente competitivo com o açúcar nas indústrias alimentícias, e o etanol como biocombustível o qual poderá substituir a gasolina futuramente. A pesquisa é bibliográfica com método sistêmico. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria das usinas em Mato Grosso do Sul não visam a sustentabilidade ambiental, ao contrário da região Sudeste, possuidora da COPERSUCAR, a maior empresa sucroenergética brasileira. Contudo, o encaminhamento das atividades sucroalcooleiras almeja uma economia sustentável às gerações atuais e futuras, sobretudo, pela maleabilidade de recursos renováveis, onde o atual debate sobre a questão ambiental norteia o setor.

Palavras-chave: Reaproveitamento. Subprodutos. Cana-de-açúcar. Etanol. Sustentável.

LIGUAGEM JURÍDICA, UMA OPOSIÇÃO A DEMOCRACIA



Rômulo Carvalho de Queiroz (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

O presente trabalho objetiva ventilar o conceito positivista acerca da linguagem jurídica, uma vez que esta utilizada no universo jurídico tornou-se um empecilho e um instrumento de exclusão. Logo, o quadro apresentado é inadmissível no sistema de governo democrático. Visando a fundamentação desta temática, buscaram-se as definições do gênero linguagem, bem como da espécie linguagem jurídica e as subdivisões desta, a saber: normativa, simbólica e a natural. Em seguida, analisam-se as normas enquanto linguagem e expressão do interesse público para então raciocinar no sentido de que é impossível existir interesse público quando há ignorância da real semântica da norma. Ademais, o mesmo entendimento é apresentado na linguagem simbólica e natural no que concerne ao sistema jurídico. Com a pretensa intenção de nortear e lançar luzes ao tema utilizou-se a pesquisa documental, fazendo uso de bibliografias pertinentes a esse. Destarte, se obteve como resultado que vários autores defendem não somente uma linguagem mais acessível, mas que também o Estado deve reportar-se ao seu povo e não aos interlocutores, haja vista que a não observância destas condições o tornaria arbitrário.

Palavras-chave: Linguagem. Linguagem Jurídica. Democracia. Exclusão.

GT 03

QUESTIONAMENTOS SOBRE A CIDADANIA DO POLICIAL MILITAR

Adão Bittencourt Maidana (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente texto pretende discutir a problemática da escancarada violação dos ditos direitos fundamentais que sofrem os Militares Estaduais, com ênfase especial a vedação do habeas corpus no caso de transgressões meramente disciplinares. Aborda ainda o contexto de tais transgressões, assim bem como o arcaísmo das Legislações Militares. Levanta ainda questionamentos acerca da cidadania dos Policiais Militares e a suposta separação da sociedade em duas: uma civil e outra militar. Traz a tona o massacre do direito de igualdade e locomoção que sofrem os militares em pauta. Sutilmente levanta a questão da inconstitucionalidade do art. 142 e 2º da nossa Constituição Federal. Atenta quanto a ilegalidade ou abuso de poder cometido pelo Estado e seus agentes contra quem sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou privação de sua liberdade. Registra a raça humana como uma só entidade, não sendo admissível a sua separação em pequenos grupos ou classes, seja por profissão ou qualquer outra forma. Fecha o presente analisando a real situação nacional, a qual encontra-se em um momento de transição, em um momento delicado de uma ditadura que insiste em sobreviver e um quase Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Cidadania. Transgressões militares.



MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA: BREVES DISCUSSÕES FACE AOS DIREITOS HUMANOS

Adriana Aparecida Scarpari (G-FIPAR)

Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

Mesmo após sessenta e dois anos transcorridos da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), verifica-se, ainda, inúmeras ofensas que atentam contra os direitos mais fundamentais do ser humano. Nesse sentido, selecionou-se para a presente discussão uma ofensa específica que fere, sem dúvida, a dignidade da pessoa humana e que permanece enquanto prática costumeira em diversas localidades do mundo: a mutilação genital feminina. A permanência desse costume é sempre feita com justificativas variadas, como a sustentação da moral, do caráter da mulher e de suas famílias, e até mesmo em nome da “honra” do homem. Assim, verificando a necessidade de um maior esclarecimento sobre a temática, o estudo que se apresenta tem o intuito de evidenciar, frente às discussões sobre os direitos humanos e o multiculturalismo, a mutilação genital feminina. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. De modo geral, entende-se que é preciso uma intervenção educativa por parte dos organismos governamentais e não-governamentais para que as comunidades que executam tais práticas repensem e reflitam sobre essa ação que, indubitavelmente, atenta contra a dignidade da mulher.

Palavras-chave: Mutilação genital feminina. Direitos humanos. Multiculturalismo.

PÓS-POSITIVISMO JURÍDICO E O FALACIOSO ARGUMENTO DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES: O PODER JUDICIÁRIO IMPLEMENTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESGATE AOS DIREITOS HUMANOS

Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho pretende demonstrar que o ativismo jurisdicional provocado pelo movimento pós-positivista se apresenta como uma imposição constitucional de um Estado Democrático de Direito. Busca-se ainda demonstrar que este Estado não pode abrir mão de formas efetivas de implementação de Políticas Públicas que visem o respeito, ou até mesmo a manutenção de direitos e garantias fundamentais, ainda que, por meio de intervenção do Poder Judiciário na discricionariedade do Poder Executivo. Na verdade, pretende-se demonstrar que a evolução constitucional e processual ocorrida a partir da segunda metade do século passado provocou profunda revisão no conceito de “poder discricionário da administração pública”, que a partir desta evolução, não pertence unicamente ao mandatário administrativo, podendo sofrer influências judiciais provocadas tanto pelo cidadão como pelo Ministério Público em defesa do cidadão. O trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas tendo como método o indutivo. Pretende-se ainda evidenciar que realmente estamos diante de uma nova postura do Poder Judiciário para com os demais poderes da República, sendo que o Judiciário assume definitivamente o seu papel e se impõe como o Terceiro Gigante, capaz de provocar por meio de suas decisões a implementação de Políticas Públicas para assegurar o respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: Ativismo jurisdicional. Pós-positivismo jurídico. Direitos humanos.



REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA ESCRAVAGISTA: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS

Ana Flávia Malheiros (G-FIPAR)
Tássia Flávia Ariane de Oliveira (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

A escravidão é condição de exploração do homem pelo homem que existe no mundo desde os primórdios da civilização. Em alguns períodos da história ela foi praticada por influência dos costumes, porém, em outros, tornou-se uma instituição estabelecida por lei, havendo, de acordo com o contexto sócio-histórico, diferentes formas desse sistema, cada um com suas nuances. Sua principal característica é conceder o direito de posse de um indivíduo sobre outro, transformando o escravizado em objeto ou mercadoria, desprovido de autonomia e dignidade. Desse modo o objetivo do presente trabalho é discutir a prática escravagista desde a Antiguidade até a contemporaneidade, buscando refletir sobre o desejo do homem de sobrepor-se sobre outros, subjugando e retirando qualquer vestígio de humanidade de seus semelhantes. Para tanto foi utilizada a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Em suma, o estudo tem por finalidade trazer considerações sobre o assunto, com o intuito de refletir sobre esse tema tão pungente, que ainda está arraigado na maioria das sociedades humanas, a fim de que, o esclarecimento contribua para o enfrentamento dessa situação que se perdura por séculos, vitimando milhares de pessoas.

Palavras-chave: Escravidão. História. Direitos humanos.

DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: PARADOXO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA A MELHORIA DA CONDIÇÃO SOCIAL

Angélica Leonel Socorro de Queiroz Mariano (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho realiza a apresentação de uma breve análise sobre o contexto histórico em que surgiu o salário mínimo no país, durante o processo de industrialização brasileira, e quais os primeiros, bem como os mais importantes e atuais diplomas jurídicos que asseguram tal direito. Através de pesquisa bibliográfica exploratória, teve como escopo principal demonstrar que se trata de um paradoxo considerar o salário mínimo como um promotor de melhoria da condição social, ou mesmo promovedor das necessidades básicas do trabalhador e sua família, que o valor pago como salário mínimo não compreende nem mesmo as condições vitais básicas do trabalhador, e de sua família, e que desta maneira não pode promover uma melhoria da condição social. Através de dados coletados das pesquisas realizadas pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), constata-se que o salário mínimo no valor estipulado atualmente não promove e não atende o texto constitucional.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Salário Mínimo. Melhoria. Condição Social.

TRABALHO ESCRAVO: UMA AFRONTA ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS EM PLENO NO SÉCULO XXI



Bianca Guineli Lhety (G-UEMS)
Wesley Jorge da Silva (G-UEMS)
Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

O presente trabalho pretende discutir, partindo da constatação da existência de trabalho escravo no Brasil, em pleno século XXI, as perspectivas constitucionais e internacionais que asseguram a dignidade humana do trabalhador face às constantes violações destes direitos fundamentais. Apesar do franco desenvolvimento econômico e social no Brasil, o país ainda é um dos líderes no que concerne à manutenção do trabalho escravo. Explana-se, nesse sentido, sobre como a prática do trabalho escravo tem sido explorada sistematicamente, tanto zona rural, quanto na zona urbana, pelos detentores do modo de produção capitalista. Apesar da normatização insculpida tanto na Carta Magna (art. 1º, III, e art. 5º, III), quanto na CLT (Capítulos II, III e IV) e em outros diplomas normativos, a realidade é bem diversa, sendo que trabalhadores ainda se encontram condicionados ao labor degradante e desumano. Como metodologia adotada utilizou-se pesquisas bibliográficas em periódicos científicos, doutrina e em sítios da internet, bem como por meio de estudos de casos concretos.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Direitos fundamentais. Dignidade da pessoa humana.

A SINDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Bruna Alves de Souza Lima (G-UEMS)
Rogério Nogueira Guimarães (UEMS)

Esse trabalho tem como objeto estudar a Alienação Parental. Foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica. Divulgada pela primeira vez em 1985 pelo psiquiatra Americano Richard Gardner, a Síndrome da Alienação Parental consiste em um processo cujo objetivo é denegrir injustamente a imagem do outro progenitor frente à sua prole. Esse processo, que é sutil e incutido na mente das crianças por intermédio do genitor detentor da guarda, tem início após a separação do casal, fazendo nascer o desejo de vingança norteador da síndrome. Desta forma, situações como obstaculizar as visitas ou fazer com que por vezes o filho escolha entre o alienante e o genitor-alvo são sinais que a identificam e que podem promover, em fase posterior, o afastamento do convívio desejado entre o genitor e o filho. Portanto, esse comportamento fere a dignidade da pessoa humana, em especial das crianças, sob a ótica de que elas são merecedoras de respeito e consideração, não só por parte do Estado, mas também de todas as pessoas, principalmente dos genitores, os quais têm a obrigação de proporcionar um ambiente saudável e responsável na comunhão familiar, indispensável para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Alienação. Dignidade. Paternidade. Convívio.

O DEVER DO ESTADO BRASILEIRO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A SAÚDE

Claudiovino Candido da Silva (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho versa sobre o direito a saúde, apresentando um breve histórico sobre a evolução dos direitos humanos e a efetivação dos direitos fundamentais no Brasil, bem



como, esclarece a constante violação dos direitos a saúde. A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica em obras de renomados autores e também na rede mundial de computadores. O direito a saúde é um direito fundamental consagrado na Constituição Federal Brasileira de 1988, que atribuiu ao Estado o dever de assegurar ao cidadão o referido direito. No entanto, apesar de expressamente positivado na Carta Magna deste país, diariamente são noticiadas violações ao direito a saúde do cidadão. Esclarece, também, que apesar de várias mortes ocorrerem nos hospitais por desobediência às normas constitucionais e infraconstitucionais pouco tem sido feito para mudar esta realidade trágica. Apesar de muitas batalhas para assegurar a positivação dos direitos à saúde, a realidade demonstra que este direito está se tornando letras mortas da lei. Portanto, é dever do Poder Público, da Sociedade e do Poder Judiciário, cobrar e garantir a efetivação do direito a saúde, proporcionando ao direito sanitário o devido valor assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Direito a Saúde. Violação do Direito. Direitos Fundamentais.

A PRÁTICA DO RACISMO COMO FORMA DE VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O INTUITO DO LEGISLADOR CONSTITUINTE

Cledione Jacinto de Freitas (PG-UEMS)

Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente artigo tem como objetivo abordar a problemática do racismo no Brasil, visto que é tema de grande relevância e que afeta milhões de pessoas diariamente. Buscando subsídios nos tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965 e na Constituição Federal de 1988, além de outras publicações que tratam sobre o tema, temos que o princípio da dignidade da pessoa humana é verdadeiro pilar no que tange a efetivação e promoção de práticas não racistas. Utilizando como metodologia, a pesquisa bibliográfica, pontua-se, outrossim, sobre a relativização, abrandamento e a jocosidade com que muitos cidadãos tratam o tema, concluindo que efetivação do direito a uma vida não racista está longe de ocorrer por causa da permissividade com que a temática é tratada, o que abre espaço para várias interpretações, aumentando o sentimento de que só é racismo os atos declarados, intencionais e com “alvo” definido.

Palavras-chave: Racismo. Direitos Humanos. Constituição Federal. Dignidade da pessoa humana.

CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS E O DIREITO À VIDA

Delaine Oliveira Souto Prates (PG-UEMS)

Alessandro Martins Prado (UEMS)

A presente pesquisa pretende discutir sobre a polêmica relacionada à constitucionalidade ou inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei da Biossegurança (Lei nº 11.105/05), por entender-se, principalmente, sob o enfoque religioso, que o referido artigo fere o princípio constitucional do direito à vida. O trabalho foi desenvolvido por meio do uso de pesquisas bibliográficas realizadas em artigos científicos e sites da Internet, buscando focar duas



vertentes, uma que se posiciona contra as pesquisas realizadas com as células-tronco embrionárias, acreditando que de fato tais pesquisas ferem o direito à vida, garantido constitucionalmente, outra que se posiciona a favor, partindo da premissa de que tais pesquisas realizadas com as células-tronco, não ferem o direito à vida, e sim proporcionam o direito à vida. Nesta esteira, enfoca o posicionamento da Igreja, que acredita que tais pesquisas ferem, de fato, o direito à vida, opondo-se, fortemente, aos implementos da ciência. Por fim, procura abordar a propensão de cura que as pesquisas com as células-tronco embrionárias são capazes de proporcionar na vida das pessoas com enfermidades graves ou deficiências físicas.

Palavras-chave: Lei da Biossegurança. Células-tronco. Religião. Direito. Vida.

A BUSCA DA EFICÁCIA NA INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: DIREITOS HUMANOS UM DESAFIO NA CONTEMPORANEIDADE

Fabiana Maria de Araujo (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho pretende discutir a importância da eficácia da inclusão social e comprometimento do Estado e sociedade em socializar adolescentes em conflito com a lei, bem como a proteção dos direitos humanos sem a violação da dignidade humana desses jovens. Com o surgimento da Globalização e da economia no Brasil, provocou um aceleramento desordenado da desigualdade social, desemprego, miséria, com isso a violência vem se estabelecendo como uma das maiores preocupações na sociedade, e principal desafio para o Estado. Diante disso o sentimento de medo e de insegurança perante o crime, fez com que a preocupação com a violência entre os diferentes grupos e classes sociais, representasse um dos maiores desafios para a democracia política no País. No entanto a lei 8.069/90, significou uma enorme conquista na proteção a essa faixa etária da população brasileira. Sendo assim demonstramos que adotando uma Doutrina da Proteção Integral, esses adolescentes como sujeitos de direito, não são mais vistos como simples objeto de medidas judiciais e procedimentos policiais. Por fim através de políticas públicas diferenciadas de atendimento, o atual Estatuto procura fornecer o suporte necessário para a garantia da eficácia dos direitos humanos a esses jovens.

Palavras-chave: Adolescentes. Eficácia. Inclusão social. Direitos Humanos. Conflitos.

O DIREITO À DIGNIDADE DA CRIANÇA FRENTE À REALIDADE DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Giseli Marques Bianchini (UEMS/PG-UNITOLEDO)
Rogério Nogueira Guimarães (UEMS/PG-UNITOLEDO)

O presente trabalho tem por objetivo o estudo da dignidade da criança frente à realidade da violência intrafamiliar, bem como a atuação da família, do Estado e da sociedade na concretização dos meios necessários a uma vida digna e segura em sociedade, atuando por meio da efetivação dos Direitos Fundamentais. Entre os objetivos do estudo encontra-se a análise dos problemas políticos, financeiros e estruturais que resultam na incapacidade e na omissão estatal em implementar as políticas relativas a estes Direitos. Por meio de pesquisa bibliográfica e utilização do método dedutivo identificou-se uma ineficaz atuação do Poder



Público com relação aos Direitos Fundamentais, diante da lastimável realidade da violência intrafamiliar. A problemática suscita sérios questionamentos acerca de como limitar a atuação da família de modo a interromper o círculo da violência. Assim o desenvolvimento das atividades pertinentes à pesquisa permitiu evidenciar a atuação dos responsáveis pela efetivação dos Direitos Fundamentais sendo, porém, imprescindível que sejam convergidos esforços das famílias, da sociedade e do Estado para estabelecer limites à atuação desastrosa dos agressores.

Palavras-chave: Criança. Dignidade. Violência.

A REVISÃO DA LEI DE ANISTIA PELA ADPF Nº 153: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO LEGITIMADOR DA VIOLÊNCIA ESTATAL INSTITUCIONALIZADA

Bruno Augusto Pasian Catolino (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

Este trabalho tem por objetivo tecer uma análise jurídico-social da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 153, ao manter a interpretação de que os crimes de lesa-humanidade, cometidos pelos agentes militares e civis do governo, a exemplo da tortura, são abrangidos Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79), e logo, não podem ser punidos. O art.1º deste diploma legal dispõe em seu texto que será concedida a anistia àqueles que cometeram crimes políticos ou crimes conexos a estes, e o STF – ao ampliar a interpretação deste artigo – anistiou, juntamente com os perseguidos políticos, os assassinos e torturadores institucionais do governo militar. Tal decisão viola frontalmente os Tratados Internacionais da qual o Brasil é signatário pela proteção aos direitos humanos. Como consequência, além de receber severas críticas da Organização das Nações Unidas e dos órgãos de proteção aos direitos humanos, o Brasil foi julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, mas a decisão será proferida daqui a 06 (seis) meses. Desta forma, o Brasil rompe com a tendência latino-americana, dos países que sofreram golpes militares, legítima, de forma parcial, por meio da mais alta corte do Poder Judiciário, uma auto-anistia dos que infringiram os direitos humanos.

Palavras-chave: Lei de Anistia. STF. ADPF nº 153. Direitos Humanos.

DOGMÁTICAS A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Pollyana Souza Rocha (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

Este trabalho busca discutir, após vinte e dois anos de Constituição Republicana, a aplicação e realização material e formal dos direitos sociais. A metodologia empregada foi a pesquisa doutrinária, compilando o método descritivo-dedutivo. Verifica-se ainda hoje que os direitos sociais são dogmáticas em reprodução; ou seja, argumentos como orçamento financeiro, mínimo essencial e reserva do possível são ponderados para ser usados a favor da dignidade da pessoa humana. Ressalte-se que essa dignidade esta sendo atribuída de forma, diga-se, individual/subjetiva; pois estamos longe de proteger efetivamente direitos como: difusos e coletivos. Observa-se numa síntese retórica que os direitos sociais tiveram seu marco consagrado pela Constituição mexicana, em 1917, porém foram intensificados após a



Segunda Guerra Mundial no direito internacional costumeiro ou/e no direito interno das nações. Porém atualmente, pairam na doutrina e na jurisprudência discussões como: caracterização formal e material dos direitos sociais; ou seja, se são normas programáticas ou direitos fundamentais de eficácia imediata. E ainda há celeuma sobre a justiciabilidade desses direitos. Desta forma, verifica-se que direitos sociais ainda são consolidados por doses homeopáticas, tendo uma longa jornada até a efetivação destes, seja na doutrina, no judiciário, na administração ou no pensamento individualista do cidadão.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Celeumas dogmáticas. Efetivação.

O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Tânia Cristina de Freitas Marques (PG-UEMS)

Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho pretende discutir a falta de informação da sociedade, e como encontrar meios seguros, eficazes garantindo que seus direitos não sejam continuamente violados, sendo possível que diante da eficácia das decisões judiciais em benefício dos jurisdicionados pobres ou ricos indiscriminadamente tenham acesso à justiça sem lesão ou ameaça a seus direitos, levando em conta também as exigências da dignidade, liberdade e igualdades humanas, as quais deverão ser reconhecidas, positivamente pelos ordenamentos jurídicos. Pretende-se demonstrar a busca à igualdade e justiça como via de solução de seus litígios, constituindo-se em valor maior para que o Estado Democrático de Direito seja assegurado, garantindo aos excluídos meios de acessibilidade ao conhecimento de seus direitos e até mesmo da própria justiça, identificar os principais obstáculos existentes no efetivo acesso à justiça e propor algumas sugestões minimizando e avaliando o funcionamento de juizados especiais, para verificar se estão seguros na prática de referida efetividade, bem como pretender que a acessibilidade à justiça se torne uma garantia fundamental, indicando óbices que dificultem o pleno acesso à justiça e os caminhos que hoje são possíveis. Busca-se então a concretização e efetivação do acesso à justiça como direito fundamental e sua repercussão no quadro constitucional brasileiro.

Palavras-chave: Acessibilidade. Garantia jurisdicional. Direito fundamental.

ANOTAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

João Victor Fávaro Turina (G-UEMS)

Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O presente trabalho objetiva compreender a trajetória histórica dos direitos humanos, discutindo a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral da ONU, em 1948, e apresentando os principais Pactos e Convenções assinados pelo Brasil com o intuito de promover tais direitos. Entre eles, podemos citar: a Carta das Nações Unidas; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Convenção sobre os Direitos da



Criança. Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se as contribuições metodológicas pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, sistematizada a partir da coleta, análise e interpretação dos dados levantados.

Palavras-chave: História dos direitos humanos. Gerações/dimensões dos direitos fundamentais. Pactos. Convenções.

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES: MÁCULA NA DIGNIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Jônatas Morais Rodrigues (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

Sem a pretensão de fazer-se esgotado, o estudo tem objetivo discutir os direitos da criança e do adolescente como pessoa tutelar de dignidade, preservado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), de 1990, enfatizando seus artigos IV, V, XVII e XVIII, com vista a lançar olhar crítico frente à violência sexual contra menores. Para o desenvolvimento metodológico do trabalho, utilizou-se o norte da pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório. Ao adentrar no campo de discussões direcionado à violência sexual contra o menor, é necessário compreender que a temática não está somente ancorada na agressão física, mas englobada em uma amplitude de ações, no qual se enquadram três classes: abuso-vitimização física, abuso-vitimização psicológica e abuso-vitimização sexual. O abuso-vitimização física está relacionado ao abuso físico e a negligência definida como forma insidiosa de maus-tratos. O abuso-vitimização psicológica, designado como tortura psicológica, ou seja, deprecia o menor bloqueando seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. O abuso-vitimização sexual está enquadrado nos atos sexuais, relação heterossexual ou homossexual envolvendo o adulto e o menor, tendo por finalidade estimulá-lo sexualmente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sexual.

Palavras-chave: Direitos humanos. Violência sexual. Criança. Adolescente.

CÉLULAS-TRONCO

Juliane Quintela Simei (PG-UEMS)
Alessandro Prado Martins (UEMS)

O referido trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica de acórdão e sítios e tem como finalidade apresentar para a sociedade, de forma geral, esclarecimentos sobre a utilização das células-tronco embrionárias, apesar de tratar de um tema polêmico, busca trazer a baila a discussão do artigo 5º. da Lei 11.105 de 24 de março de 2005 (Lei de Biossegurança) e o teor da Adin 3.510-0/DF, com o intuito de fazer valer o a luta pelo direito à vida com base na dignidade da pessoa humana. A Adin mencionada cujo relator foi o Ministro Carlos Ayres Britto, trata da inviolabilidade dos direitos fundamentais, como a vida só é reportante a um personalizado indivíduo, o ser nativo. Desta feita, fica claro que as células-embrionárias não são tuteladas nem agraciadas pela nossa Constituição Federal de 1988. E, ainda, apontar a evidência traga pelo douto ministro, isto é, em outros dizeres, esclarecer até onde a vida se torna objeto de tutela no ordenamento jurídico infraconstitucional.



Palavras-chave: Direitos fundamentais. Células-tronco embrionárias. Tutela infraconstitucional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DIREITO INQUESTIONÁVEL

Lucas Silva Fernandes da Silveira (G-FIPAR)

Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

Este estudo parte da elucidação de que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 desenvolveram-se inúmeras discussões acerca dos direitos das minorias, sendo que o foco do presente refere-se à educação das pessoas com deficiências. Assim, tem-se por objetivo discutir os principais documentos internacionais e nacionais que discutem a educação das pessoas com deficiência na perspectiva da inclusão escolar. Nesse diapasão, reflexões acerca da valorização das diferenças enquanto elemento balizador para a concretização das políticas de educação inclusiva são sugeridas, bem como as justificativas sobre a “normalização” e homogeneização dos alunos são rechaçadas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Enfim, mais que uma mera opção educacional, a inclusão escolar das pessoas com deficiência deve ser entendida, antes de qualquer coisa, como uma questão de direitos humanos, em que a organização escolar seja ressignificada de modo a garantir a todos os alunos, com ou sem deficiência, o direito à educação.

Palavra-chave: Inclusão Escolar. Diversidade. Direitos Humanos.

POLÍTICA CRIMINAL, “TOLERÂNCIA ZERO” E DIREITOS HUMANOS NO ESTADO SOCIAL/PENAL

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

Da constitucionalização de novos direitos e da expansão dos movimentos sociais, novos atores passam a fazer parte do “jogo” democrático. Enquanto atuam, referidos atores apresentam demandas de forma mais incisiva, exigindo das instituições a efetivação de tais direitos. Todavia, referida efetivação passa, no ideário social, pela criminalização das ofensas a tais direitos, o que deságua na expansão do direito penal. A acumulação de disposições penais e a inefetividade da “onda criminalizadora” faz com que os mesmos movimentos pressionem pela brutalização dos infratores, em detrimento da subsidiariedade do direito penal. Como resultado, passam a surgir movimentos de maximização da força repressiva e de supressão de garantias, as políticas de “tolerância zero”. Deste modo, foi o objetivo deste trabalho estudar os movimentos de criminalização sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica na doutrina nacional e internacional. Justifica-se o presente estudo pela necessidade de cumprimento das disposições constitucionais e dos tratados de direitos humanos. Desta pesquisa, foi possível evidenciar uma perversa tautologia: quanto mais direitos, mais tipos penais; quanto mais tipos penais, mais crimes; quanto mais crimes, mais insegurança; quanto mais insegurança, mais criminalização. O ciclo se repete, em detrimento do ideário dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Novos Direitos. Criminalização. Tolerância Zero. Direitos Humanos.



INCLUSÃO ESCOLAR E DIREITOS HUMANOS: IGUALDADE NA DIFERENÇA E DIFERENÇA NA IGUALDADE

Paula Lemos de Paula (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

A educação está intimamente relacionada ao desenvolvimento humano, sendo, determinante na formação intelectual, afetiva, psicológica e social. Dada relevância e possibilidade de transformação, a educação, como reflexo das políticas de democratização do ensino assume, na atual compostura, uma perspectiva inclusiva. A inclusão escolar, contudo, não se resume à inserção das pessoas com deficiências nas escolas comuns; mais que isso, pretende uma transformação nas estruturas educacionais de modo a permitir a participação e aprendizagem de todos os alunos, num contexto de valorização das diferenças. Nesse sentido, o presente estudo visa discutir a inclusão escolar dentro das políticas públicas educacionais enquanto um direito humano fundamental, de modo a refletir sobre sua concretização na realidade brasileira. Assim, o trabalho desenvolveu-se a partir da pesquisa bibliográfica, com vistas a buscar maior familiaridade com a temática. De modo geral, alguns pontos relevantes da educação inclusiva residem na convivência com a diversidade, na promoção do respeito às diversas formas de ser e estar no mundo e na luta contra o preconceito e a discriminação.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Diversidade. Direitos humanos.

LIBERDADE RELIGIOSA E RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS: CONQUISTAS DA FÉ PROTESTANTE EM PERIGO

Pedro Gabriel Castro Torres (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Este trabalho tem por escopo tecer reflexões acerca da liberdade religiosa e da construção dos direitos humanos dos “evangélicos” a partir da Reforma Protestante, bem como discutir a repercussão econômica, social e jurídica que essa reforma empreendeu. A pesquisa mostra-se relevante na medida em que tais conquistas foram positivadas ou garantidas constitucionalmente por inúmeros países ocidentais ao longo da história, entretanto, com o relativismo moral imperante na atualidade, a mídia e certas legislações buscam incutir preconceitos, paradigmas, costumes e até mesmo práticas religiosas nos indivíduos. O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, sendo que os dados foram organizados com o uso do método dedutivo. Com tais atitudes difundidas por indivíduos contrários a efetivação dos direitos humanos, nota-se que estes apregoam a diversidade religiosa, porém o que pretendem é um proselitismo de crenças amplamente difundidas pelos meios de comunicação em massa, ficando claro que não acatam a liberdade religiosa, mas, sim, a opressão contra a fé protestante. Portanto, tais práticas acabam por desencadear vagarosamente, mas de maneira vultosa, o retorno das perseguições aos protestantes, o que mostra ser uma verdadeira involução nos direitos humanos para a época pós-moderna e a ordem jurídica dos países ocidentais.

Palavras-chave: Direitos humanos. Liberdade de religião. Diversidade religiosa. Protestantes.



LIBERDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS: NOTAS PARA REFLEXÃO

Rafaela Andrade Bacurau (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

O presente estudo visa pontuar acerca da vasta diversidade de religiões, a sua proteção legal e as intolerâncias religiosas. Trata-se de trabalho realizado por meio de pesquisa bibliográfica, onde procura-se refletir sobre a relevância da religiosidade enquanto manifestação tipicamente humana, as características da religião, e os marcos normativos de sua proteção. Enfim, entende-se que o ser humano, detentor da liberdade, deve fazer suas próprias escolhas (livre-arbítrio), para que cada um tenha ou não alguma religião, de modo que sua liberdade de crença e descrença seja respeitada, sem que haja ingerências. A intolerância religiosa, essa agressão a quem professa uma fé diferente, é algo que está sempre evidente, existe em qualquer sociedade, independentemente do tempo/espço. Dessa forma, há aqueles que, acreditando ser a sua crença superior ou a única válida, discriminam pessoas por pertencerem a outras religiões, como exemplo emblemático, os seguidores das religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé), que têm seus lugares de culto invadidos e destruídos pelo fato de muitos acreditarem que esta religião é uma farsa. Em suma, o estudo pretende elucidar o direito de liberdade religiosa, sem querer esgotar a temática, pois trata-se apenas de um ponto de partida para que futuramente possa ser elaborados trabalhos mais aprofundados.

Palavras-chave: Diversidade religiosa. Intolerância. Religião. Direitos humanos.

“VIDAS SEM VALOR”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DA ALEMANHA NAZISTA DESTINADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rômulo Fernando Cândido Machado (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

Projeta-se nesse estudo discutir as ações da política nazista alemã direcionadas às pessoas com deficiência. As chamadas “vidas sem valor” eram submetidas a programas de esterilização compulsória e de eutanásia. Esses programas foram legalizados como forma de eliminação daqueles que se tornaram “encostos” na esteira da economia alemã nazista, sendo justificados como a política de promoção da eugenia do povo alemão – com o fortalecimento de uma raça pura, forte. Objetivam-se reflexões sobre pareceres e práticas de cidadania, apontando afrontas contra a dignidade da pessoa com deficiência legitimadas com base em leis. Para tanto, fez-se uso da metodologia da pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. À guisa de considerações, torna-se indispensável elucidar alguns absurdos cometidos para com a pessoa com deficiência em nome da “ciência” e com amparo legal (como foi o caso das leis eugênicas do *III Reich*), de modo a destacar a relevância dos direitos humanos enquanto instrumento de proteção de grupos marginalizados, historicamente segregados.

Palavras-chave: Alemanha nazista. Pessoas com deficiência. Leis eugênicas. Direitos Humanos. Ética.



EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEU RECONHECIMENTO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Sandra Mara Modolo (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

A evolução do homem na história, o seu próprio desenvolvimento e a necessidade de se tornar um ser humano capaz de se relacionar em sociedade e conquistar suas necessidades básicas foram primordiais para a conquista dos direitos humanos. Porém tais direitos foram reconhecidos gradualmente conforme as necessidades de cada época. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, ainda que sucintamente, a evolução dos direitos fundamentais, expondo suas várias dimensões e seus momentos históricos distintos, assim como trazer à baila a conceituação do que vem a ser direitos fundamentais e, sua inclusão junto a Constituição brasileira, a qual trouxe em seu contexto muitos dos direitos fundamentais ratificados internacionalmente. O trabalho foi desenvolvido por meio do uso de pesquisas bibliográficas realizadas em periódicos científicos e livros. Como resultado da pesquisa foi possível identificar que esses direitos fundamentais foram reconhecidos de modo gradativo e em dimensões e, que por meio desse reconhecimento internacional muitos desses direitos foram universalmente reconhecidos como direitos humanos e garantidos por nossa Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Dimensões. Constituição federal de 1988.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CONTEXTO DO PROCESSO CIVIL: GARANTIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Sílvia Leiko Nomizo (UEMS)
Lisandra Moreira Martins (UEMS)

O grande número de ações protocoladas anualmente junto ao Poder Judiciário é a maior causa da morosidade na solução de litígios. Fato este que acarreta a violação do direito ao acesso à Justiça das pessoas e, conseqüentemente, a violação da dignidade da pessoa humana. Na tentativa de amenizar tais violações, foi introduzido no corpo do texto constitucional pátrio, por meio da edição da Emenda Constitucional n. 45/2004, o princípio da razoável duração do processo, visando imprimir celeridade na consecução dos fins almejados por meio da tutela jurisdicional. A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma verificação da importância do princípio da razoável duração do processo no âmbito do direito processual civil brasileiro e se o mesmo está atingindo os fins para que foi instituído. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, consistente em textos e julgados que tratam do tema. Após a análise bibliográfica verificou-se a importância do princípio da razoável duração do processo no que tange à efetivação da dignidade da pessoa humana, ainda que o mesmo não esteja sendo plenamente observado em âmbito jurídico nacional.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; Emenda Constitucional n. 45/2004; Razoável duração do processo; Acesso à justiça.

O DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS



Adejunior Genuino (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

Acreditava-se que a Terra era composta por uma natureza indestrutível e que seus bens eram infinitos. Entretanto, presenciou-se a utilização de bens ambientais de forma impensada para dar seguimento aos movimentos científicos e industriais que levaram à modernidade. Diante desses fatos, surgiu o Direito Ambiental, objetivando proteger os novos direitos que emergiam na sociedade, posteriormente elevados a direitos fundamentais. O presente artigo busca contextualizar o Direito Ambiental em âmbito internacional, analisando as razões que levaram ao surgimento da necessidade da preservação ambiental em âmbito internacional, tendo em vista a efetivação da dignidade da pessoa humana, trazidos em normas internacionais. A análise do tema justifica-se devido à importância inerente ao meio ambiente, especialmente, pelo fato de se tratar de um direito fundamental da pessoa humana. A metodologia empregada foi o levantamento bibliográfico com análise de textos legais que versam sobre o assunto, utilizando-se uma linguagem clara e concisa, composta por terminologias extraídas dos textos legais que compõem a matéria jurídica ambiental internacional. Do levantamento bibliográfico, constatou-se a importância da preocupação com os recursos ambientais a nível internacional por se tratar de um direito fundamental imprescindível para a efetivação da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Direito ambiental internacional; Direitos fundamentais; Preservação; Dignidade da pessoa humana.

GT 04

A TRANSGRESSÃO DO PRINCÍPIO DA INTRASCENDÊNCIA DA PENA: APONTAMENTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES DE APENADOS EM REGIME DE RECLUSÃO

Ana Carolina Medeiros Costa Paula (G-UEMS)
Isael José Santana (UEMS)

O projeto de extensão, denominado “Nova Oportunidade: a família e o reeducando no processo de ressocialização”, em desenvolvimento, busca analisar a questão da mulher após a prisão de um ente “querido”. Conforme o art. 5º, inciso XLV, da nossa Constituição Federal (1988), está concretizada a intrascendência da pena ao determinar, teoricamente, que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”. Na prática, que se vê que a pena é cumprida, conjuntamente, pelas pessoas ligadas afetivamente aos apenados. O fato leva a uma degradação do relacionamento familiar e a única maneira de se manter essa ligação é via visitação, mesmo que para tanto a mulher se submeta a um tratamento vexatório. O objetivo do projeto é trabalhar valores essenciais dos direitos humanos e assistência material, fundadas em ações e jurídicas, bem como efetivas formas de melhorar a visitação. A extensão se desenvolve com visitas ao presídio, acompanhamento processual e outras ações ainda estão em fase de implantação. A Universidade possui responsabilidade social, faz-se necessário sua participação contínua e permanente em relação a todos os âmbitos sociais, considerando-se (essencialmente) promover a reflexão sobre os diferentes gêneros, em



especial a mulher, neste caso a dos apenados que passam por um processo de “ressociação”.

Palavras-chave: Mulheres. Princípio da intranscendência da pena. Revista íntima. Visita. Realidade social.

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO PARA AS COTAS

Dabel Cristina Maria Salviano (PG-UEMS/UCDB/FUNDECT)
Antônio Jaco Brand (PG-UCDB)

As cotas continuam a ser objeto de polêmicas e estudos acadêmicos. Nessa pesquisa, pretendo analisar a representação dos docentes do curso de direito em relação aos cotistas indígenas. Os saberes ou princípios jurídicos se pautam na visão ocidentalizada, européia, branca e machista de uma época. Pouca coisa mudou no currículo do curso com relação ao período Brasil colônia, continua-se a ensinar no curso de direito, disciplinas pautadas na visão do branco. O aspecto mais interessante do currículo jurídico, entretanto, é o direito consuetudinário – o que não está escrito e é só fundado nos usos ou costumes. Interessante, pois confrontar os saberes ensinados pelos docentes, ao longo dos cinco anos de graduação, que se pautam em saberes positivados, com os saberes naturais indígenas. Serão esses conceitos absorvidos e utilizados nas aldeias indígenas? Com o advento das cotas indígenas na UEMS, Lei estadual 2.589, de 26/12/2002, o curso de direito passa a ter em seus bancos discentes indígenas. E qual será a visão que esse indígena tem dos conteúdos ministrados? Terá ele o saber ocidentalizado do direito ou seu entendimento segue atrelado aos seus conceitos culturais? São essas indagações que pretendo abordar nessa pesquisa, procurando obter nova visão de um ensino jurídico.

Palavras-chave: Saberes/princípios. Indígena. Docentes. Cotas.

BEM JURÍDICO E OFENSIVIDADE EM DIREITO PENAL

Diogo Evangelista Barbosa (G-UEMS)
Isael José Santana (UEMS)

O presente trabalho busca estudar a importância de se determinar um conceito de bem jurídico a ser tutelado, no ramo da ciência criminal, pois esta noção pode ser utilizada como verdadeira limitação ao poder estatal de aplicar a sanção penal. Embora a noção de bem jurídico penal ainda não seja um conceito fechado, que, não pode ser determinado com total precisão, propõe a presente pesquisa, se atentar a qual deve ser o papel e a preocupação do Direito Penal moderno. O conceito de ofensividade, por sua vez, é de fundamental relevância tanto para a fixação de uma política criminal, quanto como guia da interpretação e da aplicação das normas penais. O presente esboço tem fundamental relevância num Estado contemporâneo, onde a criação de normas penais parece extrapolar o limite da racionalidade. Destarte para se aferir um resultado científico, será utilizado um estudo doutrinário do tema, a fim de se chegar à conclusão sobre qual seria o objetivo do Direito Penal e o que poderia ser considerado ofensividade em nível de Direito Penal.

Palavras-chave: Bem jurídico-penal. Direito Penal. Processo Penal. Ofensividade.



O PODER JUDICIÁRIO ATUANDO NA ANÔMALA CONDIÇÃO DE LEGISLADOR POSITIVO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Elaine Cristina Rocha de Oliveira (G- UEMS)
Nelson Reis Oberlander Junior (UEMS)

O artigo em tela tem o escopo de analisar a atuação do Poder Judiciário como legislador positivo na efetivação de Direitos Fundamentais, em especial o Direito a Vida, frente à inércia e ineficácia dos Poderes Executivo e Legislativo em satisfazer as demandas sociais nesta área. Para tanto, lançamos mão da análise de decisões acerca do direito à saúde e a remédios farmacêuticos como exemplos de concretização de normas constitucionais pelo Poder Judiciário. Neste compasso, analisou-se a atuação do Judiciário como o meio eficaz de concretização e máxima efetivação de tais Direitos levando-se em conta as barreiras de contenção das reservas de consistência, do possível e do princípio da proporcionalidade. Haja vista ser função do Judiciário a guarda da Constituição e efetivação dos direitos nela inscritos. Faz-se importante uma análise da atuação anômala do Judiciário sobre o prisma da quebra do dogmatismo e formalismo jurídico. Esta visão parte do pressuposto de que estaríamos a esvaziar a função jurisdicional e deixando a sociedade sem respostas à necessidades prementes e inadiáveis caso não se delineie uma estruturação jurídica desta nova forma de atuação da jurisdição. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com análise de julgados acerca da temática em questão.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Legislador Positivo. Direitos Fundamentais. Saúde.

O COMÉRCIO VIRTUAL E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR SOB A ÉGIDE DA LEI 8.078 DE 1990

Ithalareyla Thaysi Freitas Bortolotti (G-UEMS)
Rodrigo Cogo (UEMS)

O presente trabalho almeja uma análise das relações de consumo, no âmbito do que se convencionou chamar de comércio virtual, utilizando, para tanto, um estudo sistemático do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078 de 1990) em suas disposições acerca desta matéria. É certo que desde o período colonial, os interesses do consumidor sempre foram protegidos nos mais diversos textos legais brasileiros. Indubitavelmente, no limiar do século XXI, eleva-se, cotidianamente, o índice de consumo via internet, uma vez que tal prática, oferece ao consumidor maior conforto e comodidade, posto que a maioria dos serviços online está à disposição vinte e quatro horas. No entanto, no afã de ofertar maior segurança para o pólo que consome, é que entra em tela a Lei 8.078 de 1990, cujo texto objetiva proporcionar, nas relações comerciais, a íntegra proteção ao adquirente de produtos e serviços também nesta novel área. Este estudo acostar-se-á na pesquisa bibliográfica, utilizando o aporte de renomados autores que abordam o tema, alicerçada na Legislação Brasileira em vigor. Ao final, esta pesquisa pretende demonstrar, que, muito embora haja pouca informação ao consumidor, tem-se, de fato, um conjunto normativo, eivado de eficácia, e, que o protege, garantindo total lisura nessas operações de comércio.

Palavras-chave: Comércio Virtual. Código de Defesa do Consumidor. Segurança. Direitos.



O ANTAGONISMO ENTRE A PENA DE PRISÃO E A FINALIDADE DE (RE)SOCIALIZAÇÃO: BREVES NOTAS

Marianny Alves (G-UEMS)

Isael José Santana (UEMS)

Sabe-se que, embora os apenados em regime fechado tenham garantidos, como estabelecido no Código Penal, respaldado pela Constituição Federal de 1988, todos os direitos não atingidos pela restrição do direito de liberdade - que é temporária -, as condições mínimas de vida dentro dos presídios brasileiros não possibilitam qualquer concretização tanto dos direitos e garantias fundamentais, inerentes a todos os cidadãos, quanto mais de uma almejada (re)socialização dos reclusos/detentos. A partir de tal consideração, este estudo tem por intuito suscitar discussões e, assim, fazer considerações acerca da pena de prisão, na forma como é executada, caracterizando-a como antagônica quanto ao ideal de (re)socialização dos apenados e instrumento violador do princípio da dignidade da pessoa humana. É conveniente ressaltar que trata-se de pesquisa bibliográfica, por vezes documental, fruto de Iniciação Científica. Por fim, resta salientar que não houve o intuito de sugerir um novo sistema prisional ou novas positivamente de direitos, mas apenas declarar indispensável que, para a possibilidade de (re)socialização deve-se, ao menos, efetivar o direito de cidadania e, logo, conservar a dignidade destes indivíduos, o que foi declarado e garantido pela legislação.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Cidadania. Sistema prisional.

CONDUTA DESPORTIVA CRIMINOSA: O EXERCÍCIO REGULAR E SUA DESCONSIDERAÇÃO

Roberto Carlos Alves de Oliveira Júnior (G-UEMS)

Mário Lúcio Garcez Calil (UEMS)

Em determinadas condutas desportivas se observa a presença da tríplice valoração da Teoria do Delito pela ótica analítica, qual seja, tipicidade, ilicitude e culpabilidade, caracterizando como um comportamento criminoso e passível de consequência jurídico-penal. Todavia, a ilicitude desaparece, pois o fenômeno desportivo é um meio adequado para a realização de um fim reconhecido pelo Estado que pode ser de ordem social, cultural, corporal, etc. Destarte, atento ao fim do desporto e à força permissiva do Estado, este, último *ratio*, não poderia punir a conduta desportiva que não se enquadrava no juízo de reprovação, visto o reconhecimento estatal de suas contribuições. Desta feita, para que ocorra o exercício regular do direito na conduta violenta de um atleta é necessário que esta obedeça as condições objetivas a que à excludente está subordinada e que o desporto seja autorizado pelo Estado. Sob essa ótica, o presente ensaio, por meio de pesquisa bibliográfica, visa tecer algumas reflexões acerca da desconsideração da conduta desportiva criminosa baseando-se no exercício regular do direito como excludente da ilicitude de uma conduta delituosa praticada por um atleta na prática do desporto.

Palavras-chave: Conduta Desportiva Criminosa. Direito Penal Desportivo. Exercício Regular do Direito.



A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA COM ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS: DO PAPEL PARA O EXERCÍCIO

Ronier Martins Ferreira (G-FIPAR)
Washington Cesar Shoiti Nozu (FIPAR)

Sabe-se que, dentro do sistema em que vivemos, muitos jovens são marginalizados, sem perspectivas de oportunidades e de uma vida digna, não exercendo a cidadania em sua plenitude – que, nessas condições, para existir somente “no papel”. Tendo em vista esse impasse, foi proposto, junto às Faculdades Integradas de Paranaíba, o projeto de extensão intitulado “A construção da cidadania com alunos de escolas públicas: do papel para o exercício” que desenvolve ações visando a promoção da cidadania a partir da elucidação dos direitos e deveres da vida em sociedade, com ênfase na divulgação dos direitos humanos. Assim, o presente trabalho visa relatar algumas atividades do projeto de extensão realizadas na Escola Estadual Ermírio Leal Garcia, na cidade de Paranaíba/MS. Para o desenvolvimento das ações, parte-se de uma base teórica para nortear os encontros que discutem, entre outros temas, a questão da violência, das drogas, da educação, dos direitos humanos. Enfim, embora modesto, essa ação de extensão pretende estimular as discussões sobre cidadania no contexto da escola pública e, mais que isso, potencializar a sua efetivação.

Palavras-chave: Cidadania. Extensão Universitária. Escola pública.

A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

Sheiza Camargo Rotondo (PG-UEMS)
Isael José Santana (UEMS)

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 196, assegura a saúde como um direito de todos e dever do Estado. O presente ensaio se destina a analisar a atuação ativa do Poder Judiciário em relação às políticas públicas destinadas à saúde. O objetivo do trabalho é o de compreender as duas correntes divergentes de pensamento sobre o tema, buscando a que mais se amolda aos anseios e inópias da população. A pesquisa justifica-se pela crescente demanda no Poder Judiciário de ações que visam o atendimento dos direitos à prestação de saúde digna, principalmente o fornecimento de medicamentos. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico. Após a análise do material verificou-se que ambas correntes possuem argumentos relevantes, todavia, não se pode desprezar que o ativismo político do Judiciário nas políticas públicas torna-se um instrumento vital de defesa das necessidades imediatas de toda a sociedade e de efetivação dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direito. Saúde. Judicialização.

DIREITOS HUMANOS/DIREITO PENAL: “WOODSTOCK” OU “CAÇA AS BRUXAS”? APORTES INICIAIS SOBRE A TUTELA PENAL

Thiago André Silva Gonçalves (PG-UEMS)
Mário Lucio Garcez Calil (UEMS)



O presente estudo tem como pretensão, a partir de uma revisão bibliográfica nacional e estrangeira, analisar a intersecção entre Direito Penal e Direitos Humanos. O objetivo principal é demonstrar que tal relação será sempre tensa, mas que é condição de possibilidade para a configuração de um Direito Penal democrático. A tutela penal deve encontrar no princípio da proporcionalidade a resposta constitucionalmente adequada. Tal princípio possui duas matrizes, sendo preconizado pelo garantismo penal negativo (*Übermassverbot*) e o garantismo penal positivo (*Untermaßverbot*). Nesta ótica surge o dever de proteção do Estado (*Schutzpflicht*) para que não haja intervenções penais excessivas, mas também para que não incorra em omissões. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deve ser encarada como parâmetro no desenvolvimento da teoria do bem jurídico penal, fazendo com que tal proteção seja resguardada para os casos de grave violação de direitos fundamentais. Somente assim não haverá banalização da relação Direitos Humanos/Direito Penal, ao ponto de se acreditar que tudo é permitido (Woodstock), mas evitando também um punitivismo desmedido (Caça as Bruxas), sem “razão constitucional de ser”.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito Penal. Constituição.

GT 05

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO?

Bruno Vigil Pereira (G-PIBIC/UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Sabe-se da necessidade de uma boa educação escolar, haja vista que é na escola que ocorre o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo. Nos últimos anos tem-se destacado na educação brasileira políticas públicas voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência, tem ainda o surgimento de marcos normativos importantes para as minorias, no combate a exclusão. Com o escopo de compreender a função do Estado como garantidor dessa educação e de seus meios para a acessibilidade e permanência do aluno com necessidades especiais de aprendizagem é que essa pesquisa em fase inicial está sendo desenvolvida. Com o intuito de lançar luzes acerca da temática a ser realizada na pretensa proposta de comunicação, adota-se de maneira predominante a pesquisa documental, propondo a análise e o estudo de vários documentos, além é claro de pesquisa bibliográfica pertinente ao tema da proposta. Como resultado deste estudo foi verificado que vários documentos declaram que educação de qualidade é direito de todos – incluindo a pessoa com deficiência – além de que a educação de qualidade vem garantir o acesso e auxílio na permanência do educando na escola regular, em uma postura mais atual da educação inclusiva aprecia-se a heterogeneidade do aluno.

Palavras-chave: Educação especial. Educação inclusiva. Políticas públicas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL: AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Cathiley Nair Miranda Santana (G-UEMS)



Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

As discussões sobre formação inicial e contínua de professores têm sido acirradas, principalmente quando os olhares se voltam para a qualidade e universalização da educação. Nesse contexto, esse projeto buscará contribuir com esses profissionais, considerando que serão trabalhados cinco módulos, momento em que as ações desse projeto serão relevantes, pois objetivamos conscientizar os participantes do projeto sobre a relevância de elaboração de propostas que abordem questões inerentes à diversidade para que a inclusão social se efetive de forma gradual e, paralelamente, que ocorra mudanças nas concepções dos docentes dos cursos de graduação, professores da educação básica e participantes do projeto de extensão. Para atingir esse objetivo a metodologia trilhada será: revisão bibliográfica sobre os temas dos cinco módulos; realização, acompanhamento e apoio ao trabalho dos ministrantes dos módulos; e realização do workshop com os materiais produzidos ao longo do projeto. Com esse ciclo metodológico acreditamos estar contribuindo com o projeto da orientadora, aprovado pelo MEC/UEMS, com os ministrantes dos módulos, mas também, estaremos aprendendo a construir relações de apoio e de trabalhos coletivos. A realização de trabalhos que possibilitem uma educação de qualidade para todos é a maior meta que podemos ter para a transformação social.

Palavras-chave: Diversidade. Interdisciplinaridade. Teoria/Prática.

A INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU CEGUEIRA

Edinéia da Silva Freitas (G-UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A relevância desta pesquisa se dá a partir da necessidade de se compreender as teorias que têm embasado os estudos nas universidades sobre inclusão escolar para pessoas com deficiência visual e/ou cegueira, considerando que historicamente houve a tentativa de superação de dois paradigmas em um período de menos de 20 anos, no entanto, em uma sociedade são observadas diversas fases que se referem às práticas sociais, a saber: exclusão social, atendimento segregativo, integração e inclusão social que podem ocorrer simultaneamente e/ou dialeticamente. Assim, é possível afirmar que no contexto atual é comum, nessa transição de paradigmas, verificar práticas sociais excludentes e/ou inclusiva. Nesse sentido, este texto buscou trilhar os procedimentos da pesquisa bibliográfica, buscando compreender diferentes temas, estudando-os individualmente para contribuir com a compreensão do todo. Nesse estudo já se definiu por categorias de análise, que são: Educação Escolar Inclusiva, deficiência visual e/ou cegueira e teorias educacionais. Como a pesquisa ainda está em andamento no momento oportuno serão apresentados os resultados finais, que são as produções intelectuais sobre o assunto, contribuindo com pessoas e pesquisadores que se interessam pela temática para saberem o que já tem de estudos e pesquisas nesta área.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Cegueira. Deficiência visual. Teorias educacionais.

A DIFERENÇA EM UM AMBIENTE INCAPACITANTE: REAÇÕES FRENTE À DEFICIÊNCIA

Elenilda Barbosa Furine



Este artigo apresenta um estudo sobre as pessoas portadoras de necessidades especiais que enfrentam dificuldades no ambiente social e suas reações perante essa condição. O objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar as diversas reações sofridas por estas pessoas em um ambiente incapacitado, às vezes, para lidar com as diversas diferenças. O estudo envolveu uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Espera-se com esse estudo, uma melhor compreensão dos aspectos envolvidos no processo de inclusão social e uma melhor reflexão acerca das diferenças, da deficiência e suas reações. E fatores como: quando e como aconteceu, o tipo de deficiência e os recursos interiores, o sexo da pessoa, a renda, a existência de apoio familiar, a auto-estima, entre outros contribuem para determinar as reações da pessoa à aquisição da deficiência. Desse modo, o artigo pretende ampliar a compreensão a respeito das diferenças, contribuindo assim, para o esclarecimento e consciência da inclusão social.

Palavras-chave: Deficiência. Ambiente social. Diferenças. Reações da condição

ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM CEGUEIRA NO ENSINO SUPERIOR

Elisangela Aparecida de Freitas (PG-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

O foco deste trabalho é refletir sobre a situação da inclusão das pessoas com cegueira no ensino superior, a fim de identificar os problemas enfrentados pelas universidades/faculdades em inserir esses alunos na graduação, considerando a estrutura física e a tecnologia para o atendimento dos mesmos. Por conseguinte, foram realizadas entrevistas para ampliar a discussão e a análise dos dados, coletados com três pessoas com cegueira, sendo que um é de Paranaíba – MS, outro de Campo Grande – MS e o último de Novo Hamburgo – RS, que estão cursando ou já cursaram o ensino superior. As entrevistas facilitaram a compreensão sobre a história de vida de cada um deles, além de focar nos dados pessoais, sexo, idade, curso, profissão e Universidade em que estavam inseridos e, ainda, ressalta o ingresso dos mesmos na Universidade, o apoio recebido, as provas, o vestibular, o espaço físico, os colegas e professores, como também apoio à garantia efetiva com programas, projetos e direito de acessibilidade. Pela análise realizada, evidencia-se que as Universidades/Faculdades não estão adequadas para a inserção de pessoas com cegueira, porém, têm tentado colocar em prática os direitos estipulados por lei, garantindo a efetivação dos direitos de acessibilidade e inclusão de todos ao Ensino Superior.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Cegueira. Ensino Superior.

A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO TEÓRICO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

Hanna Caroline Neyris Corrêa da Costa (PG-UEMS)
Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como ocorre o processo de desenvolvimento do pensamento teórico, tendo por fundamento a teoria histórico-cultural. Ainda, abordar como o trabalho do professor em sala de aula pode contribuir para o



desenvolvimento dessa categoria de pensamento em alunos com necessidades educacionais especiais. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como principal referencial Vygotsky e Rodrigues. Segundo a referida teoria, o contato das crianças com as pessoas mais velhas, com mais experiência é o que propicia a elas o seu desenvolvimento. Desta forma, a interação, a mediação intencional exercida pelo professor, quando adequada, tem por finalidade permitir o desenvolvimento do pensamento teórico, pois como mediador possibilita a apropriação e a objetivação do conhecimento pelas crianças e a formação de conceitos. Assim, ao promover a interação, a comunicação entre professor e aluno, potencializa-se o trabalho na zona de desenvolvimento proximal, que explora as potencialidades de cada criança, e, conseqüentemente, as barreiras e os obstáculos encontrados pelos alunos se minimizam, o que torna o ensino/aprendizagem mais prazeroso, significativo e promotor de desenvolvimento.

Palavras-chave: Atuação do Professor. Educação Inclusiva. Pensamento Teórico. Teoria Histórico-cultural

Cultura do Fracasso Escolar: o que a escola tem a dizer?

Janaína Aparecida da Silva (G- UEMS)
Maria Sílvia Rosa Santana (UEMS)

O termo “fracasso escolar” foi o problema que impulsionou a busca por conhecimentos que abordem esse fenômeno de maneira crítica, haja vista que perdura por anos no meio escolar. A educação formal é um direito de todos, porém nem todos que passam pela escola conseguem ter sucesso, seja pela diferença de rendimento escolar, seja pelas dificuldades de aprendizagem que, acredita-se, não são bem vistas, o que geralmente leva ao fracasso desses alunos. O fracasso escolar não pode ser caracterizado somente pela repetência, mas pelo abandono escolar e pela não-aprendizagem dos conteúdos escolares. Por meio de pesquisa bibliográfica, que não tem a intenção de esgotar o assunto, mas de tentar entender o problema, então, para isso, devem ser levadas em considerações a eficácia dos métodos, os conteúdos, a cultura escolar, a organização escolar, e as “verdades” que a escola usa para explicar o “fracasso escolar”. Partindo desse ponto, atenta-se para as contribuições do currículo nesse processo.

Palavras-chave: Fracasso escolar. Cultura escolar. Currículo.

ASTRONOMIA EM UMA ABORDAGEM MULTISSENSORIAL

Josiane Alexandrino dos Santos (G-UNESP/CNPQ)
Eder Pires de Camargo (UNESP)
Diego da Silva Ferreira (UNESP)

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma grande parte dos alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa-estima resultante da exclusão escolar e da social (MANTOAN, 2006). Fato este que é ainda mais grave se levarmos em consideração as pessoas com deficiência. Portanto o trabalho, baseado nas concepções de Soler (2006) que defende um tratamento multissensorial do ensino de ciências, tem por objetivos executar e aplicar materiais multissensoriais no ensino



de Astronomia para pessoas com e sem deficiência visual e criar subsídios para o ensino de astronomia levando em consideração as diferenças entre os alunos. A pesquisa será realizada em um contexto de mini-curso com alunos do ensino médio numa sala inclusiva e os dados serão constituídos por gravação de Áudio e Vídeo das aulas. A análise dos dados será considerando características da análise de conteúdo. Os resultados esperados são discussões referentes ao ensino de astronomia, o uso da didática multissensorial e suas potencialidades e as contribuições para a inclusão de pessoas com deficiência visual.

Palavras-chave: Didática multissensorial. Astronomia. Inclusão.

ECOS DA EXCLUSÃO: A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Lúcia Regina de Araújo da Silva (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Este estudo tem por objetivo registrar algumas passagens da vida de uma adolescente com deficiências múltiplas, de modo a refletir acerca das barreiras estruturais e atitudinais que dificultam o seu acesso e participação nos espaços sociais. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizamos a técnica da história de vida, com vistas a relatar as experiências de determinada pessoa que por sua condição, é alvo de constante exclusão. Diante da realidade dessa adolescente, faz-se necessário uma crítica aos impasses que impedem a concretização da denominada inclusão social. Partindo do pressuposto de que a inclusão social representa uma transformação da sociedade para criar oportunidades para todos, sendo garantido a toda pessoa o direito de acesso ao espaço comum da vida em sociedade, deve-se refletir se estas oportunidades estão acontecendo de fato. Assim, a realidade vem ao nosso encontro e nos faz refletir sobre como essa adolescente com deficiências múltiplas se sente, como ela é tratada pela sociedade, quais suas dificuldades e seus anseios, como seria a sua vida se vivesse em um mundo mais humano, fraterno e inclusivo. Portanto, ao darmos voz ao sujeito da pesquisa, mais que identificá-lo como caso isolado, estaremos promovendo o eco de inúmeros outros excluídos pela sociedade.

Palavras-chave: Inclusão social. Pessoa com deficiências múltiplas. História de vida.

AS DIFERENÇAS ENTRE OS SIGNIFICADOS DOS TERMOS SEXO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Milene Ferreira Bezerra (G-UEMS)
Paulo César Ribeiro Martins (UEMS/FIPAR)

Os termos sexo, sexualidade, educação e orientação sexual têm sido muito constantes em nosso cotidiano. Muitas vezes, porém, suas significações são confundidas ou distorcidas, levando a uma interpretação errônea desses conceitos, principalmente quando se trata da educação sexual e orientação sexual. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo discutir a significação destes termos, refletindo sobre o papel da escola em relação à temática. Este assunto é relevante por discutir um assunto importante para o desenvolvimento psicossocial do indivíduo, principalmente por abordar o papel da escola e dos educadores, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais em relação a esta



problemática, que, apesar de estar dentre os temas transversais propostos pelas diretrizes oficiais, ainda é pouco comentada e, por falta de estudos, ainda suscita polêmicas no contexto escolar. Para a realização deste estudo utilizou-se como método de abordagem o dedutivo, que busca transformar enunciados complexos e universais em particulares. Como procedimento utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que a finalidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a temática da sexualidade é promover, por meio da escola, debates e reflexões, enfocando os aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais, possibilitando o desenvolvimento das habilidades comunicativas e de tomada de decisões.

Palavras-chave: Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Pedagogia. Orientação sexual. Sexualidade.

O JOGO COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Pamela Joane de Freitas Neves (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A inclusão escolar no Brasil tem feito parte de constantes debates, sempre voltados para as discussões inerentes ao ingresso de alunos com deficiência no ensino regular. Essas discussões permeiam questões sobre deficiências e habilidades. A deficiência que mais denota preocupação por professores em todos os locais e debates é a intelectual, por não acreditarem que os alunos com deficiência intelectual têm habilidades. Com essa compreensão é que este estudo foi realizado com o objetivo de contribuir com as discussões sobre deficiência intelectual na Educação Infantil, apresentando o jogo como alternativa pedagógica no processo ensino/aprendizagem. A Abordagem Qualitativa foi definida para este estudo, com a utilização da pesquisa bibliográfica, considerando as especificidades do tema e das análises, que necessitaram da constante compreensão subjetiva do pesquisador. Para ampliar o campo de análise optou-se por trabalhar com categorias, a saber: educação inclusiva, deficiência intelectual, educação infantil e jogos. Com isso evidencia-se que o jogo é relevante no processo ensino/aprendizagem das crianças com deficiência intelectual, pois contribui de forma lúdica para desenvolver as habilidades da criança. Assim, conclui-se que a inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual tem avançado, mesmo que lentamente, e que nesse avanço o jogo tem dado sua contribuição pedagógica.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Educação infantil. Deficiência intelectual. Jogo.

SALA DE RECURSO: ESPAÇO ADICIONAL PARA TRABALHAR HABILIDADES ESPECÍFICAS

Patrícia Vilela dos Santos Faria (PG-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

As salas de recursos estão sendo criadas nas escolas de ensino regular para contribuir de forma efetiva com o processo ensino/aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, afim de que os mesmos tenham um atendimento diferenciado do ensino comum, no contraturno das aulas e, assim, obter melhor desenvolvimento e aprendizagem. Assim, objetivou-se depreender a função das salas de recursos na proposta da educação inclusiva, a fim de verificar se naquele espaço os professores buscam trabalhar



as habilidades de seus alunos. Trata-se de uma pesquisa de campo, com dados levantados a partir da utilização de documentos e entrevistas, visto a importância da entrevista em estudos qualitativos, pois facilita a aproximação com os sujeitos do estudo e com o objeto estudado. Nesse estudo primeiramente recorreu-se a observação do trabalho realizado pelo professor, a organização e funcionamento da sala e os materiais utilizados para se trabalhar as especificidades das deficiências. Posteriormente, realizou-se a análise de alguns questionamentos feitos durante a observação do trabalho realizado pelo professor da sala de recurso e das entrevistas. Com este estudo constatou-se que o trabalho realizado nas salas de recursos é incipiente, com poucos desafios para descobrir e trabalhar as habilidades dos alunos.

Palavras-chave: Sala de recursos. Inclusão. Processo ensino/aprendizagem.

A IMPORTANCIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DO INDIVÍDUO, SEGUNDO A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Priscila do Nascimento Costa (G-UEMS)

Maria Silvia Rosa Santana (UEMS)

Este artigo científico tem como origem os estudos a respeito do desenvolvimento da consciência da criança dentro das relações sociais, segundo a Teoria Histórico-Cultural que se propõe a apresentar alguns aspectos, relacionados ao desenvolvimento humano, bem como as características da formação da consciência da criança. A pesquisa permitirá uma reflexão em relação a como cada criança interage com o seu meio social, seja no âmbito escolar ou em sua casa, pois, no início da vida as necessidades básicas da criança são supridas pelos adultos de seu ambiente. Enfatiza a importância da linguagem para o desenvolvimento da consciência que é fator primordial e não apenas usada como fonte de comunicação entre as relações sociais da criança. O artigo foi elaborado por meio de levantamento bibliográfico, a partir dos estudos de Vygotsky e outros importantes autores da Teoria Histórico – Cultural, a presente pesquisa tem por objetivo tornar compreensível o processo de desenvolvimento da consciência da criança, como se forma suas necessidades humanas e conseqüentemente a sua personalidade, voltado para a apropriação dos conceitos presentes na cultura que são constituídas na criança por meio das suas relações sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Criança. Consciência. Formação.

INCLUSÃO SOCIAL: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

Raquel Marques Ribeiro dos Santos (G-UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

O objetivo do presente trabalho é buscar por meio da ampliação dos saberes teóricos e práticos dos professores contribuir para melhorar sua atuação em sala de aula, para garantir a inclusão efetiva dos alunos historicamente excluídos. Neste sentido, é que se constata a relevância de trabalhar a temática “formação de professores”, com um olhar para a inclusão social. A proposta de trabalho é organizada por módulos: 1º- Inclusão/exclusão: construção histórica e social; 2º- Literatura infantil: um olhar para a inclusão social; 3º- Leitura



e escrita: pilares da inclusão social; 4º- Pesquisa didática e a inclusão social; e 5º- Material didático como apoio pedagógico para a inclusão escolar, mesmo utilizando estratégias diferentes, todos os módulos estão voltados para o tema inclusão social, os quais foram e serão ministrados por docentes. Tendo como público alvo professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental, discentes do curso de Pedagogia da UEMS e docentes do Ensino Superior. Os resultados ainda que parciais já demonstram que a promoção de um amplo debate sobre as práticas docentes pode ser um caminho, mesmo que longo, para a mudança de todos os que estão envolvidos no processo educacional, tanto da prática pedagógica, quanto das atitudes, valores e crenças.

Palavras-chave: Inclusão Social. Formação de Professores. Teoria/Prática.

GT 06

O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA UEMS: CAMINHOS DA INICIAÇÃO À PESQUISA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIDADE DE PARANAÍBA

Catia Seifert (PG-UEMS)
Elson Luiz de Araujo (UEMS)

O presente trabalho consiste num estudo acerca dos caminhos delineados pela proposta de iniciação à pesquisa em nível de graduação enfocando o Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Inicialmente, por meio da revisão de literatura definiu-se a fundamentação teórica referente ao processo de pesquisa no âmbito da graduação. Em seguida, buscou-se entender como esse processo de pesquisa foi construído ao longo da implantação do curso de Licenciatura em Pedagogia na Unidade. Documentalmente, foram analisados: o Projeto Político Pedagógico vigente, reformulado e implementado em 2007, comparando-o aos Projetos anteriores, referentes aos anos de 2003 e 2004, bem como os Planos de Ensino das disciplinas diretamente ligadas ao processo de iniciação à pesquisa. Pela literatura consultada e os documentos analisados, conclui-se que o fomento à iniciação à pesquisa no contexto da graduação é uma ação pertinente e necessária ao desenvolvimento de habilidades pelos futuros professores, devendo ser perpetuada na *praxis* do seu futuro campo de trabalho, o que permite pensar que a iniciação à pesquisa não deve ter como ponto de partida o nível da graduação, mas nela encontrar a sua continuidade e aprofundamento.

Palavras-chave: Iniciação à pesquisa. Pesquisa na graduação. Trabalho de Conclusão de Curso.

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: BREVES REFLEXÕES ACERCA DE SUA LEGITIMIDADE E DE SUA FACETA DEMOCRÁTICA

Emiliana Cristina Rodrigues Nunes



As experiências como educadora no ensino regular e superior somadas à leituras à respeito da formação docente e práticas produziram questionamentos que deram origem à elaboração deste trabalho. Estudamos que o projeto político-pedagógico deve ser uma ação coletiva, em qual a comunidade e a escola traça objetivos e norteia o trabalho pedagógico, porém, em minha caminhada docente até o presente momento não tive a oportunidade de participar e/ou presenciar a elaboração deste. Este trabalho é o início da busca por respostas. Por que e como o projeto político-pedagógico se tornou um instrumento de organização obrigatório para as escolas? Qual a real importância do PPP para a escola? Como se dá o seu processo de elaboração nas escolas? Quem elabora o PPP nas escolas? O objetivo da breve reflexão deste trabalho é começar a desmistificar o PPP e conhecer sua legitimidade e sua faceta democrática, esta desmistificação é relevante para o estudo e a prática de todos que estão envolvidos com a educação. A pesquisa bibliográfica é o que dá base para este trabalho, visto que o desejo é que este venha se estender para uma futura pesquisa de campo.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico. Reflexão. Prática pedagógica.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RELAÇÃO ÀS CIÊNCIAS NATURAIS NO ENSINO SUPERIOR

Ione Vieira dos Santos (FIPAR)

O presente estudo situa-se no levantamento de informações acerca do ensino superior, mais precisamente na formação dos profissionais da educação na área ambiental (ciências) que posteriormente irão atuar nas Instituições de Ensino. O objetivo deste estudo é analisar informações em relação às necessidades da formação do educador na área de ciências naturais, cujo currículo apresenta em sua proposta a formação docente. A relevância desta pesquisa bibliográfica, é averiguar os trabalhos científicos e autores que desenvolvam subsídios relevantes para a materialização de uma proposta de currículo mais adequada na formação do educador. A metodologia adotada é a pesquisa secundária bibliográfica, documental e análise da configuração textual, tendo como objeto de estudo a formação de professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais). Partindo do pressuposto, que o Estado inseriu na LDB nº 9394/96 a obrigatoriedade dos estudos do mundo físico e natural, discriminado com detalhes no PCNs, nº 4 – Ciências Naturais e nº 9 – Meio Ambiente e Saúde, a fim de que os futuros profissionais possam atuar de forma consciente no ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Séries Iniciais) na rede pública e privada do país.

Palavras-chave: Ciências Naturais. Educador. Projeto Pedagógico.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS ABORDAGENS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

Janete Alves da Silva (PG-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

O processo ensino/aprendizagem tem sido motivo de discussões, debates e pesquisas, com a intenção de potencializar a qualidade da educação. Destarte, esta revisão teórica tem como objetivo compreender as abordagens pedagógicas que tem norteado o trabalho dos docentes. Para essa compreensão definiu-se por elencar e analisar quatro categorias que



compõe o processo ensino/aprendizagem, a saber: relação docente/discente, conteúdo, metodologia e avaliação escolar, a partir dos estudos das Abordagens Tradicional, Comportamentalista, Sócio-Cultural e Histórico-Crítica. Para maior compreensão dessas abordagens foram utilizados os estudos de Mizukami (1986), Freire (2003), Saviani (2000) e Libâneo (1990), por considerar a relevância desses estudiosos para a área educacional. Os resultados obtidos pela pesquisa evidenciaram que há muito ainda para se conhecer neste campo, pois o profissional da educação não pode ficar alheio às mudanças ocorridas em seu meio e em seu entorno, uma vez que o dinamismo universal tem favorecido o repensar de velhos paradigmas. É neste contexto que o docente deverá estar inserido, como agente transformador, oportunidade em que o conhecimento teórico e prático obtido ao longo dos anos irá repercutir na comunidade acadêmica e na sociedade.

Palavras-chave: Abordagens pedagógicas. Avaliação escolar. Ensino/aprendizagem.

A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE CULTURA E CURRÍCULO: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

Lucinéia Silva de Freitas (UNOPAR)

Este artigo tem como ponto de partida uma pesquisa realizada para término de pós-graduação em Docência Superior, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, que teve como foco de investigação o currículo do curso de Pedagogia da referida Universidade. Assim este texto tem a finalidade de apresentar a relação dialética entre cultura e currículo e as implicações na materialização desse currículo. Busca-se, para isso, compreender e discutir teoricamente, cultura e currículo e suas implicações e interferências na sociedade como veículo ideológico. Assim, demonstrar que currículo e cultura são indissociáveis, pois a cultura é constituída nas práticas sociais que interferem diretamente na elaboração do currículo. Tal discussão permeia a possibilidade de um trabalho escolar pautado na interculturalidade e no multiculturalismo, mesmo sendo uma proposta um tanto utópica, se utilizados para realizar a elaboração do currículo escolar, sua efetividade, pode contribuir para que o sujeito amplie seus conhecimentos, reconheça que têm direitos, e é sujeito ativo e parte constituinte da sociedade. Nesse sentido, para embasar a reflexão acerca deste texto foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico.

Palavras-chave: Currículo. Cultura. Currículo Escolar.

O PODER E A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

Nathália Sayuri Yamada (PG-UEMS)

Elson Luiz de Araujo (UEMS)

Esta pesquisa objetivou compreender como os professores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul percebem e exercitam o poder na sala de aula, bem como os alunos compreendem esta questão. Utilizamos a abordagem qualitativa com a preocupação de compreender o pensamento dos professores e apresentar a realidade da sala de aula. Metodologicamente, recorreremos à revisão bibliográfica para conceituar a questão do poder. Para a coleta de dados utilizamos o questionário que foi aplicado aos professores do curso de pedagogia e com os alunos do quarto ano deste curso. Nota-se que os alunos têm uma visão negativa do poder e acreditam que os



professores, de forma geral, faz uso do poder de forma autoritária e não percebem a mecânica do poder como algo a contribuir no processo de ensino/aprendizagem. Diferentemente, os docentes da UEMS referida reconhecem a utilização do poder, assim como a necessidade do seu exercício de forma ética e responsável para alcançar o objetivo do ensino. Já que a criança desde o ingresso no contexto escolar entra em contato com a figura do professor que se torna referência em seu processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Poder. Instituição. Professor/Aluno.

GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA(1993-2009)

Odair França de Carvalho (PG-UFU)

Rones Aureliano de Sousa (PG-UFU)

Graça Aparecida Cicillini (UFU)

O presente trabalho apresenta uma revisão de trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Educação em nível de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Uberlândia, que fizeram uso das histórias de vida. Foram feitos dois recortes temporais um de 1992 a 1999 e outro de 2000 a 2009 na tentativa de melhor compreender o fenômeno. O objetivo principal foi mapear a produção acadêmica que utilizou a história de vida como metodologia de investigação científica em suas produções. Concluímos que as temáticas dos trabalhos produzidos com este alicerce teórico caminham em trabalhos que investigam: identidades, saberes e principalmente trajetórias profissionais visando conhecer o processo de profissionalização. Trouxe-se nos informações e conhecimentos em torno das investigações acerca da formação de professores e profissão docente no cenário local e nacional, por outro lado a imprecisão conceitual observada pela diversidade de expressões empregadas, correndo o risco de transportar conceitos de certas áreas para outras sem o cuidado devido.

Palavras-chave: Formação de professores. Pesquisa. História de vida.

GT 07

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS DE ENSINO DO PORTUGUÊS

Adriano Mendes dos Santos (PG-FIC-FAVA/UAA/Assunción PY)

São históricas as discussões acerca do insuficiente desempenho escolar no âmbito da leitura e produção de textos em língua materna. Este problema se reflete no rendimento escolar em geral, uma vez que todas as disciplinas dependem de domínio do vernáculo. Discentes e docentes apresentam dificuldades na expressão linguística, o que é comprovado pelas dificuldades de comunicação (sobretudo escrita) nos exercícios e tarefas. Docentes se assustam ante as respostas obtidas. Discentes reclamam do não-entendimento dos enunciados. Em suma, a comunicação linguística em português não anda bem. Em função dessas dificuldades, desenvolvemos alguns estudos e pesquisas, ainda em curso, que pudessem minimizar os problemas de comunicação em sala de aula e, por conseguinte,



auxiliar a formação de usuários de língua mais competentes no que tange à fluência de leitura e produção textual.

Palavras-chave: Produção textual. Português. Estratégias didáticas.

ASPECTOS DA LINGUAGEM ESCRITA DE DETENTOS DO ESTABELECIMENTO PENAL DE PARANAÍBA

Alessandra Dias Carvalho (FIPAR)

O presente artigo objetiva a investigação da existência de marcas semânticas, fonológicas e morfológicas quanto aos aspectos da linguagem escrita dos detentos do Estabelecimento Penal de Paranaíba. Os objetivos desta pesquisa estão em analisar, detalhadamente, textos escritos pelos apenados, a fim de detectar os níveis da linguagem enfocada pelos reclusos nas diversas situações da comunicação social. Prioriza-se neste artigo compreender a capacidade humana de reinventar e variar a linguagem independente do contexto em que o detento se encontra. A pesquisa é bibliográfica documental pelo método dedutivo. Dentre os textos analisados, é possível discernir, através dos níveis lingüísticos utilizados nos mesmos, com quem o apenado estabelece a comunicação social escrita, inclusive com a incidência dos regionalismos. Com esta análise percebe-se que há primazia do nível lingüístico da gíria, próprio da coloquialidade, em detrimento aos demais níveis e, no decorrer desse processo investigativo poderá pressupor que mesmo a clientela que não tem informação intelectual quanto aos aspectos da linguagem, utilizam-na com perfeito domínio comunicativo, impregnado do caráter subjetivo.

Palavras-chave: Linguagem. Subjetividade. Escrita. Penal.

CECÍLIA MEIRELES E LITERATURA INFANTIL: UM ESTUDO DE TEXTOS DO LIVRO POESIAS OU ISTO OU AQUILO & INÉDITOS

Andréia Lemos de Oliveira (PG-UEMS)

Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

Esse artigo apresenta os resultados de pesquisa de fundo histórico sobre a produção de Literatura Infantil de Cecília Benivedes de Carvalho Meireles (1901-1964) concretizada nos poemas "As Meninas", "Leilão de Jardim", "O Menino Azul" e "Ou isto Ou Aquilo" do livro **Poesias Ou isto ou aquilo & Inéditos** (1969), que tem por objetivos: contribuir com estudos e pesquisas para produção de uma história específica da literatura infantil; analisar os poemas "As Meninas", "Leilão de Jardim", "O Menino Azul" e "Ou isto Ou Aquilo" do livro **Poesias Ou isto ou aquilo & Inéditos** (1969), para compreender como a autora Cecília Meireles concretizou a literatura infantil; e, compreender a relação entre esse livro e o lugar ocupado pela autora no campo da literatura infantil em seu tempo, mediante análise da configuração textual do corpus eleito. Para compreensão dos objetivos, a abordagem histórica do tema está centrada em pesquisa documental e bibliográfica. Conclui-se que, em sua produção de Literatura Infantil Cecília Meireles destaca-se por vislumbrar uma criança que à época tinha certas necessidades, por isso escreve para a criança pensando em suas frustrações, assim, oferece arte, poesia, alimento às crianças, nada mais do que fantasia aliada a problemas sérios que assolam a humanidade.



Palavras-chave: Literatura Infantil. Cecília Meireles. Literatura Infantil: Poesias Ou isto ou aquilo & Inéditos.

LEI SECA: DIFERENTES OLHARES

Carina Maciel de Oliveira Silva (PG/UFMS)
Marlon Leal Rodrigues (UEMS)

A obediência a Lei 11.705/08 fez com que muitos dos costumes dos cidadãos brasileiros em relação à ingestão de bebida fossem repensados. Esse repensar trouxe à tona uma batalha entre o individual (liberdade) e o coletivo (direitos e deveres), representados na linguagem por meio dos dizeres proferidos por indivíduos que se constituem sujeitos no discurso e pelo discurso. Diante dessa disputa de interesses mediados pela linguagem este artigo pretende verificar os deslocamentos de sentidos que ocorrem nos discursos relacionados à Lei Seca e as diferentes concepções ideológicas que possibilitam esses deslocamentos de sentidos nos discursos de sujeitos que estão direta ou indiretamente envolvidos nos contextos sociais em que a Lei se faz presente. Para se alcançar o objetivo proposto, pretendemos analisar respostas dadas a um questionário por sujeitos que ocupam diferentes lugares sociais, pois sabemos que estes ao enunciarem deixam transparecer marcas ideológicas que são base na constituição do indivíduo em sujeito enunciativo. Nessa análise utilizaremos como pressuposto teórico os fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, já que por meio dessa é possível articular língua, história, sujeito e discurso.

Palavras-chave: Lei Seca. Ideologia. Sujeito.

O DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA E O PODER DISCIPLINAR

Cristiane Pereira de Moraes e Sousa (UEMS)

Nesta pesquisa analisamos o discurso da mídia impressa nas revistas *Veja* e *Istoé* (acerca do desarmamento 2005), a fim de mostrar de que maneira(s) elas tecem seus discursos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada nas revistas *Veja* e *Istoé*, oriundas do corpus de nossa pesquisa de mestrado, cujo dispositivo teórico é o da Análise do Discurso derivada de Pêcheux, da tese foucaultiana e a alguns estudiosos da mídia. Analisamos fragmentos produzidos por sujeitos que ocupam a posição-sujeito de jornalista e, a partir dela, *falam* os líderes dos partidos, os entrevistados etc. Assim, por meio da materialidade linguística, as revistas recorrem a estratégias discursivas induzindo a uma tomada de posição, ou seja, direcionando o leitor/eleitor a determinado comportamento e pensamento. Dessa forma, podemos dizer que a mídia impressa detém, privilegiadamente, o “poder”. Sua credibilidade está em constante disputa entre as manchetes de revistas e os demais campos sociais, em que credibilidade pressupõe persuasão, pois, no diálogo com o leitor/eleitor, valem os “efeitos de verdade” que são construídos para servirem de comprovação mediante argumentos de autoridades, testemunhas e provas, como nos fragmentos analisados. É a mídia interferindo, modificando e questionando o “poder” dos jogos oblíquos dos enunciados.

Palavras-chave: Análise do discurso. Mídia impressa. Poder.



AS CONTRIBUIÇÕES DE RUTH ROCHA PARA A LEITURA E A LITERATURA INFANTIL

Dayane Aparecida Ferreira da Silva (G-UEMS)
Tiago da Silva Fernandes (G-UEMS)
Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS)

Por meio de estudos teóricos, tendo como base textos de Serra (1998), Bordini (1998), Magnani (2001), entre outros, na perspectiva de verificar como a obra *O rei que não sabia de nada*, publicada em 1980, revela questões da atualidade, com o intuito de ressaltar que, dentre outras obras literárias, humaniza por intermédio da arte, e evidenciar a sintonia entre o mundo real e o mundo representado. No contexto da literatura infantil e juvenil brasileira, Ruth Rocha destaca-se pela abordagem de temas sociais, relativiza as verdades absolutas, questionando o conformismo e a obediência a ideais consagrados pelo poder. Sendo assim, pretende-se fazer uma apresentação geral da escritora e discutir a natureza emancipatória de *O rei que não sabia de nada*, compreendendo o porquê desse texto ser considerado um marco na literatura infantil e juvenil. Analisando a estrutura da obra, verificou-se que a estrutura narrativa e o uso da linguagem poética, compuseram os preceitos para definir o que vem a ser um livro literário para o público.

Palavras-chave: Contexto. Gênero literário. Leitor.

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA COESÃO TEXTUAL

Dayane Rodrigues da Silva Soukeff (G-FIPAR)
Adriano Mendes (FIPAR)

O texto é objeto de muitos estudos. De acordo com enfoque dado pelos estudiosos, tem-se uma corrente definidora de texto. Por exemplo, para os estruturalistas, as formas e as estruturas do texto são de elevada importância. Em contraste aos estruturalistas, a lingüística textual não dispensa exagerada atenção às formalidades do texto. De fato, o que importa para estes é o processo comunicativo entre autor e leitor, iniciado pelo texto em um determinado contexto. Sendo assim, o presente trabalho abordará os mecanismos de coesão pregados pela lingüística textual. Para tanto, o primeiro capítulo consignará quais são os mecanismos de coesão. Em seguida, no segundo capítulo, serão analisadas as aplicações dos mecanismos de coesão em redações coletadas entre alunos da 4ª série do Ensino Fundamental da Escola E. Professora Agnes Liedtke, Estado de São Paulo. E, o terceiro capítulo, apresentará o resultado da pesquisa realizada nas redações investigadas. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica, especificamente, Ingedore Villaça Koch.

Palavras-chave: Texto. Análise. Coesão.

A LINGUAGEM NA ONTOGÊNESE HUMANA: DO BALBUCIO ÀS FORMAS SUPERIORES DE CONDUTA

Giovani Ferreira Bezerra (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)



Este trabalho aborda o desenvolvimento psicológico da linguagem na ontogênese humana, segundo os pressupostos de autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural, apresentando alguns resultados de uma pesquisa de iniciação científica já concluída, realizada segundo os procedimentos técnicos da investigação bibliográfica. Seu objetivo maior é proporcionar aos professores e pesquisadores em Educação ou em áreas afins uma maior compreensão sobre o percurso ontogenético da fala que, na espécie humana, vai desde o aparecimento do balbúcio até a constituição das funções psíquicas superiores, no final da infância. Nesse trajeto, percebe-se que inicialmente a linguagem da criança tem um caráter pré-intelectual e encontra-se dissociada do pensamento, notando-se a predominância da função emotiva, pela qual o bebê atrai para si a atenção do adulto. Aos poucos, porém, sua comunicação começa a tornar-se mais objetiva, graças à interação cultural mediatizada pelos adultos. Estes estimulam a criança a falar, atribuindo significados às suas palavras e ampliando seu vocabulário. Assim, ela se apropria da função simbólica da linguagem, que assume um caráter intrapsíquico, convertendo-se então em um importante instrumento psicológico que regula toda a atividade mental infantil.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural. Linguagem. Funções Psicológicas Superiores.

POETIZANDO MINHA VIDA

Irany Nunes de Queiroz
Laurenice de Fátima Coutinho de Carvalho

O Projeto Poetizando Minha Vida, surgiu da necessidade de provocar os alunos do 5º ano do ensino fundamental-turno vespertino da Escola Estadual Dr. Ermírio Leal Garcia a se identificarem com a leitura e escrita. Gostar de ler e ser capaz de expressar-se por escrito, com ordem e clareza é estar em vantagem em nossa sociedade. O problema reside na questão do estímulo a essas conquistas. Isso é ardente no cotidiano de muitos professores. Mas qual é o caminho? Como encontrar o jeito? Foi a partir dessas angústias em busca de uma solução prazerosa, a fim de despertar os alunos para o mundo da leitura e escrita que este projeto, ainda em execução, ganhou contornos, a princípio de maneira linear, porque os alunos eram escalados a declamarem poesias a cada troca de aula. Aos poucos se apropriaram do sentido da poesia; passaram a frequentar a biblioteca encantados por este gênero. Poetizados, tornaram-se observadores, sensíveis, solidários... Assim, avançam no gosto pela leitura e escrita. O desenvolvimento deste trabalho tem fundamentação teórica, sobretudo em Vygotsky, Luria e Leontiev.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Sensibilidade.

A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL DO IDOSO

Pablo Tiago Silva (G-UEMS)
Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

Atualmente, estima-se que em 2025 o número de pessoas com mais de 60 anos no mundo já ultrapasse de 1200 milhões, contra 542 milhões que havia em 1995. Segundo a Organização Mundial de Saúde, somente 30% dos idosos em todo o mundo recebem pensões ou subsídios de velhice ou invalidez, o que provoca um déficit em suas perspectivas de vida e eleva o



risco de violência, sendo esta muitas vezes realizada pela própria família do idoso, a qual não sabe lidar com suas necessidades especiais. Logo, a sociedade acostumou-se com o isolamento do idoso e que ele é frágil, debilitado, inútil, um peso social, como se não tivesse com o que contribuir à comunidade. Por isso, se torna cúmplice das mazelas provocadas, do abandono, da falta de respeito e da degradação, o que contribui para a difusão de uma cultura de violência e descrença. Dessa forma, devemos combater tais ideias, ou seja, temos que encarar com maior relevância o contexto de marginalização em que vive o idoso e difundir perante a sociedade que, apesar de estar num ciclo avançado da vida, ele ainda tem muito a contribuir, ele tem voz, tem muitas experiências de vida a nos repassar, sabedoria, por isso precisa ser mais ouvido e valorizado em nossa sociedade.

Palavras-chave: Idoso. Marginalização. Experiências de vida.

O CASAMENTO DE CONVENIÊNCIA NA OBRA CONTOS FLUMINENSES, DE MACHADO DE ASSIS

Patrícia Rodrigues da Silva (G-FIPAR)

Luiz Miguel Martins Garcia (FIPAR)

A instituição social do casamento é temática central nos contos "Luís Soares" e "O Segredo de Augusta" da obra *Contos Fluminenses*, de Machado de Assis. Esta pesquisa, parte integrante de estudo monográfico de conclusão de curso de graduação, tem o objetivo de analisar o papel do casamento evidenciado nestes textos e suas implicações sociais. Tal análise mostra-se relevante por revelar costumes e valores da sociedade brasileira no período imperial, aspecto comum na obra machadiana. O conto "Luís Soares" aborda o casamento como um mecanismo de realização de interesses econômicos, uma vez que seu personagem principal estava falido e buscava o dote de sua prima. Em "O Segredo de Augusta" o pai, endividado, pretende casar a filha com a finalidade de conseguir dinheiro para saldar dívidas. Em ambos os casos o casamento não se conclui. Tal estudo permitiu observar influências românticas no fato de que as personagens femininas buscavam o casamento por amor, enquanto os masculinos davam-no um tratamento realista, utilizando-o para atender interesses econômicos e não sentimentais.

Palavras-chave: Machado de Assis. Contos. Casamento.

A FILA ANDA: PRESSA OU DESCOMPROMISSO?

Rose Mary Ferreira Carvalho Leonel (FIPAR)

Rúbia Aparecida Rodrigues Leal (FIPAR)

O estilo de vida dos falantes de uma determinada língua influencia sobremaneira a linguagem utilizada por eles. Fatores vários têm papel preponderante na escolha de uma ou outra maneira de se expressar pensamentos, opiniões, jeito de viver. Refletir sobre essas questões nos levou a elaborar a presente pesquisa que abordou a expressão idiomática *A fila anda*, presente nas letras de várias músicas do momento. Os objetivos principais são: detectar até que ponto os sujeitos se deixam influenciar pelas regras impostas linguisticamente por seu grupo; perceber os fatores os quais motivaram a origem da referida expressão; analisar os efeitos estilísticos obtidos no universo musical, além de tentar perceber o grau da capacidade do estabelecimento de associações semânticas dos autores. Para



tanto, estão sendo analisadas todas as letras de canções atuais cujo tema esteja relacionado à expressão em foco – portanto, realiza-se aqui uma pesquisa bibliográfica documental. O trabalho encontra-se na fase de coleta e análise inicial dos dados.

Palavras-chave: Fila. Música. Linguagem.

A IMAGEM DO IDOSO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Tamires Xavier Batista (G-UEMS/PIBIC)
Silvane Aparecida de Freitas (UEMS)

A questão do idoso tem ocupado um lugar de destaque em distintos setores da sociedade, apresentando-se como mais um problema social a ser enfrentado, seja pelo poder público, pela família, pelos diferentes segmentos sociais de iniciativa privada ou pela universidade. Assim sendo, o projeto "A imagem do idoso no discurso publicitário" tem como principal objetivo analisar as representações que a mídia faz do idoso, verificar o jogo de imagens que é veiculado nas propagandas e ou publicidades destinadas a idosos, que argumentos utilizam para convencer o idoso a comprar, que imagem de idoso é repassada à sociedade por meio destas propagandas, que ideias valores essas propagandas vendem juntamente com seus produtos etc. Por meio da Propaganda sob análise "gripe na saudade e marque um encontro com os amigos", observamos que ela pode ter um duplo sentido: para alguns, esse ciclo da vida pode ser o melhor pelo fato de estarem aposentadas, sem preocupações e responsabilidades na vida; no entanto, esta propaganda pode estar fazendo uma crítica aos idosos, estigmatizando-os como pessoas sensíveis, debilitadas e "velhas", que vive do ócio. Portanto, consideramos que esses anúncios levam a construção de uma outra mentalidade social para compreensão do fenômeno do envelhecimento.

Palavras-chave: Idoso. Discurso. Propaganda.

FÁBULAS E AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS NA EDUCAÇÃO DA FRONTEIRA BR/PY

Andréa Natália da Silva (UEMS/Faculdades Magsul)
David Victor Emmanuel Tauro (UFMS)

Esse trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada no mestrado 2008/UFMS sobre "*Instituição Vicentina de Gijzegem: um entrelaçamento de relações entre política, religião e educação na instituição da sociedade fronteiriça Brasil/Paraguai entre 1940 a 1980*", para socializar a relevância da prática pedagógica no ensino fundamental, através das fábulas que reflete uma cultura diferente na fronteira. Durante a pesquisa encontrou-se uma encardenação da Revista Elizabeth (1958) e outras. Confrontando as fábulas da revista com as respostas das entrevistas, verificou as fábulas citadas por ex-alunos (as) e também por uma irmã da congregação IVG; as fábulas eram utilizadas por ela e por outras irmãs na educação das Crianças. O método de ensino das irmãs era a reprodução textual das fábulas, "A lebre e o Cão", "O leão e o rato" e "O cão e o osso". As fábulas eram utilizadas pela IVG como recurso pedagógico; assim conseguiram criar as *significações imaginárias* ao cumprimento das regras da sociedade. A educação ensinada sob simulacros instituiu um *magma de significações imaginárias* das relações constitutivas Estado, Igreja e Educação, enquanto criação humana intencional.



Palavras-chave: Fábulas. Fronteira. Educação.

GT 08

UMA DISCUSSÃO SOBRE CONSUMO CONSCIENTE À LUZ DA TEORIA

Beatriz da Silva Porto (G-UFMS/UEMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

O consumo consciente surge com a necessidade de eliminar o máximo de resíduos que a população produz, com escopo de preservar o meio ambiente. Para que isso seja possível é necessária à conscientização das pessoas, esse movimento ganhou força no meio acadêmico em pesquisas sobre o comportamento do consumidor. Pois é deduzido que nesse ambiente, o acadêmico, é onde se encontra grande parte da massa pensante de uma sociedade. O objetivo do trabalho é discutir teoricamente consumo consciente com base nos trabalhos científicos estudados. Pensando nisso, surgiram vários artigos e comunicações científicas discutindo e pesquisando o tema. A metodologia utilizada nessa comunicação foi com base em pesquisas bibliográficas (dados secundários), o material se baseia em textos teóricos a respeito da temática pesquisada. Conclui-se que os estudos sobre consumo consciente têm se intensificado, entretanto o instrumento de coleta de dados comumente se baseia referenciando os Institutos Akatu e o Ethos. Nota-se a crescente conscientização dos consumidores em relação ao comportamento de consumo de acordo com os trabalhos que enfocam principalmente o meio acadêmico. Para trabalhos futuros sugere-se a ampliação da base para a elaboração do instrumento de coleta de dados e a aplicação deste em sociedades além da acadêmica.

Palavras-chave: Conscientização. Comportamento. Meio Acadêmico. Revisão de Literatura.

PARTICIPAÇÃO INFANTIL PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS PARA UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM

Cíntia Tamiko Nomizo (G-UFMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

A problemática da sustentabilidade passou a ser analisada por diversas áreas de conhecimento e de forma coletiva. Neste contexto, o presente trabalho, tem como objetivo propor alternativas que possam auxiliar a implantação da coleta seletiva na cidade de Paranaíba-MS, por meio da educação ambiental e do desenvolvimento da cooperativa de reciclagem em Paranaíba-MS (Cooperativa Recicla Paranaíba – COOREPA). O estudo é pertinente e oportuno pelo fato de que a questão da sustentabilidade se trata de responsabilidade de todos, pois os problemas ambientais são fatores preocupantes e que impossibilitam uma vida saudável, assim, a tentativa de fazer com que crianças transmitam a discussão de consciência ambiental em seus lares é uma alternativa para que esta ação se torne abrangente e efetiva. Inicialmente, apresentam-se as considerações iniciais, as quais pontuam questões relevantes ao tema, baseada em literatura especializada no assunto. Em



seguida, destacam-se as alternativas que possibilitam a implantação de uma política sustentável na cidade, por meio de ações nas escolas. E nas considerações finais, relatam-se os resultados parciais do estudo.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Educação Ambiental. Cooperativa de Reciclagem.

ANTROPOCENTRISMO E ECOCENTRISMO: A PROTEÇÃO AMBIENTAL EM FOCO E O FOCO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

O presente trabalho pretende abordar os diferentes argumentos que sustentam a proteção ambiental por adeptos da concepção antropocentrista e ecocentrista de preservação do meio. Propõe, para tanto, discutir os fundamentos da proteção ambiental e conclamar os leitores a compreenderem a importância do meio ambiente enquanto direito fundamental de terceira dimensão, de titularidade difusa, assim como a necessária aplicação do princípio da proporcionalidade no sopesamento dos meios jurídico-processuais eficazes para que as disposições de direito material não sejam inócuas. Nesse sentido abordará as peculiaridades do direito em estudo, tarefa imprescindível à compreensão e aplicação da tutela jurisdicional que melhor se coaduna com suas características e peculiaridades. Objetiva-se ainda discutir a salvaguarda do meio ambiente não só por meio de sentenças condenatórias, incapazes de sanar o dano causado, mas por medidas preventivas. Para tanto, faz-se necessário compreender, na seara do direito ambiental, que a tutela jurisdicional adequada guarda relação direta com o bem jurídico tutelado e que, quanto maior sua compreensão, mais será ela eficaz.

Palavras-chave: Antropocentrismo. Ecocentrismo. Meio ambiente. Tutela jurisdicional adequada.

LEI 12.305 DE 2010 E SUA APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA-MS

Douglas Rodrigo Machado (G-UFMS)
Marcos dos Santos Barbosa (G-UFMS/UEMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)
Marina Cardoso de Oliveira (UFMS)

O trabalho visa discutir a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, analisada sobre a ótica de uma cooperativa de reciclagem implantada no município de Paranaíba-MS. A discussão se baseia na gestão pública e na possível eficácia da referida lei sobre os aspectos do desenvolvimento sustentável que envolvem uma cooperativa de reciclagem. A Cooperativa Recicla Paranaíba (COOREPA) iniciou suas atividades em junho de 2010 com a participação de 29 cooperados. A implantação da cooperativa conta com uma série de parcerias. Foram analisadas as questões que predispõem os artigos da lei, através de análise bibliográfica, de cunho qualitativo e um estudo de caso (na COOREPA). Segundo a lei, o município precisa se adequar às novas exigências estabelecidas: a) elaboração de um plano de gestão de resíduos sólidos; b) implantação da coleta seletiva; c) fomentar a educação ambiental; e, d) promover uma gestão integrada de resíduos sólidos. A aplicabilidade da lei se dará com a efetiva parceria



da cooperativa com a gestão pública. Para a concretização de uma administração voltada às idéias sustentáveis é necessária a implantação de um aterro sanitário, sendo este de extrema importância (e urgência) para contribuição para a cooperativa.

Palavras-chave: Lei. Resíduos Sólidos. Cooperativa.

PRINCIPIO DA INFORMAÇÃO FRENTE AO DIREITO AMBIENTAL

Isabella Haydeé Belloni (G-UEMS)

Rafael Castro Torres (G-UEMS)

Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, apto à sadia qualidade de vida humana, é um direito assegurado pelo art.225, *caput*, da Constituição Federal, Demonstrando assim a função tanto do estado quanto dos cidadãos diante de um dever não somente moral, mas jurídico, ao passo que as atuais gerações deverão deixar o meio ambiente saudável como herança para os que estão por vir. Diante dessa circunstância vem o presente trabalho com o fito de demonstrar a necessidade de uma correlação entre direito ao meio ambiente equilibrado, consagrado constitucionalmente bem como o princípio da informação, tido este como um princípio basilar do direito ambiental. É de suma salientar que nos dias atuais, a tutela ambiental é responsabilidade não somente do Estado como de cada membro da sociedade exercida através da cidadania. Não obstante concretiza a inegável importância do princípio da informação frente ao direito ambiental, que por meio de levantamento bibliográfico o mesmo intenciona uma análise primordial e minuciosa do princípio da informação como sendo alicerce da construção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, consagrado na Constituição brasileira. A formação de cidadãos conscientes por meio da informação desencadeará na efetiva e esclarecida participação popular nos diversos campos de gestão da qualidade ambiental.

Palavras-chave: Princípio da informação. Meio ambiente. Direito. Cidadania.

PROPOSIÇÃO DE AÇÕES EM PARANAÍBA-MS SEGUNDO AS DIRETRIZES DO PRÊMIO MUNICÍPIO VERDE AZUL

Isadora de Souza Lopes (G-UFMS)

Janecléia da Silva Hipólito (G-UFMS)

Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo criou o Prêmio Município Verde Azul que propõe que as cidades busquem dez critérios para se tornar sustentável. Por ser um tema muito discutido, tornou-se interessante verificar estes critérios cidade de Paranaíba-MS (mesmo sabendo que o município não concorre ao prêmio). O que precisa ser feito em relação as dez diretrizes do Prêmio Município Verde Azul (esgoto tratado; lixo mínimo; mata ciliar; arborização; educação ambiental; habitação sustentável; uso da água; poluição do ar; estrutura ambiental e conselho de meio ambiente) em Paranaíba-MS? Este artigo tem por objetivo propor ações para Paranaíba-MS em relação às dez diretrizes. A pesquisa é descritiva-exploratória de caráter qualitativo. Programas contra o desperdício de água; controlar emissões de gases de carros e indústrias; coleta seletiva e reciclagem para diminuir



ao máximo a quantidade de lixo possível; projetos que plantem árvores para a re-vegetação; união a órgãos públicos para recuperação de mata ciliar; educar crianças a protegerem o meio ambiente; esgoto tratado em toda cidade; criação de um conselho que defenda e trabalhe pelo meio ambiente; e por fim, que as construções civis sejam aprovadas desde estrutura local a legalização de madeira.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Município Sustentável; Ações Ambientais.

CONSUMO CONSCIENTE – A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

Lúcio Pércio Mariano da Silva (PG-UNOESTE)

Marco Antonio Costa da Silva (UFMS)

Simone Suemi Iseri (UFMS)

A questão da responsabilidade socioambiental é um assunto bastante discutido no meio acadêmico e tratado, geralmente, como sendo um problema que envolve apenas o governo e as empresas. Porém, o que se pretende discutir neste trabalho é a questão da responsabilidade social individual, ou seja, o contexto da responsabilidade do indivíduo perante as questões ambientais e sociais. O consumo consciente trata de um conceito de responsabilidade social que envolve diretamente o indivíduo, solicitando sua contribuição direta no desenvolvimento sustentável. O estudo tem como objetivo analisar o comportamento de universitários e identificar características de consumo consciente. A pesquisa é de caráter quantitativo, tendo como objeto de estudo, acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Câmpus de Paranaíba-MS. Os dados foram coletados a partir de aplicação de um questionário estruturado. Os dados foram estruturados e analisados com auxílio do programa SPSS, com a realização de análise descritiva, correlação de Pearson e análise de Cluster. Os resultados do estudo apontam que é pequena quantidade de universitários que praticam ações de consumo consciente, quando ocorre consumo consciente, são em sua maioria, mulheres, casadas e com filhos.

Palavras-chave: Consumo Consciente. Responsabilidade Social. Meio Ambiente.

QUALIDADE DE VIDA DOS COOPERADOS: UM ESTUDO NA COOREPA – COOPERATIVA RECICLA PARANAÍBA

Márcia Conceição Tomaz (G-UFMS)

Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

Marina Cardoso de Oliveira (UFMS)

O cooperativismo já faz parte do cotidiano dos municípios brasileiros. O alto índice de desemprego originado pela competição capitalista tornou o cooperativismo uma importante alternativa de geração de emprego, renda e inserção social e profissional, que envolvem aspectos de qualidade de vida. Através da economia solidária, que é um sistema de cooperação, é reconhecido como um sistema mais adequado, democrático e participativo, a fim de atender aos interesses dos trabalhadores, torna possível à sociedade equacionar os problemas, que muito afrontam as áreas sociais, científicas, tecnológicas, políticas e econômicas. O objetivo deste trabalho é analisar a qualidade de vida do



cooperado. No município de Paranaíba-MS foram realizadas iniciativas, por meio da COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba, que deu início à suas atividades de coleta seletiva; atividades de sensibilização da população; destinação, manipulação e comercialização de material reciclável. Assim, o foco básico deste estudo está na análise da qualidade de vida do cooperado e quanto disso foi conseguido através dos princípios do cooperativismo. Conclui-se que a cooperativa tem gerado um maior nível de renda para os cooperados, tem promovido a inclusão social e inclusão profissional. O fato de beneficiar a sociedade em termos ambientais estende a qualidade de vida para além da cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Reciclagem. Qualidade de vida.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A VISÃO DE ALUNOS E PROFESSORES

Monique da Silva Cardoso (G-UEMS/UFMS)

Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

O objetivo é identificar a conscientização ambiental dos alunos e professores do 9º ano do ensino fundamental nas escolas públicas de Paranaíba-MS. A coleta de dados se deu por meio do preenchimento de questionários, baseados em Anjos e Guedes (2009). As informações dispostas no material coletado visam auxiliar na análise do comportamento em relação ao consumo consciente; na realidade educacional, na percepção e sensibilidade quanto os problemas locais. Concluiu que alunos e alguns professores acreditam que educação ambiental deve ser tratada em todas as disciplinas, embora a maioria relate que não sabe explicar qual seria a influência desse tema na conscientização dos alunos. Apesar de possuírem informações sobre a necessidade de selecionarem recicláveis e não concordarem com depósito desse material em local inadequado (lixão) a maioria não possui tal hábito. Alguns professores limitam seus trabalhos educacionais aos livros didáticos, não aproximando à realidade dos alunos, ressaltando a importância de uma cooperativa de reciclagem; os malefícios do descarte de lixo em lugar impróprio; quais são os tipos e como selecionar os materiais orgânicos dos inorgânicos. Seria interessante vincular projetos de educação ambiental considerando a realidade local, entendendo a importância da reciclagem e os benefícios da coleta seletiva para aprofundar conhecimentos.

Palavras-chaves: Conscientização. Educação Ambiental. Capacitação.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS – ESTUDO DE CASO DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA

Rita de Cássia Salviana Pereira Minari (FIRB)

Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS/CPAR)

Marco Antonio Costa da Silva (UFMS/CPAR)

Telma Romilda Duarte Vaz (UFMS/CPAR)

Os assentamentos rurais possuem destaque no contexto social e político nacional. Nos últimos 8 anos, a reforma agrária constituiu-se em um dos principais alicerces da política pública do governo federal. Recursos foram destinados para dar acesso a terra, condições de produção e moradia aos “sem terra”. A questão envolve variáveis relacionadas a forma como as



famílias são escolhidas e qualificadas para produzir, de como os recursos financeiros são distribuídos e utilizados, como os projetos são desenvolvidos e como as questões ambientais são gerenciadas. Diante deste contexto, o objetivo do estudo foi avaliar as práticas de gestão ambiental e social realizadas por governos e assentados para tornar os assentamentos sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. A pesquisa é de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Os dados foram coletados a partir de um questionário estruturado; análise de documentos e, entrevistas com assentados, famílias e representantes dos órgãos do governo responsáveis pela reforma agrária na região do Noroeste Paulista/SP. Os resultados confirmam destinação de recursos financeiros e qualificação para produzir, do ponto de vista social, os investimentos em projetos para desenvolvimento da economia solidária, começam a gerar resultados, mas do ponto de vista ambiental, as preocupações ainda são incipientes.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Responsabilidade Social. Sustentabilidade.

DISCUSSÃO PRELIMINAR SOBRE COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA SKINNERIANA

Weslem Martins Santos (G-UFMS)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)

Objetivou-se discutir o conceito de comportamento pró-ambiental com respaldo nas discussões realizadas por Skinner sobre a relevância de se incentivar, socialmente, comportamentos relacionados à sobrevivência da humanidade. Essa discussão é muito relevante, pois propõe um olhar diferente em relação às ações deletérias do homem sobre o planeta, deslocando as explicações dessas ações de dentro do indivíduo para os determinantes externos a ele. Foi feita uma revisão da literatura para verificar como tradicionalmente alguns autores definem comportamento pró-ambiental. Tal definição foi contraposta às discussões embasadas na Filosofia Behaviorista radical de Skinner a respeito da relação homem – problemáticas ambientais. A definição tradicional de comportamento pró – ambiental se remete a “valores”, “atitudes” como sendo propriedades intrínsecas dos indivíduos, levando-os a agir de maneira pró – ambiental. Skinner, em contrapartida, propõe o modelo de seleção pelas conseqüências, afirmando que o comportamento é selecionado a partir de três níveis: filogenético, ontogenético e cultural, estando tais conseqüências relacionadas à sobrevivência da espécie, do indivíduo e da cultura. Os indivíduos, por serem mais suscetíveis às conseqüências imediatas do que as conseqüências a longo prazo, necessitam de regras sociais para mediar interesses individuais e coletivos, gerenciando e mantendo comportamentos que visem a sobrevivência do homem e do planeta.

Palavras-chave: Comportamento pró-ambiental. Sobrevivência. Behaviorismo Radical.

GT 09

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO



Antonio Carlos Sardinha (PG-UNESP/FAPESP)
Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)

O debate sobre desenvolvimento faz interfaces com discursos e práticas de distintas matrizes conceituais e políticas, permeando vários campos do saber científico. Diante da configurada Sociedade da Informação e do Conhecimento, a comunicação como prática cultural e política ganha centralidade ao ser mediada pelas tecnologias. Registra-se também intensificação e aprimoramento do uso de artefatos técnicos em meio a lógicas produtivas contemporâneas. Nesse contexto, as Políticas de Comunicação e Cultura, pensadas como interdependentes, são destacadas na agenda pública que debate desenvolvimento no âmbito local e nacional. Destacamos, a partir de pesquisa bibliográfica, contribuições para pensar a contraditória inserção da comunicação e da cultura no contexto de desenvolvimento, destacando as implicações conjunturais e políticas que acabam atreladas ao debate sobre políticas públicas para essas duas áreas no contexto da Sociedade da Informação. Apontamos a necessidade de conferir a essas políticas um papel mais estruturante (e menos instrumental) nas discussões sobre o desenvolvimento estruturado sob o signo do discurso tecnológico e informacional.

Palavras-chave: Comunicação. Cultura. Políticas Públicas. Novas Tecnologias. Desenvolvimento Local.

FRAUDE ACADÊMICA À LUZ DA LEI DOS DIREITOS AUTORAIS (LEI Nº 9.610/98): REFLEXÕES E DEMONSTRAÇÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Júnior Tomaz de Souza (G-UEMS)
Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

A Lei nº 9.610/98 consolidou as legislações sobre os direitos autorais. Na recepção do tema, encontram-se dispostas questões referentes às obras intelectuais, tais como títulos, utilização e direitos do autor. No contexto acadêmico costuma-se utilizar as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para disciplinar sobre a utilização de obras intelectuais, além de outras resoluções e normas regimentais internas nas Universidades. Na ementa de disciplinas como Metodologia Científica também é possível encontrarmos discussões éticas e metodológicas quanto à produção do conhecimento em observância aos direitos autorais. Percebe-se que muitos alunos desconhecem as consequências da fraude acadêmica e que outros a comete por desconhecimento das normas técnicas de elaboração de trabalhos acadêmicos. Diante disso a presente pesquisa busca lançar algumas reflexões a respeito da Lei dos Direitos Autorais investigando de que forma o desrespeito a ela ocorre no ambiente acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e qual a compreensão dos alunos sobre a prática de orientação e punição das infrações pela Universidade.

Palavras-chave: Fraude Acadêmica. Direitos Autorais. Produção Acadêmica. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS



Leandra Salustiana da Silva Oliveira (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho faz uma análise sobre a questão da implementação das Políticas Públicas para a efetivação dos direitos sociais de Segunda Geração elencados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, também conhecidos como direitos prestacionais, como saúde, educação, trabalho, etc. Aborda a necessidade da concretização dos direitos sociais, através dos órgãos competentes, por meio da implementação das políticas públicas. Faz uma breve explanação sobre as formas de intervenção dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como dos Conselhos de Gestão e da sociedade civil organizada no campo da elaboração e do cumprimento das políticas públicas. Destaca a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário na efetivação desses direitos quando não concretizados pelo órgão responsável. Analisa, brevemente, a questão do ativismo judicial e sua relação com a doutrina da reserva do possível e o papel do Ministério Público na busca da tutela jurisdicional dos referidos direitos. Para a realização do referido trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica, artigos científicos e consulta à sites da internet.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Políticas Públicas. Implementação.

AS SOCIEDADES EMPRESARIAIS: BREVES EXPLANAÇÕES

Luisa Comar Riva (G-UEMS)
Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

A importância do tema ligado ao direito empresarial e mais especificamente ao tema das sociedades empresariais esta no grande crescimento do comércio brasileiro, não só o interno, como também o externo. Para assegurar esse crescimento, é necessário que nosso país conte com um forte pólo empresarial, o qual só se faz possível com um forte aparato legal, o qual lhe dê proteção e subsídios. A presente pesquisa bibliográfica tem como objetivo levantar alguns pontos do direito de empresa, bem como levantar algumas mudanças trazidas pelo Código Civil de 2002. A bibliografia consultada buscou prestigiar o levantamento de material que pudesse subsidiar uma releitura do tema proposto. Após o levantamento observou-se que as alterações trazidas pelo Código atual, são capazes de contribuir para a consolidação cada vez mais definitiva de um direito empresarial brasileiro, com normas e conceitos que permitam um maior crescimento do setor comercial e empresarial em nosso país. De modo que alcancemos o lugar de destaque no cenário comercial mundial, há tanto tempo desejado e hoje, finalmente, possível.

Palavras-chave: Código Civil. Direito de Empresa. Sociedade.

O CHEQUE ELETRÔNICO E SUAS IMPLICAÇÕES: PERSISTE A NATUREZA DE TÍTULO DE CRÉDITO?

Marcela Lopes Silveira Pena (G-UEMS)
Murillo Evangelista Paiva (G-UEMS)
Claudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

A evolução do conhecimento na área de tecnologia e informática tem tornado cada vez menos freqüente o uso de documentos formalizados por meio escrito nas transações



creditícias. Prova disso é que tal evolução fez surgir uma nova modalidade de cheque, denominada pela doutrina como cheque eletrônico ou virtual. O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais aspectos desta inovação, bem como as implicações surgidas em decorrência dos questionamentos acerca de sua natureza jurídica. Para tanto apresenta as características essenciais dos títulos de crédito e do cheque, com o propósito de estabelecer uma análise comparativa entre o cheque convencional e o eletrônico. No desenvolvimento do trabalho valeu-se da pesquisa bibliográfica, com o emprego do método dedutivo na organização dos dados coletados. O tema é recente e pouco explorado, razão pela qual se estima relevante e pertinente a pesquisa desenvolvida. O estudo permite concluir que o cheque virtual difere da modalidade convencional do cheque e que, a despeito de seu estudo ainda não muito profundo, caracteriza ferramenta muito difundida nas transações comerciais.

Palavras-chave: Direito Empresarial. Evolução tecnológica. Títulos de créditos. Cheque eletrônico.

A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA NA CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA

Vitor Luiz Manfrin (G-UEMS)

Cláudia Karina Ladeia Batista (UEMS)

A expressão “função social” vem ganhando destaque no âmbito jurídico atual, eis que é compreendida como uma medida alternativa e eficaz ao combate das severas crises econômicas e sociais que afligem a maior parte da população brasileira. Neste prisma, o presente trabalho objetiva tratar da função social da empresa sob várias acepções, de modo a trazer ao debate o conjunto de direitos e deveres empresariais vinculados ao bem coletivo social, relacionando-as principalmente com a busca da dignidade da pessoa humana. Ademais, bom destacar que com o advento da Carta Magna de 1988, o direito empresarial, antes concebido sob uma ótica notadamente liberal com o único objetivo de obtenção de lucro, passou então a possuir uma visão mais social. Assim, a consolidação legislativa pertinente a aludida matéria, foi medida indispensável ao impor um limite a empresa, em sua atuação desenfreada de aquisição de lucros. Pois bem, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, assim como o levantando textos e artigos, conclui-se que, na concepção contemporânea da empresa, a tendência de observância e respeito ao bem social impõem-se como medida a efetivação dos princípios constitucionais.

Palavras-chave: Função Social. Empresa. Dignidade da Pessoa Humana. Constituição

GT 11

ENSINO DEMOCRÁTICO

Gislane Pedroso Borges

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância do ato de ensinar, entendendo que os sujeitos são diferentes e que também possuem realidades diferentes. Respeitar o outro



da maneira que ele se apresenta: suas limitações, suas diferenças, seja linguística, cultural ou religiosa, e assim, respeitar a si próprio, é ter em mente que vivemos em uma sociedade constituída socialmente pela diversidade. E para que o aluno interiorize reflexões desse porte, cabe ao professor, por meio de um sistema de ensino democrático, mostrar que são essas diversidades que fazem com que cada pessoa seja única e insubstituível e que todo indivíduo, independentemente de qualquer outro fator, antes de tudo é um ser humano e precisa/deve ser respeitado como tal, uma vez que todos os indivíduos são iguais em direitos e deveres nas suas diferenças. Por meio de reflexões teóricas e práticas pode-se encontrar os caminhos para se chegar para tais análises, na qual está apenas no começo.

Palavras-chave: Diversidade. Ensino democrático. Ser humano. Direitos. Respeito.

EDUCAÇÃO NO REGIME MILITAR

Luana Catrine Alves da Silva (G-UEMS)

Rodrigo Bianchini Cracco (UEMS)

O governo militar via a educação como forma de ameaça ao seu controle ditatorial, por isso as escolas foram invadidas pela polícia para controlar os conteúdos que eram ensinados pelos professores e de alguma maneira difundir somente as idéias do governo, que via a educação com a exclusiva função de formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Nesse período, professores e alunos foram presos e a escola passou a ser vigiada e controlada pelos militares. Quando os estudantes e professores reivindicavam seus direitos, eram coagidos e impedidos de expressar suas ideias. Assim, a educação estava sob o autoritarismo vivido no regime militar e, quando os opositores do regime persistiam em manifestar sua revolta, a polícia tomava providências bastante severas. O objetivo desse trabalho é apresentar resultados parciais de nossa pesquisa sobre o tema, educação no regime militar. Para alcançar os objetivos propostos, fizemos uma pesquisa bibliográfica, com base em artigos encontrados na internet e em livros dos seguintes autores Romanelli (2003), Fausto (2002), Piletti e Piletti (2002) entre outros que discutem a temática estudada.

Palavras-chave: Educação. Ditadura. Formação Profissional.

DITADURA MILITAR: BREVE COMENTÁRIO SOBRE A DITADURA E SEUS REFLEXOS POSTERIORES

Rafael Silva Rossi (G-UEMS)

Jacques Elias de Carvalho (UEMS)

O presente trabalho abordará alguns aspectos relevantes na história do Brasil durante o período do regime militar de 1964, assim como os traumas oriundos daquela época e que persistem até os dias atuais. Para se fazer tais considerações, são necessárias não apenas a compreensão do contexto político que vivia o país antes do golpe militar, mas também os métodos utilizados pelos militares para "maquiar" o sistema e que se refletiu em longos vinte e um anos de duração, resultando a opressão, a violência, enfim, em um verdadeiro regime antidemocrático. O presente trabalho busca demonstrar os diversos reflexos que tal regime teve para os cidadãos. A pesquisa tem como arcabouço a análise bibliográfica. Verifica-se que a ditadura militar deixou seqüelas gravíssimas na sociedade, e por isso é que se devem discutir alguns aspectos daquela época na tentativa de se livrar do trauma deixado por



aquele sistema de governo, como também reforçar, por meio da educação, a idéia de que este período não pode se repetir na história do país.

Palavras-chave: História do Brasil. Ditadura militar. Contexto Político. Trauma.

OS ESTRUTURALISMOS DE FERNAND BRAUDEL E CLAUDE LÉVI-STRAUSS

Rodrigo Bianchini Cracco (UEMS)

O artigo de Fernand Braudel "História e ciências sociais: a longa duração", que trata das questões temporais da história, publicado em 1958, pode ser encarado sob um duplo espectro: o de manifesto do novo tempo da história e, por outro lado, uma resposta às investidas da antropologia frente à história pelo papel de hegemonia teórico-metodológica das ciências humanas. Neste sentido, podemos dizer que o artigo de 1958 é uma resposta à publicação de *Antropologia Estrutural* (também de 1958), por Claude Lévi-Strauss. Assim como em Braudel, não é exatamente na época da publicação desta obra que Lévi-Strauss apresenta pela primeira vez suas hipóteses sobre o tempo na história e antropologia: vale lembrar que *Antropologia Estrutural* é uma coletânea de artigos já anteriormente publicados em revistas científicas. Portanto, assim como Braudel já havia colocado em prática as novas divisões do tempo histórico que são sistematicamente expostas em 1958, Lévi-Strauss também já havia apresentado suas conclusões sobre o assunto anteriormente. Dá-se, portanto, neste momento, um embate não mais aplicado dos métodos da história e da antropologia e sim um embate teórico – se é que podemos utilizar este conceito para apresentar elementos de metodologia – entre antropologia e história; mais precisamente entre Lévi-Strauss e Braudel.

Palavras-chave: Antropologia. Estruturalismo. História.

PRIVACIDADE E SIGILO COMO DIMENSÕES DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO EM DST/AIDS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Rúbia de Fátima Mendes (G-UFMS)
Renata Bellenzani (UFMS/NEPAIDS)

Acolhimento e respeito aos direitos dos usuários são desafios da Política Nacional de Humanização do SUS-PNH. Transversal, ela dinamiza mudanças em todos os serviços e níveis assistenciais. A Psicologia Social Construcionista tem contribuído com a contextualização necessária à sua implantação, ampliando sua sensibilidade às singularidades e à diversidade de realidades intersubjetivas. Esse trabalho evidencia essa contribuição ao abordar uma dimensão específica da humanização em serviços de prevenção/tratamento em DST/Aids: o direito do/a usuário/a à privacidade e ao sigilo. Inspira-se em resultados de pesquisas qualitativas e em registros de estágio de psicologia nesses serviços. No plano discursivo, *acolhimento*, *privacidade* e *sigilo* se entrelaçam num "imperativo moral" dos trabalhadores em manter sigilo quanto à condição sorológica das pessoas com HIV para protegê-las do estigma e discriminação. Entretanto, processos de trabalho, funcionamento da rede e condições estruturais dos serviços não coadunam, sempre, com esse imperativo. Sem que os profissionais percebam, o direito ao sigilo e à privacidade é negligenciado às vezes, prejudicando a humanização, repercutindo em tensões/sofrimentos. As Ciências



Humanas/Sociais, salutaras ao sucesso da PNH em serviços de DST/Aids, contribuem com seu “ajuste” do plano macro para o microssocial, desnaturalizando a realidade social, valorizando a intersubjetividade no trabalho e no cuidado em saúde.

Palavras-chave: Política Nacional. SUS. Saúde na família. Intersubjetividade.

GT 12

CRISE E ENCANTAMENTO DA EDUCAÇÃO: EM BUSCA DA LIGAÇÃO DOS SABERES

Adauto Nunes da Cunha (PG-UNESP/Rio Claro)

O presente trabalho objetiva buscar fatores que influem no modo como se constrói o conhecimento em ambiente escolar, bem como indicar meios para que esse processo obtenha êxito. É necessário que a escola repense os conteúdos que apresenta aos educandos, religando o conhecimento, dando-lhe sentido e vida, incorporando ao trabalho de sala de aula a complexidade dos fatos e dos modos de ver, sentir e agir. Dessa forma, a sala de aula passará a ser o local onde problematizar e dialogar sejam palavras de ordem. Assim, o saber só terá real sentido se recolocado dentro de um todo que dá sentido e vida, ou seja, procura-se uma visão holística e transdisciplinar do processo de aquisição do conhecimento. Neste intuito, o saber/fazer dos alunos exerce extrema importância neste processo, pois deve ser a partir deles que os educadores devem conduzir o deflagrar o processo de construção do conhecimento. Mostra-se como imperativo nesse processo opor-se ao esfacelamento disciplinar, à disciplinarização que castra e mutila assim como às divisões estanques que reduzem e desfiguram nosso conhecimento.

Palavras-chave: Ticas de matema. Transdisciplinaridade. Construção do conhecimento.

SOBRE AS POTENCIALIDADES DE ATITUDES NA PRÁTICA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Anderson Afonso da Silva (PG-UNESP, Rio Claro)

Heloisa da Silva (PGEM/UNESP, Rio Claro)

O objetivo deste trabalho é analisar as atitudes do professor de matemática frente ao ensino dessa disciplina no Ensino Médio. Para tanto, pretende-se realizar primeiramente uma aproximação da noção de *atitude* no âmbito da Filosofia da Educação e da Educação Matemática. A pesquisa tem como objetivo verificar quais os significados que o professor do Ensino Médio produz para a sua prática de ensino de matemática e sob quais condições ele desenvolve essa prática e, então, identificar e analisar que *atitudes* o professor toma mediante dificuldades que se apresentam em sua prática profissional. A História Oral será usada como metodologia de pesquisa qualitativa, fundamentando os propósitos investigativos, a preparação, a elaboração e a análise de entrevistas com professores de Matemática. Deste modo, consideramos que o alicerce do nosso trabalho são as narrativas registradas a partir das entrevistas. Uma das expectativas com relação aos resultados desta pesquisa está em verificar as potencialidades dessas *atitudes* na prática do professor de matemática.



Palavras-chave: Atitudes; História Oral; Filosofia da Educação Matemática; Educação Matemática.

A DÍDÁTICA MULTISSENSORIAL DAS CIÊNCIAS COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO DE FÍSICA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Diego da Silva Ferreira (CETEA)
Eder Pires de Camargo (UNESP)
Josiane Alexandrino dos Santos (G-UNESP)

O ensino das ciências naturais e experimentais, desde os primeiros cursos escolares até os níveis médio e superior, recebe um tratamento didático focado em uma perspectiva visual. O que dificulta a compreensão dos fenômenos e torna quase impossível a inclusão de alunos com deficiência. Neste sentido o presente trabalho tem por objetivos apresentar estudos e aplicação da didática multissensorial das ciências como proposta educacional e analisar o impacto que tal didática pode causar nos alunos em geral e no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Essa proposta se baseia na concepção dada por Soler que defende o ensino de ciências com uma abordagem multissensorial. A pesquisa foi realizada no contexto de um mini-curso, realizado no mês de junho de 2009, com alunos do segundo ano do ensino médio da E.E Manoel Bento da Cruz, na cidade de Araçatuba – SP. Os dados foram constituídos por meio de gravações em Áudio e Vídeo das aulas. A análise dos dados se deu considerando procedimentos característicos da análise de conteúdo. Concluímos então que a utilização da didática multissensorial nas aulas de física é de grande valia para o auxílio na aprendizagem dos alunos, sobretudo os alunos com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Didática multissensorial das ciências. Alunos com deficiência visual.

O ENSINO DE FRAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UM EXERCÍCIO DE EPIFANIA PARA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Douglas Gonçalves da Silva (UFMS)

A essência deste trabalho é provocativa. O desejo de que o ensino de Matemática atual, mecânico e técnico, seja transformado num modelo politizante e propiciador de criticismo, condizente com o estado atual das coisas, objetiva e justifica o exercício de epifania proposto. A ideia é a de que a aula de Matemática [neste caso o ensino de frações] seja atrelada à prática social do aprendiz, partindo do conhecimento que o mesmo traz para a sala de aula, materializando o processo educativo emancipador idealizado por Dermeval Saviani e exposto na Pedagogia Histórico-crítica (PHC). Para ilustrar este raciocínio, o estudo é fundamentado em, além de Saviani, João Luiz Gasparin (didática para a PHC), Vigotski e Marx, como pressupostos psicológicos e filosóficos, respectivamente, da PHC e Newton Duarte com pensamentos acerca do compromisso político no ensino de Matemática. O estudo qualitativo e bibliográfico, situa-se no bojo da Educação Matemática, que segundo Ubiratan D'Ambrosio e Luiz Carlos Paes não enxergam limites para o desenvolvimento da pesquisa nesta área, não limitando-a à trabalhos de caráter exclusivamente acadêmico. Na



conclusão do estudo verifica-se a viabilidade e funcionalidade do ensino de frações na perspectiva da PHC, culminando assim, na expansão de seu acervo bibliográfico.

Palavras-chave: Educação Matemática. Pedagogia Histórico-crítica. Ensino de Matemática com função social. Ensino de Frações.

MODELAGEM MATEMÁTICA NO PROJETO FAZER-COMPREENDER: UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA

Edilson Guedes da Silva (G-UFMS)
Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

Este trabalho tem como objetivo propor reflexões acerca da importância em buscar estratégias para o ensino da Matemática no ensino básico. Neste contexto, será abordada a Modelagem Matemática como uma proposta metodológica de ensino em uma das frentes de atuação do grupo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, atuante no Ensino Médio da Escola Estadual José Garcia Leal situada na cidade de Paranaíba/MS e que se dispõe a refletir, discutir e desenvolver atividades referentes ao trabalho docente. Neste aspecto, a frente intitulada "Projeto Fazer-Compreender" se dedica a trabalhar os conceitos matemáticos com alunos que apresentam dificuldades em aprender. Acredita-se que a Modelagem Matemática, acompanhada do reconhecimento do cotidiano do aluno, pode servir como ponte para que haja compreensão de que a Matemática, que até então lhes parece puramente abstrata, possa adquirir também uma característica concreta, sendo que esta é uma das metodologias para o ensino e aprendizagem da matemática.

Palavras-chave: Modelagem Matemática; Ensino da Matemática; Projeto Fazer-Compreender

INCLUSÃO SOCIAL E A PRÁTICA DOCENTE

Grazielle Martins de Jesus (UFMS)

O artigo Inclusão Social e a Prática Docente tem como objetivo apontar algumas dúvidas de profissionais da educação e até mesmo dos alunos, em relação ao tema "Inclusão". Questões como: o que é Inclusão Escolar? Por que incluir? Os alunos com deficiência se sentem bem com a inclusão? A escola possui estrutura para a inclusão? Os professores estão preparados para Educação Inclusiva? Como fazer acontecer? A avaliação do aluno com deficiência, deve ser igual ao do aluno considerado normal? E várias outras, aqui não citadas, mostra que a Inclusão Escolar é um tema bastante atual e ainda pouco discutido, veremos que as atitudes em relação as pessoas com necessidades especiais, representa um dos mais importantes fatores para o sucesso da Escola Inclusiva. Partindo da ideia de que os professores podem fazer inclusão aproximando cada vez mais alunos de si, fazendo assim um ensino mais participativo e acolhedor, proporcionando aos alunos com necessidades especiais, sejam eles temporários ou não, graves ou leves e ciente que todos devem ser inserido no ensino regular. Compreendemos que a escola tem o objetivo de difundir o conhecimento, porém também desempenha uma função social, que vai além, tentando



assim incluir os alunos com necessidades especiais, afinal não podemos esquecer que, “educação é direito de Todos”.

Palavras-chave: Inclusão social. Prática docente. Deficiência.

A MATEMÁTICA USADA NA CONSTRUÇÃO DE UM CURRAL

Ronilce Maira Garcia Lopes (G-UFMS)
Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

O presente trabalho tem por finalidade apresentar o relato da construção de um curral de madeira. E o objetivo é identificar as técnicas que o construtor utiliza para a construção do mesmo. Assim tenta-se determinar entre essas técnicas uma matemática, proveniente de sua cultura. Mas poderia alguém desprovido de um conhecimento matemático formal, desenvolver matemática no simples ato de construir algo? A etnomatemática vem para explicar como este fenômeno ocorre. Esta observa no cotidiano uma grande variação de práticas sendo executadas pela sociedade, e na visão da mesma a sociedade é dividida em vários grupos sociais que são diferenciados pelas suas práticas. E é nessas que acabamos encontrando diversos conhecimentos, entre esses matemáticas, e esses grupos sociais utiliza-se desses processos no seu dia-a-dia para lidar com situações do meio aonde vive. Enfim, o texto proporciona a união da teoria e prática, e dessa união obtém-se, da ação de um construtor de currais, um conhecimento que vai além de qualquer teoria, pois para a sua sobrevivência e transcendência é necessário que homem faça matemática.

Palavras-chave: Etnomatemática. Matemática. Cultura.

O PIBID – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Vinícius Sanches Tizzo (G-UFMS)
Thiago Donda Rodrigues (UFMS)

Busca-se, neste trabalho, apresentar as atividades desenvolvidas pelo grupo PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS campus de Paranaíba, que tem por objetivo incentivar a formação de professores para o ensino básico e melhorar a qualidade dessa modalidade de ensino por meio de parcerias entre a universidade e a escola pública. Ao estimular uma integração entre o ensino superior e o ensino básico, o PIBID busca valorizar a escola pública como espaço para ações investigativas, inserindo os alunos de graduação em atividades diferenciadas de método e prática docente. Em Paranaíba este programa é desenvolvido no Ensino Médio da Escola Estadual José Garcia Leal. O artigo apresenta a descrição relativa à frente de trabalho do PIBID intitulada “Em Formação”. Este projeto dedica-se à elaboração de oficinas temáticas a serem trabalhadas com professores da rede pública de ensino de Paranaíba. Nesta, o grupo ligado ao PIBID tem ganho espaço cada vez maior, de forma que os professores de matemática, ali atuantes, foram buscar, neste, uma referência para sua formação continuada.

Palavras-chave: Formação continuada. PIBID. Professor de matemática.



NARRATIVAS DA PRÁTICA DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS COM RELAÇÃO AO ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA

Washington Campos Marques (PG-UNESP/Rio Claro)

Heloisa da Silva (PGEM/UNESP/Rio Claro)

Pesquisas relacionadas ao ensino aprendizagem da matemática nas séries iniciais são de fato poucas, assim o nosso projeto pretende tratar das práticas dos professores que ensinam matemática nas séries iniciais. A pesquisa será continuidade de um trabalho de iniciação científica realizado em Paranaíba-MS na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde o objetivo foi detectar e analisar as dificuldades e percepções da própria prática de ensino dos professores de matemática de Paranaíba-MS. O atual projeto tem o objetivo de investigar as práticas que os professores das séries iniciais possuem com relação ao ensino da matemática. A pesquisa será de abordagem qualitativa e desenvolvida de acordo com a metodologia da História Oral e Educação Matemática. Por isso, consideramos que o alicerce do nosso trabalho são as narrativas registradas. O estudo das práticas de ensino da matemática de professores de séries iniciais, a partir da análise dos significados que produzem para essas práticas em suas narrativas, pretende ser a contribuição principal desta pesquisa, ainda inicial, para a Educação Matemática.

Palavras-chave: Práticas de ensino. Professores das Séries Iniciais. Narrativas. Educação Matemática.



Pôsteres

GT 02

A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS

Fabio Barbosa (G-UEMS)
Fernanda Yukie da Silva Fugii (G-UEMS)
Kátiuscia Parreira Ribeiro (G-UEMS)
Leticia Aparecida de Freitas de Oliveira (G-UEMS)
Carlos Augusto de Oliveira Diniz (UEMS)

Com a promulgação do Novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10/01/2002, as relações contratuais passaram a se realizar através de um novo conceito, ressaltando princípios como o da boa-fé, equidade e função social dos negócios jurídicos, sendo o art. 421 expresso da seguinte forma: "Art. 421. "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato". O compromisso expresso no art. 421, do Código Civil, com a função social, importa no reconhecimento de que o contrato não pode mais ser considerado como direito absoluto, devendo estar ligado ao instituto jurídico da igualdade. Nesse sentido, o presente trabalho tem por intuito levantar discussões acerca da função social dos contratos, evidenciando o uso cada vez mais acentuado na nossa sociedade. Para tanto, o estudo será pautado em pesquisa bibliográfica, permeada por análise de legislações pertinentes. Por mais, resta salientar que trata-se de uma pesquisa em estado inicial, portanto, sem resultados finais.

Palavras-chave: Função Social. Restrições. Princípios.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO DE PROPRIEDADE E SEUS LIMITES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

José Guilherme da Silva Filho (G-UEMS)
Rosa Mirian Barbosa de Moraes Valentim (G-UEMS)
Ruiter Augusto da Silva (G-UEMS)
Vinícius Alves (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

O direito de propriedade já foi tido como um direito coletivo, como um direito individual absoluto e natural e hoje se justifica num ideal individual, mas que deve cumprir uma função social. Desde a Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, o direito de propriedade está incluído dentre os direitos fundamentais, sendo assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 5º, XXII. Assim, pode-se notar que esta concepção do direito de propriedade sofreu e ainda sofre constantes evoluções, que passam do sentido individual para o social. Hoje, as restrições deste direito se justificam pelo princípio da função social da propriedade. Nesse sentido, o



presente trabalho tem por intuito levantar discussões acerca do direito de propriedade, evidenciando a perda de seu caráter absoluto em prol da coletividade frente ao Estado Democrático de Direito. Para tanto, o estudo será pautado em pesquisa bibliográfica, permeada por análise de legislações pertinentes. Por mais, destaca-se que a propriedade, como instituto jurídico em constante desenvolvimento, não apresenta definição imutável, restando ao trabalho em tela o encargo de apresentá-lo e discuti-lo tal como se encontra hoje.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Função social. Restrições. Coletividade.

GT 03

VIOÊNCIA DOMÉSTICA - UMA VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE ITURAMA

Fabiana Maria de Araujo (PG-UEMS)
Pollyana Souza Rocha (PG-UEMS)
Tânia Cristina de Freitas Marques (PG-UEMS)
Alessandro Martins Prado (UEMS)

O presente trabalho trata-se da pesquisa de campo a qual, elencou a real situação dos casos de violência de gênero levados ao conhecimento dos profissionais de saúde, bem como os policiais militares no combate à violência na cidade de Iturama, Minas Gerais. Nos últimos 30 anos, o tema violência contra a mulher tem despertado interesse da sociedade que, a partir da democracia participativa dos movimentos sociais feministas, tem buscado formas para dirimir essa violência formal e material, tais como: a criação das delegacias de defesa da mulher e das casas de abrigo e a grande efetivação da democracia representativa a lei específica Maria da Penha. Essa lei surge em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, mulher cearense que foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, seu marido tentou assassiná-la e das agressões resultarão lesões à sua saúde que a tornaram paraplégica. Tal lei coloca o Brasil entre os 18 países latino-americanos que contam com uma lei específica para os casos de violência doméstica familiar contra a mulher. Trata-se, sem dúvida de um grande avanço, porém sua eficácia depende no âmbito geral e regional de uma rigorosa e séria aplicação, objeto deste presente trabalho.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Profissionais de Saúde. Policiais Militares.

GT 04

A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E A INSTITUIÇÃO DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD)

Maria Rosa Ferreira (G-UEMS)
Patrícia Rosa Venâncio (G-UEMS)



Rudygere Paulo Prado Machado (G-UEMS)
Estefânia Naiara da Silva Lino (UEMS)

O Estado, detentor-mor de poderes, tem entre eles o direito-dever de punir, o monopólio da força para manter a ordem. Entretanto, o Estado já não consegue punir de forma eficaz, fazer com que a pena atinja seus objetivos: punir, restituir a sociedade o que lhe foi tirado e ressocializar o indivíduo. Ressalta-se ainda que tal crise penitenciária é tanto interna quanto externa, principalmente no tocante à legislação vigente. Essa legislação (Lei 10.792/03) que alterou a LEP introduz o RDD, um regime em que o indivíduo é tratado pelo Estado como inimigo. Nesse sistema, o monopólio da força estatal se torna mais evidente, inclusive ignorando direitos e garantias fundamentais. A brutalidade desse regime exclui o reeducando buscando satisfazer os anseios de uma sociedade leiga cria, contudo, indivíduos totalmente incapazes do convívio social. Nesse viés, o presente trabalho busca demonstrar as falácias do sistema penitenciário brasileiro, onde a ineficácia administrativa e punitiva é manifesta a tal ponto em que se necessitou da inserção do RDD. O trabalho se propõe a fazer uma análise crítica dos fatores que levaram o Estado a enfrentar a atual crise no sistema carcerário, utilizando-se metodologicamente de pesquisa bibliográfica, amparado principalmente em projetos de ex-alunos da UEMS.

Palavras-chave: Crise. Sistema Penitenciário. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

GT 05

RELATOS DE PROFESSORES DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR

Alessandra Christian Pereira de Souza (G-UEMS)
Caroline da Silva Dourados (G-UEMS)
Maria Aparecida Rodrigues (G-UEMS)
Ronilda Macedo de Carvalho (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Esse estudo tem a pretensão de compreender a visão que os professores das escolas regulares têm sobre a educação inclusiva. Nesse aspecto, lançamos a problemática do trabalho por meio das seguintes questões: Qual o posicionamento dos professores frente à inclusão escolar dos alunos com deficiência? Quais fatores levam esse profissional assumir uma postura favorável ou contrária à inclusão escolar? Os professores têm recebido algum tipo de suporte para atender esses alunos nas classes comuns? Eles estão qualificados para suprir as necessidades desses inclusos? Assim, o principal objetivo dessa pesquisa é refletir acerca dos discursos sobre a inclusão escolar dos alunos com deficiência, com base em relatos de professores da rede estadual de Paranaíba/MS. Trata-se de uma pesquisa de campo, viabilizada mediante a condução de entrevista com professores das escolas estaduais do município referido. Salienta-se que os dados coletados foram submetidos a uma análise qualitativa. Ressalva-se que a pesquisa encontra-se em andamento.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Relatos de professores. Escolas estaduais de Paranaíba/MS.



INCLUSÃO ESCOLAR E INDISCIPLINA: UMA ASSOCIAÇÃO JUSTA?

Aline Ramos de Freitas (G-UEMS)

José Uisley Araujo (G-UEMS)

Rita de Cássia Souza (G-UEMS)

Simone Alves (G-UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A indisciplina escolar tem sido tema de constantes debates nos espaços escolares. Com a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nesses espaços esse foco de discussão tem sido alterado, e a discussão mais acirrada passa pelas questões da educação inclusiva. A partir dessas considerações é que se buscou verificar no espaço escolar a relação estabelecida entre indisciplina e inclusão escolar, a fim de fomentar o debate e contribuir para dirimir questões relevantes sobre esses temas. Para atingir o objetivo proposto buscou-se na pesquisa de campo subsídio metodológico para verificação dos dados. Definiu-se pelo questionário para o levantamento dos dados, momento em que se trabalhou com cinco professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental, em duas instituições de ensino estaduais e uma municipal, tendo como critério que as mesmas tivessem em suas salas de aula alunos com necessidades educacionais especiais. Os dados apresentados indicam falta de preparo dos professores para trabalhar com os alunos com deficiência, excesso de alunos nas salas, além de que os alunos estão tendo uma sobrecarga no horário. Os resultados apontam a importância das políticas de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais para garantir que todos tenham acesso à educação.

Palavras-chave: Inclusão. Indisciplina. Necessidades Educacionais Especiais.

O MONITOR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: REFLETINDO SOBRE SUA PRÁTICA EM PARANAÍBA-MS

Ana Cláudia de Souza (G-UEMS)

Giovani Ferreira Bezerra (G-UEMS)

Milene Ferreira Bezerra (G-UEMS)

Priscila Nascimento Costa (G-UEMS)

Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Atualmente, as escolas comuns estão recebendo alunos com deficiências para atender às determinações das políticas de educação inclusiva e assegurar a todos o reconhecimento de seus direitos humanos, como o de ser educado em um ambiente não segregador. Nesse contexto, com o intuito de garantir condições mínimas de acesso e permanência desses educandos às salas de aula regulares, muitos sistemas de ensino têm aderido à função de monitor, pela qual uma pessoa auxilia o professor na classe comum, acompanhando o(s) aluno(s) com deficiência. Essa nova função, entretanto, parece mal compreendida no cotidiano escolar, gerando situações de exclusão, em vez de fortalecer a educação inclusiva. Como em Paranaíba-MS há diversos monitores de alunos com deficiência, contratados pelo sistema municipal de ensino, este trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa com alguns desses profissionais, escolhidos aleatoriamente, para, assim, realizar uma análise da situação neste município, percebendo, dentre outros aspectos, como as funções



desse cargo são desempenhadas, como é relação do monitor com o restante da equipe docente e como ele atende os alunos que lhe são confiados. Para tanto, recorre-se à pesquisa de campo, com a aplicação de questionários abertos a esses sujeitos, cujas respostas ainda estão em processo de análise.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Monitores de alunos com deficiência. Escolas municipais de Paranaíba – MS.

A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS

Ana Lúcia Aparecida da Silva (G-UEMS)
Catiuce Alves Ferreira Moraes (G-UEMS)
Eliane Maria Silva (G-UEMS)
Emília Caroline Costa Evangelista (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Partindo da compreensão de que o atendimento educacional especializado (AEE) necessita ser intermediado por professores capacitados para trabalhar com ferramentas específicas e metodologias diferenciadas para estimular a inclusão do aluno com deficiência nas classes comuns, lançamos o questionamento: qual a formação do professor do AEE e como ele atua no desenvolvimento dos alunos com deficiência? Assim, delimitando o foco para uma análise *in locu*, o objetivo desse estudo é identificar a formação do professor do AEE das escolas estaduais do município de Paranaíba/MS, bem como quais as atividades desenvolvidas com os alunos com deficiência e, ainda, verificar se a sua prática educativa estabelece diálogo com a do professor da classe comum. Quanto à metodologia, num primeiro momento realizamos um levantamento bibliográfico de livros e artigos que discutem o tema, na sequência, partimos para a pesquisa de campo, sendo eleita a entrevista como instrumento de coleta de dados junto aos professores do AEE da rede estadual de ensino. Os resultados encontram-se sob análise.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado. Formação de professor.

O LÚDICO ENQUANTO ELEMENTO BALISADOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Paula Rodrigues Pereira (G-UEMS)
Andressa Aparecida de Fátima Vivian Camargo (G-UEMS)
Maria Tereza Rocha Maia (G-UEMS)
Taiane Danila da Silva Lino (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O objetivo do estudo é relatar como uma professora do atendimento educacional especializado da escola municipal Professora Maria Luiza Corrêa Machado, da cidade de Paranaíba/MS, trabalha o lúdico com os alunos com deficiência intelectual, de modo a refletir se essa atividade contribui para o desenvolvimento desses alunos. Desde logo, vale ressaltar que acredita-se que o lúdico proporciona ao aluno com deficiência intelectual



socialização e estimulação no seu processo de aprendizagem. Perante o exposto, esse trabalho torna-se relevante para a elucidação do professor enquanto um agente estimulador, já que, às vezes, muitos professores esquecem do lúdico e do seu papel de mediador no desenvolvimento de seus alunos, com ou sem deficiências. Para a realização do presente, seguir-se-á os procedimentos da pesquisa de campo, instrumentalizada mediante uma entrevista estruturada. Espera-se que essa pesquisa, que encontra-se em andamento, contribua para reflexões atinentes às práticas educativas potencializadoras da inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado. Deficiência intelectual. Lúdico. Relato de professor.

ANÁLISE DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS

Ândrea Luiza Bernardes Dornelas Rodrigues Garcia (G-UEMS)
Dayane Aparecida Ferreira da Silva (G-UEMS)
Gisele Rocha da Silva (G-UEMS)
Sivaldo Cardoso dos Santos (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Neste estudo, apontaremos algumas considerações sobre a sala de recursos multifuncionais de uma escola estadual do município de Paranaíba/MS. Assim, objetivamos analisar a importância da sala de recursos multifuncionais enquanto espaço para o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, e ainda refletir sobre a prática do docente responsável pela sala. Logo, considerando a perspectiva histórica, torna-se relevante conhecer a origem das salas de recursos no Brasil, especificamente em nossa cidade, para discutirmos como e por que ocorreu o processo de inovação, bem como apontar as contribuições que estas mudanças proporcionaram para o campo da educação inclusiva. Dessa forma, esse trabalho desenvolveu-se por meio da metodologia da pesquisa bibliográfica, com a seleção de livros acerca do tema proposto. Posteriormente, foram realizadas as leituras dos livros com os respectivos fichamentos, para, em seguida, analisar e interpretar os dados coletados. Também, recorreu-se a pesquisa de campo na escola eleita, com observação da sala de recursos e entrevista com o responsável. Salienta-se que os dados coletados em campo ainda encontram-se em fase de análise.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Sala de recursos multifuncionais. Prática docente.

A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Andréia Aparecida Simões (G-UEMS)
Isabel Cristina Mendonça (G-UEMS)
Lúcia Regina Araújo da Silva (G-UEMS)
Maria Jacira da Costa (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)



A educação dos alunos com deficiência intelectual nas salas comuns das escolas regulares é um processo que requer, sem dúvidas, um nível maior de conscientização e capacitação por parte dos educadores. Diante da assertiva, insurge a indagação: os professores das escolas regulares estão preparados satisfatoriamente para assumir tal responsabilidade? Delimitando o objeto, o presente estudo pretende identificar a formação dos professores, inicial e continuada, que educam alunos com deficiência intelectual nas salas comuns das escolas estaduais de Paranaíba/MS, bem como conhecer algumas atividades desenvolvidas por este profissional para a inclusão desses alunos. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se um levantamento bibliográfico seguido de uma pesquisa de campo instrumentalizada por um questionário com questões abertas e fechadas, aplicado aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental que tenham alunos com deficiência intelectual em suas salas nas escolas estaduais de Paranaíba/MS. Estando os dados coletados na pesquisa de campo sob análise, os resultados do trabalho serão publicados em momento oportuno.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação de professores. Deficiência intelectual. Escolas estaduais de Paranaíba/MS.

O INTERESSE CAPITALISTA POR DETRÁS DA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE RELATOS DE PROFESSORES

Anny Kelly da Silva (G- UFMS)
Diego Silva Maia (G-UEMS)
Silmaia Queiroz Silva (G-UEMS)
Tatiane de Castro Alves (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Este trabalho tem por objetivo analisar os relatos sobre educação inclusiva de professores das escolas municipais Professor Ignácio José da Silva e Professora Maria Luiza Corrêa Machado, de Paranaíba-MS, com vistas a refletir sobre as tendências neoliberais do Estado, de modo a contribuir para os estudos e pesquisas sobre inclusão escolar no município referido, dentro de uma perspectiva marxiana, a fim de ampliar o quadro teórico sobre o assunto. A análise de tal tema faz-se relevante e justifica-se tendo em vista a nossa formação enquanto futuros profissionais da educação, já que um docente consciente da importância de uma educação inclusiva, baseado em pressupostos teóricos e práticos, terá maiores chances de formar, na medida do possível, alunos com deficiência críticos, reflexivos e criativos, aptos para enfrentar as exigências de uma futura ação contra a exploração capitalista. A metodologia utilizada para a viabilização do estudo é a da pesquisa de campo, com uso de entrevista semi-estruturada e aplicação de questionários para a coleta de dados. Os resultados deste empreendimento intelectual estão em fase de análise.

Palavras-chave: Capitalismo. Inclusão escolar. Ideologia. Relatos de professores.

O ENSINO DE LIBRAS NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM SURDEZ

Bianca Coutinho de Carvalho (G-UEMS)
Divino Machado do Nascimento (G-UEMS)
Luana Alves de Lima (G-UEMS)
Vanessa Miranda de Almeida (G-UEMS)



Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Atualmente a legislação corrobora as discussões sobre a especificidade linguística das pessoas com surdez, passando a reconhecer o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a primeira língua das pessoas com surdez. Assim, pretende-se compreender a relevância da Língua Brasileira de Sinais para o avanço educacional das pessoas com surdez, a fim de subsidiar estudos inerentes a essa temática. Para atingir o objetivo proposto buscou-se na pesquisa bibliográfica respostas para essa discussão nos meios educacionais, com uma revisão bibliográfica sobre os temas: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, surdez, LIBRAS e legislação. Este estudo possibilitou a compreensão da importância da língua de sinais para a educação das pessoas com surdez como sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem direito e possibilidade de apropriar-se da LIBRAS e da Língua Portuguesa, de modo a propiciar seu desenvolvimento e garantir um bom trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. O ensino de LIBRAS tem garantido, mesmo que de forma gradativa e lenta, sua oferta nas escolas públicas e privadas, possibilitando aos alunos surdos a ampliação de sua comunicação e, quiçá, abrindo possibilidades para sua emancipação social.

Palavras-chave: Surdez. LIBRAS. Processo ensino/aprendizagem.

RELATOS DE RESULTADOS PARCIAIS DE PESQUISAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Bruno Vigil Pereira (G-PIBIC/UEMS)

Danilo Fernando Silva (G-PIBIC/UEMS)

Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

Nos últimos anos o setor educacional vem ganhando espaço no quadro das políticas sociais, com maior destaque, a partir dos anos 1990, para vários documentos, internacionais e nacionais, que visam à democratização do ensino, de modo a tornar a escola um espaço de inclusão e respeito à diversidade humana. As políticas de inclusão escolar pretendem, grosso modo, transformar a organização escolar atual, que segrega os alunos com deficiência, de modo a ressignificar a função educacional. Neste sentido, este estudo pretende discutir o desenvolvimento da política da inclusão no ensino regular e superior por meio de análise dos principais documentos, além é claro da bibliografia pertinente ao tema. Assim, elegeu-se a metodologia da pesquisa de cunho documental e da pesquisa bibliográfica (para elencar aporte teórico para discussão e análise da legislação). Enfim, o trabalho, longe de querer exaurido, lança luzes sobre a temática inclusão escolar, de modo a elucidar a função do Estado como garantidor de uma educação humanizadora. As luzes lançadas sobre essa temática possibilitaram o entrelaçamento de teorias e legislação fomentando as discussões inerentes à inclusão de alunos com Síndrome de Down no ensino regular e a acessibilidade de alunos com deficiência na Educação Básica e no Ensino Superior.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação inclusiva. Educação Básica. Ensino Superior.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Camila Augusta Queiroz da Silva Pereira (G-UEMS)



Danila Souza Rodrigues (G-UEMS)
Raniele Soares Almeida (G-UEMS)
Silvana Aparecida Tosque de Oliveira (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A deficiência intelectual é um tema que tem suscitado interesse e preocupação entre professores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. As áreas têm interpretações diversas em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Na educação, alguns estudiosos do tema têm buscado comprovar que todos os alunos aprendem, independente de suas limitações, desde que se trabalhe descobrindo suas habilidades e acreditando em suas potencialidades. Nessa perspectiva de educação inclusiva para todos é que buscou-se compreender como tem sido realizada a avaliação do processo ensino/aprendizagem em salas com alunos com deficiência intelectual, a fim de contribuir com as discussões inerentes à temática. Para atingir esse objetivo realizou-se uma revisão bibliográfica sobre avaliação escolar, inclusão escolar e deficiência intelectual, seguido por uma pesquisa de campo, com a utilização de questionário, momento em que houve uma aproximação com os sujeitos do estudo, os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com esse estudo é possível afirmar que a avaliação do processo ensino/aprendizagem deve ser contínua, ou seja, transcender ao longo de todos os momentos da prática pedagógica, identificando as habilidades dos alunos, não focando em suas limitações intelectuais, tendo o professor e os alunos como mediadores desse processo.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Deficiência intelectual. Processo ensino/aprendizagem. Avaliação escolar.

CEGOS E TECNOLOGIA: UMA POSSÍVEL EMANCIPAÇÃO

Camila Garcia Silva (G-UEMS)
Lara Moniele Rodrigues dos Santos (G-UEMS)
Maria Francisca da Silva Ribeiro (G-UEMS)
Sueli Pereira Chagas (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A tecnologia tem sido apontada como uma das principais alternativas para a acessibilidade do cego em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Com essa compreensão é que buscamos descobrir os recursos tecnológicos que estão disponíveis no mercado para atender os alunos com cegueira. Para atingir esse objetivo definimos pela pesquisa bibliográfica *online*, fazendo um levantamento nas páginas de universidades do Brasil e em sites de busca. Dentre os recursos levantados consideramos o Dosvox um dos principais em uso, pois é um sistema operacional de origem brasileira específico para a utilização no computador, que permite a comunicação do cego com outras pessoas por meio de um sistema de voz, possibilitando-lhe ouvir e escrever, assim como, manter uma comunicação com outras pessoas por *chats*, *e-mails*, *blogs*, entre outras formas de comunicação *online*, além de ter um custo zero. Com esses recursos tecnológicos inicia-se a superação gradativa da utilização do alfabeto convencional Braille, cujos caracteres são indicados por pontos em relevo, distinguidos pelo tato do cego. Com o avanço tecnológico



o cego está tendo a oportunidade de ser alfabetizado, ingressar em uma universidade, enfim, ser emancipado e conquistar maior independência intelectual.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Tecnologia. Cegueira. Emancipação.

FRACASSO ESCOLAR: UM DESAFIO PARA A ESCOLA INCLUSIVA

Cássia Maria Aparecida Tiago (G-UEMS)
Flávia Gonçalves Nascimento (G-UEMS)
Jaqueline Severina de Queiroz (G-UEMS)
Monise Ferreira dos Santos (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

O fracasso escolar associado à educação escolar inclusiva é um assunto muito discutido nos meios educacionais, com pontos de vista divergentes. A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular pode ser considerada um dos maiores desafios do final do século XX ao limiar do século XXI, com algumas defesas pessimistas e outras otimistas, tendo como opção uma relação dialética para esses oponentes. Com essa compreensão é que objetivamos analisar as causas que influenciam o fracasso escolar no processo de escolarização, com vistas a verificar se os alunos com deficiência matriculados nas escolas de ensino regular têm contribuído para ampliar o índice de reprovação e evasão nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para atingir esse objetivo optamos pela pesquisa bibliográfica, seguida da pesquisa de campo, tendo utilizado como instrumento dessa pesquisa o questionário, momento em que entramos em contato com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Concluímos que a não aceitação da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas tem servido de pano de fundo para justificar o fracasso de muitos alunos. Os professores ao não saberem como trabalhar com esses alunos deveriam buscar alternativas em cursos de formação contínua e em estudos grupais.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Fracasso escolar. Processo ensino/aprendizagem.

ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ESPAÇOS EDUCACIONAIS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO

Cathiley Nair Miranda Santana (G-UEMS)
Maria Aparecida de Paulo Franco (G-UEMS)
Patrícia Aparecida de Souza (G-UEMS)
Valdelice Maria Mendonça da Silva (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A acessibilidade de pessoas com deficiência aos espaços públicos, instituições educacionais e transportes coletivos enfrentou e enfrenta vários obstáculos, mesmo com a garantia da legislação brasileira do direito de ir e vir ao deficiente físico. Esse problema também é observado nas escolas do país, que deveriam ter uma infraestrutura para atender todas as pessoas, com ou sem deficiência. Assim, com este trabalho buscamos propiciar possibilidades para divulgar os espaços educacionais adequados do País, para que ocorra a acessibilidade da pessoa com deficiência física, com observância à legislação em vigor. Para atingir esse objetivo optamos pela pesquisa bibliográfica e online, na qual verificamos



que as escolas que atendem as necessidades das pessoas com deficiência física têm rampas de acesso em todo o prédio, piso antiderrapante, corredores com medidas amplas, portas de fácil abertura, e com maçanetas de tipo alavanca, banheiro com pia rebaixada, refeitório e salas de aula adaptadas com carteiras que facilitam o acesso e movimentação de todos. Dessa forma, concluímos que a sociedade deve realizar ações coletivas voltadas para o cidadão, independente de ter ou não deficiência, garantindo acessibilidade para todos.

Palavras-chave: Educação escolar inclusiva. Deficiência física. Acessibilidade.

ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS: BREVES NOTAS PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Cleuza Eurides Ricardo (G-UEMS)
Flaviana dos Santos (G-UEMS)
Genáina Pereira Martins (G-UEMS)
Maurício da Silva Santos (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O presente estudo visa refletir sobre a questão da acessibilidade física no contexto da inclusão escolar de pessoas com deficiência física na rede estadual de Paranaíba/MS, na tentativa de apontar dados que revelem a situação estrutural das unidades de ensino, bem como identificar os impasses decorrentes das instalações precárias que dificultam a locomoção e autonomia dos alunos com deficiência física. Assim, para a realização do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica (com levantamento das fontes relacionadas à temática) e a pesquisa de campo (com observação e aplicação de questionário). Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de pôster junto ao VII Seminário Científico-Cultural da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Enfim, eliminar barreiras e tornar a escola um espaço aberto e adequado à educação inclusiva é condição para o acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência física, com vistas ao incentivo da autonomia e exercício da cidadania desses educandos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Acessibilidade. Alunos com deficiência física. Escolas estaduais de Paranaíba/MS.

PREVINIR PARA A VIDA

Cristiane Aparecida Leal Buso Machado (G-UFMS)
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini (UFMS)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo menos 10% da população de países em desenvolvimento, como o Brasil, é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. A OMS estima que 70% das causas das deficiências poderiam ser evitadas com medidas preventivas. O presente trabalho teve como objetivo informar e orientar a comunidade sobre as principais causas da deficiência e medidas preventivas. O trabalho foi desenvolvido com jovens do Ensino Fundamental e Médio das Escolas Públicas, mães da Pastoral da Criança e gestantes dos PSF's e CRAS locais. O procedimento utilizado foi reuniões dialógicas com os participantes, priorizando a informação a discussão e a reflexão



sobre as causas das deficiências e as medidas preventivas a partir da distribuição de folders explicativos e apresentação de DVD. Os resultados indicam que a ação ao mesmo tempo em que contribuiu para a informação, orientação e sensibilização da comunidade local sobre a importância das ações preventivas também contribuiu para a formação profissional dos acadêmicos, integrando teoria e prática, proporcionando melhor percepção da realidade social.

Palavras-chave: Prevenção. Deficiências. Inclusão.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Daniela Machado da Silva (G-UEMS)
Raquel Marques Ribeiro dos Santos (G-UEMS)
Vera Lúcia Xavier de Lima Queiroz (G-UEMS)
Welcidaime Aparecida Alves dos Santos (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O objetivo do presente trabalho consiste em averiguar se há oferta de cursos de formação continuada aos professores da rede municipal de Paranaíba/MS, com vistas a verificar as contribuições dessa formação na perspectiva da inclusão escolar das pessoas com deficiências. Parte-se do pressuposto de que, para haver a concretização da proposta inclusiva, é necessário que as pessoas envolvidas no processo educacional empenhem-se no sentido de buscar aperfeiçoar suas práticas educacionais, a fim de propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos. Destarte, o incentivo à formação de professores pode auxiliar no caminho dessa efetivação, pois o direito a uma educação de qualidade é requisito primordial para o desenvolvimento das possibilidades/habilidades das pessoas com deficiência. Para atingir o objetivo proposto elegeu-se a metodologia da pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário fechado aos gestores responsáveis pelas escolas municipais de Paranaíba/MS. O ciclo metodológico iniciou com estudos bibliográficos sobre inclusão escolar e formação continuada de professores com vistas a compreender a temática e apontar suas contribuições. Considerando que a pesquisa está em andamento, os resultados serão apresentados em momento oportuno.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação continuada. Escolas municipais de Paranaíba/MS.

A INCLUSÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DAS SALAS COMUNS

Daniele Pereira Garcia Arid (G-UEMS)
Janaína Aparecida da Silva (G-UEMS)
Noely Costa Dias Garcia (G-UEMS)
Valdecleia Moreira Mazini (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

O presente trabalho tem por objetivo verificar a formação, inicial e continuada, dos professores das escolas estaduais do município de Paranaíba/MS que educam os alunos com



deficiência nas salas comuns, com vistas a refletir se sua prática está em consonância com a Deliberação CEE/MS 7.828/2005, que dispõe sobre a educação escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema Estadual de Ensino. A metodologia a ser empregada é a da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, dando ao estudo uma abordagem qualitativa, vez que a pretensão é tecer significados e produzir sentidos sobre os dados coletados. Sabe-se que, de acordo com a Deliberação CEE/MS 7.828/2005, é direito do aluno com deficiência ter professores capacitados para atendê-lo; a partir desse dado insurgiram algumas questões de estudo: Qual é a formação do professor que atua nas salas comuns com alunos com deficiência nas escolas estaduais de Paranaíba/MS? O que ele necessita em sua formação inicial e continuada para receber satisfatoriamente esses educandos nas salas de aula comum? A pesquisa encontra-se em andamento, portanto, seus resultados serão apresentados em momento oportuno.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação de professores. Escolas estaduais de Paranaíba/MS.

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS

Deusângela Adelaide de Souza (G-UEMS)

Luciene Antonia de Souza (G-UEMS)

Monique Aparecida da Silva Lopes (G-UEMS)

Vanessa Cristiane Pascoaloto (G-UEMS)

Washington César Shoiti Nozu (UEMS)

Nos debates sobre inclusão escolar, a questão referente à educação dos alunos com deficiência intelectual nas classes comuns gera inúmeros posicionamentos. Assim, o presente estudo, que percorrerá uma abordagem quanti-qualitativa, visa identificar a quantidade de alunos com deficiência intelectual que estão frequentando as escolas estaduais de Paranaíba/MS, quais os materiais disponíveis para sua inclusão e se os professores estão capacitados para atender esses educandos. Quanto à metodologia, o trabalho foi viabilizado por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, sendo esta última instrumentalizada por um questionário com questões fechadas e abertas aplicado aos coordenadores ou diretores das escolas para levantamento de dados no local de ocorrência do fenômeno. Os resultados serão apresentados em forma de pôster no VII Simpósio Científico-Cultural da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Em suma, o trabalho, longe de esgotar a temática, pretende contribuir para a discussão da educação inclusiva, e, especificamente, para a inclusão dos alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência intelectual. Escolas estaduais de Paranaíba/MS.

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SURDEZ NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PARANAÍBA/MS

Divino Lopes da Silva (G-UEMS)

Sandra Luzia Martins (G-UEMS)

Silvana Elizabeth Martins (G-UEMS)



Tiago da Silva Fernandes (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Diante do atual momento em que vive a educação, no que diz respeito à inclusão dos alunos com deficiências nas escolas regulares, surge a necessidade de averiguar como está sendo realizado o atendimento educacional a esses alunos. Assim, delimitando o foco, o presente trabalho tem o intuito de verificar como está sendo implementada a inclusão escolar dos alunos com surdez nas escolas estaduais do município de Paranaíba/MS, com vistas a identificar quais atividades são trabalhadas com esses educandos nas salas de recurso, bem como a formação dos professores os atendem na sala de aula comum e no atendimento educacional especializado. Para tanto, o estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, tendo como foco a investigação de como é o atendimento desses alunos nas classes comuns e nas salas de recursos multifuncionais, como é ministrada a língua brasileira de sinais (libras), qual a formação inicial e capacitação têm os profissionais que atuam junto aos alunos com surdez. Enfim, busca ampliar as discussões sobre os avanços e desafios da inclusão dos alunos com surdez nas escolas regulares.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Alunos com surdez. Escolas estaduais de Paranaíba/MS.

A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAÍBA/MS

Edicesar Lopes Oliveira (G-UEMS)
Luana Catrine Alves da Silva (G-UEMS)
Regina Aparecida Rangel Ferreira (G-UEMS)
Vanessa Cristina Rodrigues Borges (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

A educação escolar inclusiva é uma área do conhecimento que vem despertando a atenção de vários estudiosos, não sendo diferente quando se refere à educação infantil – uma fase muito importante para a vida da criança, pois é nela que devem acontecer todos os estímulos necessários para o desenvolvimento da criança. Assim, o presente trabalho objetiva verificar se as instituições de educação infantil no município de Paranaíba/MS atendem crianças com deficiência, a fim de conhecer o trabalho realizado com essas crianças, tendo em vista seu desenvolvimento motor, emocional, social e intelectual. Para atingir os objetivos propostos realizou-se um levantamento bibliográfico, tendo como base em artigos da internet, de revistas e livros que tratam da temática estudada e uma pesquisa de campo, utilizando questionários direcionados aos responsáveis pelas instituições e entrevistas conduzidas com as professoras que trabalham com essas crianças. Enfim, o trabalho torna-se relevante quer pela escassez de fontes que discutem a temática, quer para a constatação *in locu* do atendimento ofertado às crianças com deficiência nas instituições de educação infantil da referida cidade. Esta é uma pesquisa que está em andamento, assim, os resultados serão apresentados em momento oportuno.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Crianças com deficiência. Instituições de educação infantil de Paranaíba/MS.



O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA ESCOLA MUNICIPAL MAJOR FRANCISCO FAUSTINO DIAS DE PARANAÍBA/MS

Edinéia da Silva Freitas (G-UEMS)
Josiane Martins de Almeida Silva (G-UEMS)
Marley Márcia Machado (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino provoca grandes desafios para as escolas. Este tem sido um dos temas mais debatidos nos últimos tempos, não só entre os professores do ensino especial, mas também os professores das escolas comuns, os pais e a sociedade em geral, que vivencia um momento de muitas discussões acerca das modificações que devem ser feitas nas escolas e das adequações das práticas educacionais para atender as especificidades desses alunos. Delimitando o objeto, esta pesquisa tem a intenção de verificar quantos alunos com deficiência estão inseridos na escola municipal Major Francisco Faustino Dias, de Paranaíba/MS, e se há uma prática educacional voltada para esses alunos, bem como compreender a visão dos professores da instituição acerca da educação inclusiva. Para a realização do estudo, fez-se uso da pesquisa de campo. À guisa de reflexões, é necessário ampliar o olhar sobre as diferenças dentro da perspectiva inclusiva, reconhecendo a deficiência como uma condição humana e respeitá-la, de modo a romper com a idéia homogeneizadora de que todas as pessoas devem aprender da mesma forma.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Alunos com deficiência. Escola municipal de Paranaíba/MS.

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Eliana Aparecida Silvestre (G-UEMS)
Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a relevância do atendimento pedagógico domiciliar voltado para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais que encontram-se impossibilitados de adentrar à escola ou até mesmo continuar frequentando-a. A elaboração dessa pesquisa é de grande validade para a área educacional, pois propicia um maior entendimento acerca dos estudos e pesquisas que envolvem tal temática, além de possibilitar ao educador a aquisição de novos conhecimentos e novas práticas educativas. Muitos alunos com necessidades especiais não tem condições, por razão de saúde, de acessar a escola e/ou permanecer nela; surge aí, como previsto em lei, o papel do educador tomando uma nova postura para que tais alunos tenham uma oportunidade de serem educados em seus domicílios. Para dar sustentabilidade às discussões da temática, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, documental e de campo (instrumentalizada por meio de questionário aberto dirigido ao responsável pelo Núcleo de Educação Especial de Paranaíba/MS). A pesquisa encontra-se em andamento.

Palavras-chave: Educação especial. Atendimento pedagógico domiciliar. Alunos com necessidades educativas especiais.



MATERIAL DIDÁTICO PARA TRABALHAR COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Eliane da Silva Sousa Barbosa (G-UEMS)
Paula Carina Pedro Novaes (G-UEMS)
Sidineia Valentin Soares (G-UEMS)
Sídnei Ricards Machado (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A Educação Inclusiva tem enfrentado muitas barreiras para se efetivar nas escolas regulares. Dessas barreiras, a que é quase intransponível é a aceitação de que o aluno com deficiência intelectual aprende. A partir dessa constatação é que buscou-se realizar um levantamento de material didático para trabalhar as habilidades dos alunos, desafiando, acreditando e aproximando de suas potencialidades. Para atingir esse objetivo, buscou-se na pesquisa bibliográfica *online* e em outras fontes bibliográficas (livros, revistas, coletâneas) localizar os materiais didáticos que podem ser utilizados em diferentes faixas etárias, disciplinas e locais. O resultado deste estudo inicial aponta vários materiais (quebra-cabeça, jogo da memória, jogo de encaixe, xadrez, bingo, dominó, construção de palavras, alfabeto mágico, entre outros materiais) a serem utilizados no decorrer do processo ensino/aprendizagem, ficando as estratégias de uso para a criatividade do professor, pois esse material deve ser no desenvolvimento das crianças, com e sem deficiências, possibilitando-lhes maior facilidade para participar de diferentes situações em seu cotidiano. É relevante que se compreenda que no decorrer do planejamento de aulas, os professores devem refletir criticamente sobre o uso do material didático, pois ao definir pelo uso do mesmo os objetivos devem ser claros, sempre com a intenção de desafiar o aluno.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência intelectual. Material didático.

O FILME COMO APOIO PEDAGÓGICO PARA REFLEXÃO SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Elizabeth Núria de Souza Barboza (G-UEMS)
Joana Maria Oliveira (G-UEMS)
Maria Rita de Oliveira (G-UEMS)
Regina Dorcelina Pedroso (G-UEMS)
Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)

A trajetória educacional de alunos com deficiência intelectual vem sendo marcada por momentos difíceis, ora por professores que não sabem como fazer intervenções junto a esses alunos, ora por familiares que não acreditam nas habilidades de seus filhos. Com o olhar voltado para essas especificidades é que objetivou-se realizar um levantamento de filmes que possam servir de sugestão e pretexto para contribuir com a conscientização de professores e familiares sobre as possibilidades dos alunos com deficiência intelectual no processo educacional. Com vistas a atingir esse objetivo é que definiu-se pela pesquisa bibliográfica *online*, com a seleção de várias sinopses sobre deficiência intelectual, com a definição de dez filmes para serem analisados. Dentre os filmes que mais propiciam a discussão da temática deficiência intelectual estão: *A história de Carrie Buck*; *Dominick e Eugene*; *Forrest Gump*; *Gilbert Grape: aprendiz de sonhador*; *Meu nome é Rádio*; *Nell*; *O Oitavo Dia*; *Simplex como Amar*; *Uma lição de amor*; *Uma mente brilhante*. A utilização de filmes como pretexto para discutir a deficiência intelectual, deve ser incentivada nos cursos



de formação inicial, contínua e em exercício, pois pode servir como pano de fundo para aprofundar a discussão sobre a Educação Especial numa perspectiva Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência intelectual. Habilidades. Filmes.

ACESSIBILIDADE AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARANAÍBA/MS

Gláucia da Silva Claro (G-UEMS)

Izamara Ferreira Neves (G-UEMS)

Maria Aparecida Silva Oliveira Macedo (G-UEMS)

Neuzira Aparecida Ferreira da Silva Couto (G-UEMS)

Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Com o movimento inclusivo, a escola regular torna-se o lugar propício para o diálogo entre as diferenças, devendo atender alunos com ou sem deficiências. Entretanto, muitos entraves aparecem no caminho, impedindo o acesso de todos os educandos, mormente os com deficiência, nas escolas. Assim, o presente trabalho visa verificar as condições de acessibilidade aos alunos com deficiência física nas escolas municipais de Paranaíba/MS, com vistas a identificar se essas instituições estão atendendo as normas pertinentes para a construção de espaços inclusivos. Para a realização do estudo percorreu-se a metodologia de pesquisa de campo, tendo como técnica de coleta de dados a observação na estrutura das cinco escolas municipais de Paranaíba/MS. Os resultados serão divulgados em momento oportuno, já que a pesquisa está em andamento. Em suma, o estudo tem por finalidade contribuir para a discussão sobre a acessibilidade dos alunos com deficiência física nas escolas, no intuito do reconhecimento da realidade e adequação das instituições, para que os alunos com deficiência não sejam privados de desenvolver suas habilidades.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Acessibilidade. Deficiência física. Escolas municipais de Paranaíba/MS.

UM ESTUDO DE LEVANTAMENTO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARANAÍBA/MS

Ionice Aparecida Leal Ribeiro (G- UFMS)

Josania Silva de Oliveira (G-UEMS)

Karina de Oliveira Cunha Silva (G-UEMS)

Lidiane Gonçalves de Paula (G-UEMS)

Washington Cesar Shoiti Nozu (UEMS)

Atualmente, existem muitas discussões referentes à inclusão dos alunos com deficiência na escola regular, pois essa proposta implica numa mudança de paradigmas, causando alterações na prática educativa e desacomodando toda a comunidade escolar. Recortando a temática para um estudo *in locu* e delimitando o foco para a deficiência visual, o presente trabalho visa realizar um levantamento dos materiais didáticos para os alunos com deficiência visual nas escolas municipais de Paranaíba/MS, bem como investigar como esses suportes estão sendo utilizados para promover a inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa de campo, instrumentalizada por meio de uma entrevista. Quanto aos



resultados, estes serão apresentados em momento oportuno, já que os dados da pesquisa estão em fase de análise. Enfim, muito mais que inserir o aluno com deficiência visual nas escolas comuns, para incluí-lo de fato é preciso que haja materiais variados, adequados e específicos que possibilitem o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Deficiência visual. Escolas municipais de Paranaíba/MS.

GT 06

A INSERÇÃO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO CIDADÃ

Ariane Voltan de Paula (G-UEMS)
Elson Luiz de Araujo (UEMS)

Para que haja um maior envolvimento e compreensão dos aspectos que envolvem a formação cidadã, com a criança, faz-se necessário que as atividades sejam trabalhadas com metodologias de ensino que envolva a ludicidade, de maneira prazerosa até porque jogos e brinquedos fazem parte do mundo da criança, sendo que o “brincar” é uma atividade natural e espontânea e extremamente necessária para a criança e sua formação enquanto indivíduo. Foram inseridas no contexto de cidadania crianças assistidas pela Pastoral da Criança além de crianças de quarto e de quinto anos da Escola Estadual Manoel Garcia Leal, a qual carece de ser trabalhado com as crianças os valores básicos de moral, ética e cidadania. Nos encontros tanto na escola como no dia da Celebração da Vida, junto à Pastoral da Criança, estão sendo utilizadas atividades lúdicas, como filmes, histórias e dinâmicas interativas com o objetivo de conscientizar as crianças sobre uma melhor convivência com o próximo e com o meio ambiente, mas, sobretudo, uma contínua conscientização dos valores como a responsabilidade e o respeito mútuo. Foi positivo o encontro inicial com as voluntárias da Pastoral da Criança, pois neste, organizamos as datas e pensamos nas atividades a serem desenvolvidas com as crianças. Em síntese, é evidente que utilizar recursos lúdicos para incentivar crianças à prática da cidadania é de fundamental importância já que são artifícios inerentes das crianças, e que além de ensinar divertem e conseqüentemente, tornam-se prazeroso a elas.

Palavras-chave: Educação. Cidadania. Ludicidade.

GT 07

UMA ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VERDADE EM FACE DO MÉTODO RETÓRICO

Aparecido Alves Niedo (G-UEMS)
Marcelo de Andrade (G-UEMS)
Osmar Batista de Sena (G-UEMS)
Ueliton José Borges de Freitas (G-UEMS)



Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

O presente trabalho visa à análise crítica do discurso político, pois em muitos casos ocorre o desvirtuamento da campanha, que é transformada numa retórica que busca apenas interesses particulares em detrimento do bem comum. Com a proximidade do pleito eleitoral somos agredidos por uma avalanche de discursos que visam persuadir, fazendo com que os eleitores, fiquem cada vez mais inseguros, principalmente em face da afirmação de discursos improdutivos, vazios e ilusórios. Logo, a análise crítica é imprescindível para detectar essa depreciação da oratória, ensejando a formação de eleitores mais criteriosos na escolha do candidato, inibindo, dessa forma, a venda do voto em razão de benesses pessoais. Tomamos então uma atitude filosófica e, tal como Sócrates e Descartes, passamos a questionar e a buscar a possível verdade. Nessa meta colacionamos discursos políticos, para posterior análise de casos concretos. Focado na temática acima apresentada, foram feitas pesquisas bibliográficas, tendo como maior referencial teórico o filósofo Michel Foucault. Em sede de conclusão será demonstrado se existe a possibilidade de detectar a persuasão empregada por candidatos mal intencionados que não objetivam o desenvolvimento social.

Palavras-chave: Retórica. Discurso político. Verdade.

PROJETO DE EXTENSÃO: “ENCONTRO DE GERAÇÕES: VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO ESTREITANDO LAÇOS COM A MELHOR IDADE”

João Victor Fávaro Turina(G-UEMS)
Juliano Gil Alves Pereira(UEMS)

Trata-se de um projeto de extensão com ações voltadas especificamente para o público da terceira idade, ou “melhor idade”. As ações constituem-se na organização de grupos de universitários voluntários que juntamente com o coordenador desenvolvem atividades com os moradores de terceira idade do município de Paranaíba, Mato Grosso do Sul que são atendidos pelo CRAS, Centro de Referência de Assistência Social. A proposta do Projeto é de criação de um grupo de voluntariado para passar um tempo com os idosos nos CRAS visando proporcionar bem-estar nas pessoas de melhor idade, promovendo atividades recreativas como jogos que visem reavivar a memória, fator que decresce muito no público alvo; dinâmicas de grupo para a interação e aumento da auto-estima e também de diversas áreas de conhecimento; realização de palestras sobre assuntos variados, escolhidos previamente pela diretoria do CRAS e pelos próprios idosos e também alguns eventos para a descontração como levar músicos e outros artistas da própria universidade ao local em questão.

Palavras-chave: Melhor idade. Voluntariado. Recreação. Universitários. Bem-estar.

GT 08

FAÇA PARTE: DEFENSORES DO MEIO AMBIENTE, DEFENSORES DA VIDA!

Amanda Cristina Zanluchi (G-UMES)



Camila de Oliveira Beloni (G-UEMS)
Isabella Haydée Belloni (G- PIBEX/UEMS)
Stefania Barbais Araujo (G-UEMS)
Elisabeth Maria de Mendonça Silva (UEMS)

O presente projeto de extensão tem como fundamento principal, desenvolver ações voltadas para alunos das escolas públicas e particulares do Município de Paranaíba, haja vista que tal temática é de suma relevância importância hodiernamente, sendo inexorável a máxima da preservação ambiental. O Meio Ambiente, indubitavelmente, carece de vigília, diante do impacto dos danos ambientais nas atuais gerações e seus reflexos nas futuras, como efeito, vem ganhando destaque no contexto global. Por isso, é fundamental o desenvolvimento de ações voltadas para a Cidadania Ambiental unida com a Educação Ambiental, ou seja, atitudes que colaboram para a formação e conscientização ambiental dos jovens do município mencionado, com o intuito de resguardar o conceito da necessidade da preservação ambiental para a existência do Planeta - consumo consciente -, bem como o direito/dever destes de zelar pelo Ambiente. Destarte, o tema tornou-se um movimento social e, exige a colaboração de todos, pois o direito ao Ambiente é um "Direito Humano Fundamental", resguardado constitucionalmente. As ações cardeais que norteiam o trabalho consistem: palestras; elaboração de cartazes para disseminar a idéia de conscientização ambiental; transmissão de filmes e documentários que retratam a atual situação do Meio Ambiente. Atitudes que viabilizam um mundo social e ambiental melhor.

Palavras-chave: Meio ambiente. Conscientização. Cidadania. Preservação. Direito.

GT 09

COTAS RACIAIS: INSTRUMENTO DE (IN)JUSTIÇA?

Giseli Marques Bianchini (UEMS)

O presente trabalho busca analisar a igualdade quanto direito humano, e principalmente, fundamental. Propondo uma profunda análise sobre a existência concreta, ou não, do direito de igualdade amparado no texto constitucional brasileiro. Além disso, trata ainda da escravidão, fato que fundamenta uma "responsabilidade civil histórica", e se tenta demonstrar que as cotas são uma maneira de compensar essa "dívida histórica" que a sociedade brasileira tem para com a população negra. Demonstra-se com dados estatísticos que a condição social do negro no Brasil é claramente inferior se comparada ao restante da população branca. Tomou-se o cuidado em trazer também algumas posições contrárias ao sistema de cotas como forma de engrandecer o texto. Não deixou-se de falar ainda do regime do Apartheid e de sua diferença para o sistema de cotas. Ao final da pesquisa entendeu-se que as cotas são uma forma de garantir uma igualdade material a população negra.

Palavras-chave: Igualdade. Liberdade. Desigualdade. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais.



ACADÊMICOS EM AÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO NA UEMS DE PARANAIBA

João Fernando Floriano Gonçalves Pinheiro (G-UEMS)
Rafael Castro Torres (G-PIBEX/UEMS)
Roberto Carlos Alves de Oliveira Junior (G-UEMS)
Romulo Carvalho de Queiroz (G-UEMS)
Juliano Gil Alves Pereira (UEMS)

Dentro de nosso atual sistema é flagrante as marcas da injustiça e desigualdades sociais, haja vista que as assistências sociais não conseguem suprir de maneira satisfatória sua população. Destarte, é necessário que não somente a população, mas também as universidades criem uma responsabilidade diante de tal temática, buscando suprir anseios de uma população hipossuficiente. É nessa esteira que se insere projetos de extensão universitária como o Acadêmicos em Ação, este possui como fim primordial, assumir tal compromisso, proporcionando uma maior interação entre acadêmicos e sociedade do município de Paranaíba. Cabe salientar que são os acadêmicos que dão sustentabilidade ao projeto, por meio de arrecadações de agasalhos, brinquedos, alimentos e visitas, sendo que os anúncios das campanhas são feitos por meio de cartazes, e-mails e do sistema de rádio. Para nortear as ações do projeto, são realizados encontros com os colaboradores em que são discutidos textos e filmes específicos à temática humanista. As ações desenvolvidas tendem a despertar a solidariedade nos cidadãos envolvidos e, desta forma, mobilizá-los para campanhas sociais. É preciso que o homem resgate sua capacidade de doação ao próximo, assumindo assim um papel decisivo para a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Voluntariado. Extensão universitária. Humanização.

PROUNI E O SUCATEAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA DO ENSINO PÚBLICO

Pedro Gabriel Castro Torres (G-UEMS)
Júnior Tomaz de Souza (G-UEMS)
Leiliane Rodrigues da Silva (UEMS)

Resumo: O presente trabalho tem por escopo conscientizar estudantes e professores sobre uma discreta “privatização” e sucateamento do ensino superior público. A pesquisa mostra-se relevante tendo em vista que verbas públicas que deveriam ser empregadas no ensino público superior como uma das formas de garantir o alcance dos objetivos republicanos constitucionais, estão sendo destinadas para alimentar os grandes Capitalistas da Educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, já as informações foram organizadas por meio do método dedutivo. Após o estudo, reflexões sobre o acesso dos jovens ao ensino superior e qual é de fato a intenção da Lei n. 11.096 de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), pôde-se inferir que tal diploma legal é pretensioso, pois “suga recursos do erário” que poderiam ser utilizados para criar mais vagas em universidades públicas, melhorar as instalações, abrir novas universidades públicas e mais investimentos em pesquisa e extensão, ocasionando o sucateamento das universidades públicas. Logo, a falsa ilusão de que há mais vagas “gratuitas” nas universidades por meio do PROUNI é uma política



falsa que não está a construir as bases educacionais para o progresso futuro, que é o que realmente o Brasil precisa.

Palavras-chave: Prouni. Universidade pública. Sucateamento.

O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NOS CONTRATOS BANCÁRIOS

Fernando Rodrigues de Souza (G-UEMS)

Géssica Rodrigues de Queiroz (G-UEMS)

Nilza Aparecida Ferreira (G-UEMS)

Valter Kleber de Souza (G-UEMS)

Carlos Augusto Oliveira Diniz (UEMS)

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma demonstração do que é o enriquecimento sem causa e suas ilicitudes, nos contratos de financiamentos bancários. Enquanto a promessa de recompensa e a gestão de negócios são manifestações unilaterais e vontade que geram obrigações perante terceiros, o enriquecimento sem causa é um gênero, do qual o pagamento indevido é apenas uma espécie. "Art. 884. Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto, coisa determinada, quem a receber é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido". Este conceito é verificado em Gagliano. Silvio Rodrigues ressalta que, o Código Civil brasileiro de 1916, diferente de alguns códigos modernos, não consagrava qualquer regra genérica sobre o enriquecimento sem causa. Apenas disciplinava sistematicamente, o pagamento indevido, em uma das seções do capítulo sobre o pagamento e aplicava, em algumas hipóteses esparsas, a regra segundo a qual ninguém pode enriquecer a custa alheia, sem causa adequada.

Palavras-chave: Pagamento indevido. Contratos. Enriquecimento. Estituição. Código Civil brasileiro.

GT 10

@.COM: A MELHOR IDADE CONECTADA AO MUNDO DIGITAL, ROMPENDO AS BARREIRAS TECNOLÓGICAS

Ana Paula Souza Caetano (G-UEMS)

Ana Paula Cruvinel Ruela Pereira Garcia (G-UEMS)

Paula Ortega Queiroz (G-UEMS)

Kasla Garcia Gomes Tiago de Souza (UEMS)

O tema abordado é leitura e a inclusão digital na Melhor idade. Espera-se que o hábito da leitura seja incentivado pela família e pela escola, sendo esta última o lugar por excelência em que se desenvolverá a democratização dos saberes. Sabe-se que com o surgimento e a evolução da tecnologia, inseriu-se, diversas formas de comunicação no espaço do mundo cibernético, passando a dividir o espaço com as letras numa tela de computador, compartilhadas mundialmente pela Internet, socializando de forma mais rápida e dinâmica os conhecimentos de modo geral, os quais são oferecidos pela Internet. A interatividade



oferecida pela mesma tende a ser um forte aliado no incentivo ao hábito da leitura em todas as idades. Contudo, é preciso demonstrar e incentivar isso por meio de projetos de inclusão digital, especialmente, àqueles que não dominam as novas tecnologias. Por meio da utilização de computadores conectados à Internet, a inclusão digital disponibiliza mecanismos que possibilitam às pessoas idosas, o acesso informatizado e o incentivo ao hábito da leitura através de textos disponíveis em diversos sites. O desenvolvimento da pretensa ação dar-se-á no Recinto do Centro de Referência em Assistência Social, em horários disponíveis e compatíveis com o horário do público-alvo.

Palavras-chave: Leitura. Interatividade. Idosos. Inclusão digital.

GT 13

A HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE NA PERSPECTIVA DE UMA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Karen de Souza Alves (G-UFMS)
Rúbia de Fátima Mendes (G-UFMS)
Renata Bellenzani (UFMS)

O êxito da Política Nacional de Humanização do SUS (PNH) na rede básica depende de transformações na cultura institucional dos serviços, implicada na intersubjetividade e em suas práticas. O projeto teve como objetivo descrever as concepções sobre humanização e acolhimento de profissionais da Saúde da Família. Os grupos focais foram com trabalhadores dos serviços em Paranaíba-MS, utilizando-se de roteiro; gravação em áudio e análise de conteúdo, no âmbito de estudo qualitativo em andamento. O trabalho restringe-se à análise parcial dos dados de um serviço. Menções sobre humanização: *“tratar o ser humano como ser humano”*; *“[...] conversam coisas que não conversam com ninguém”*; *“tratar de igual pra igual, com carinho”*. Visitas domiciliares são percebidas como humanização “em si”. Noções de acolhimento: *“dar carinho e atenção”*; *“acolhimento já começa na recepção com sorriso”*. Acolhimento pressupõe diálogo, melhora o estado geral e os sintomas. Há dificuldades, entretanto, para o *“acolhimento acontecer sempre”*, nos momentos de tensões e ruídos na comunicação entre trabalhadores e usuários. No plano simbólico do serviço é satisfatória a cultura institucional em torno das concepções que podem consolidar a PNH. Outros métodos, como a observação etnográfica do cotidiano assistencial, podem evidenciar a coerência, ou não, entre os planos discursivos e o plano das práticas.

Palavras-chave: SUS. Intersubjetividade. Saúde da família.